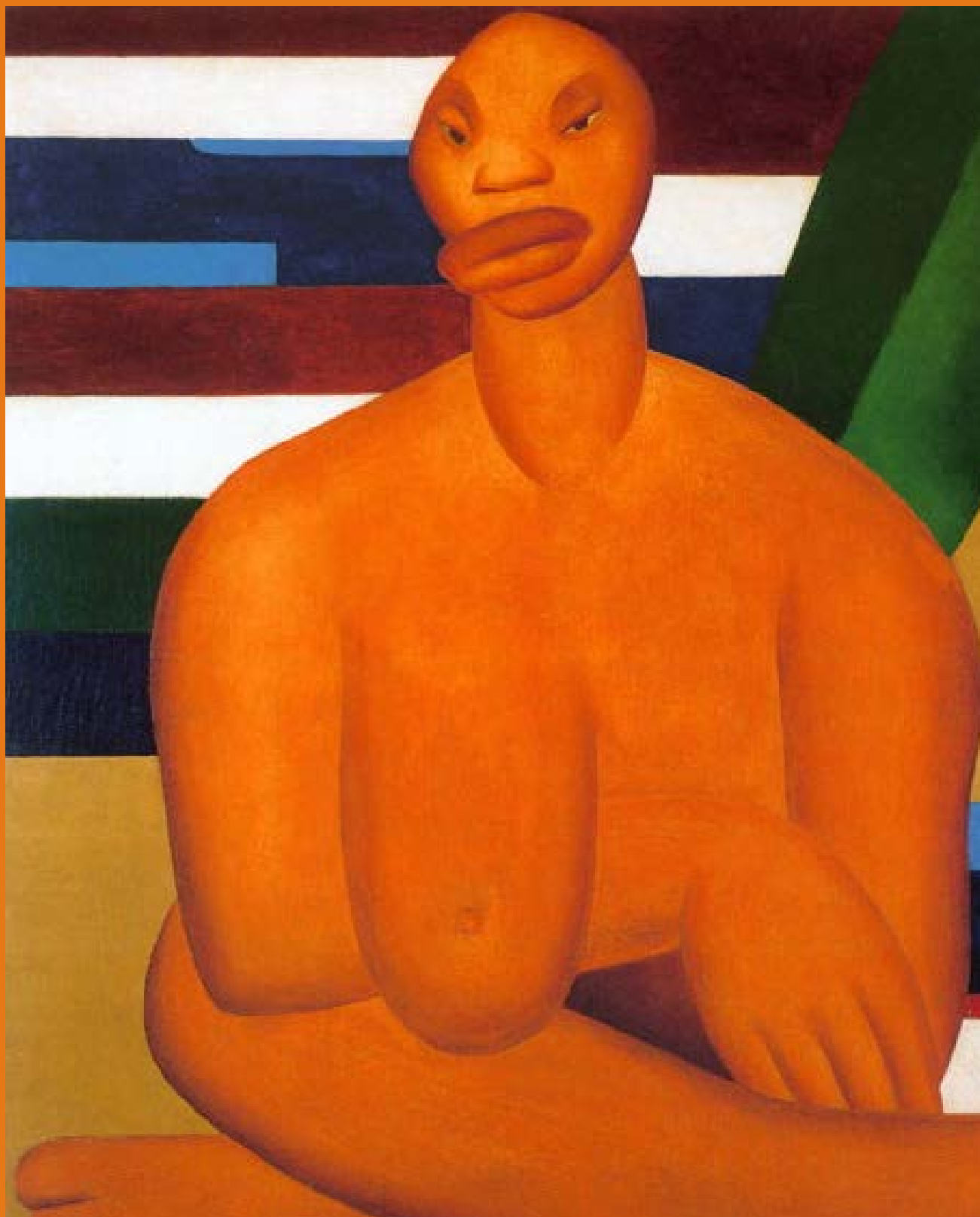


Revista do Grupo de
Pesquisa Ciência, Saúde,
Gênero e Sentimento -
CISGES/UNISA/CNPq

V.2, N.1, junho de 2019

PLURALISTAS



A Negra - Tarsila do Amaral

EQUIPE EDITORIAL

Editor Chefe

Danilo Moura Monteiro

Editora Científica

Thayná Alves Rocha

Editor Assistente

José Carlos Sartori

Design Gráfico e diagramação

Tati Rivoire

CONSELHO CONSULTIVO (PARECERISTAS)

Carolina Maia Blois

Universidade Santo Amaro

Eduardo Matheus de Souza Dianna

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Leonardo Augusto

Universidade Federal do Pará

Lucciano Franco de Lira Siqueira

Universidade Santo Amaro

Washington Silva Siqueira

Universidade Santo Amaro

P788 Pluralistas - Revista do Grupo de Pesquisa Ciência, Saúde, Gênero e Sentimento / Universidade Santo Amaro. -v.1, n.2 set. 2018. São Paulo: Universidade Santo Amaro.

Semestral

1. Ciências Humanas - Periódicos. I. Universidade Santo Amaro.

CDD 300

Ficha catalográfica elaborada por Ricardo Pereira de Souza – CRB8/9485

PLURALISTAS

Revista do grupo de pesquisa Ciência, Saúde, Gênero e Sentimento - CISGES/UNISA/CNPq v.1, n.2, junho de 2019.

CONTATO

pluralistas.cisges@gmail.com

EDITORIAL

NEGROS NA LITERATURA: ESCRITAS, REGISTROS E POSSIBILIDADES DE RESGATES HISTÓRICOS

Danilo Moura Monteiro
Editor Chefe

No conjunto das obras narrativas e manifestações artísticas, a literatura, diante das possibilidades interdisciplinares pertinentes, apresenta-se como uma fonte de estudos de extrema importância para o resgate e a leitura de elementos pontuais que orientam o universo da escrita, especialmente características que refletem posturas sociais e históricas, tais como uma sociedade que é convulsionada por transformações econômicas ou rupturas de padrões comportamentais.

Com a literatura brasileira de meados do século XIX e XX não são diferentes as possibilidades de resgate histórico – levando em conta o indelével e oneroso passado escravocrata do Brasil – em que os sinais de uma cultura racista e da transição de uma economia sustentada no trabalho compulsório sob a égide de um patriarcado rentista ocioso projetam-se na escrita dos literatos.

A população negra não foge, evidentemente, do encaixe dessa escrita produzida pelos literatos brasileiros, o que proporciona para a História um contínuo desvelar na qual as pesquisas tem o dever de debruçarem-se para revelar não apenas as mazelas sociais que os negros e negras sofreram na condição de escravos ou libertos, mas suas resistências, hábitos e suas presenças.

Assim sendo, as personagens, as palavras, o imaginário de toda uma população, entre outros elementos presentes na literatura, são fontes inesgotáveis de estudos para a História, fundamentados na interdisciplinaridade que as pesquisas de outras áreas das humanidades exigem.

O número 2 da Revista Pluralistas apresenta o dossiê “Negros na literatura: espaço, memória e imaginário”, cujos artigos contemplam, entre outros, alguns dos resultados alcançados pelo projeto “Negros na Literatura”, do Grupo de Pesquisa CISGES, sob a orientação do professor Dr. Paulo Fernando de Souza Campos e da Profa. Dra. Lourdes Ana Pereira da Silva, evidenciando as possibilidades de estudo e resgate que a literatura apresenta.

ARTIGOS

- O NEGRO NA LITERATURA BRASILEIRA: CRIANÇAS NEGRAS NA OBRA MENINO DE ENGENHO, DE JOSÉ LINS DO REGO
FALCUNDES, Jessica Aline Barros 6
- O LUGAR DO FEMININO NO ROMANCE “LUCINDA, A MUCAMA” DE JOAQUIM MANOEL DE MACEDO
AGAPITO, Geanne Rodrigues de Sousa 24
- O NEGRO HISTÓRIA E NA LITERATURA: INTERFACES DO DARWINISMO SOCIAL NA REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA BRASILEIRA
SILVA, Antonio Pereira da 42
- MASCULINIDADES NEGRAS EM “REI NEGRO” DE HENRIQUE COELHO NETO
DE SOUZA, Alexander Willian Eugênio 58
- JORGE AMADO: SINCRETISMO AFRO-RELIGIOSO NO ROMANCE JUBIABÁ (1935)
VIANA, Paula de Carvalho 74
- DIAGNÓSTICOS DA RESISTÊNCIA NEGRA NO BRASIL: O RACISMO CIENTÍFICO NAS PROPOSIÇÕES MÉDICAS DE JOSEPH SIGAUD
MENEZES, Lucas Santos 84

ENTREVISTA

- Entrevista ao Professor Dr. Luiz Antonio Dias, docente do Programa de Mestrado Interdisciplinar da Universidade Santo Amaro e do Departamento de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo 102

SUMÁRIO

RESUMOS EXPANDIDOS

106 O ROMANCE HISTÓRICO:
PERFIS PSICOLÓGICOS
DE PERSONAGENS NEGROS
EM “THEBAS, O ESCRAVO”
DE NUTO SANT’ANNA
SANTOS, Eloisa Elena dos

111 ROMANCE BAIANO: DISCURSO
E SIGNIFICAÇÃO DO CORPO
FEMININO NEGRO NA OBRA
DE JORGE DE LIMA
SILVA, Flávia Geissa

RESENHAS

114 O FEMINISMO NEGRO E A
INTERSECÇÃO DE OPRESSÕES
COSTA, Gabriela

118 MORO NUM PAÍS TROPICAL,
ABENÇOADO POR DEUS E
DESIGUAL POR NATUREZA:
DA ESCRAVIDÃO À LAVA JATO
ROZA, Simone de Lima

ARTIGO

O NEGRO NA
LITERATURA
BRASILEIRA:
CRIANÇAS
NEGRAS NA
OBRA *MENINO DE
ENGENHO* DE JOSÉ
LINS DO REGO

FALCUNDES, Jessica
Aline Barros

Graduada em História pela
Universidade Santo Amaro,
São Paulo. Integrante do
Grupo de Pesquisa Ciência,
Saúde, Gênero e Sentimento
- CISGES/UNISA/CNPq

Orientadora: Profa. Dra.
Maria Auxiliadora
Fontana Baseio

jessicabielden03@gmail.com

Resumo

A pesquisa propõe o estudo das relações entre brancos e negros na produção literária brasileira em um dos romances apresentados por Gregory Rabassa no capítulo em que trata a obra de José Lins do Rego. No livro *Menino de Engenho* o escritor paraibano tematiza a trajetória dos negros pós-abolição, em que foram colocados à margem ao serem considerados intelectualmente incapazes de colaborar com a nova ordem capitalista. A fim de entender a dinâmica da sociedade brasileira do início do século XX, em especial da Paraíba, faremos uma análise circunscrita às tramas de José Lins do Rego no romance citado para estabelecer aproximações interdisciplinares do saber literário e histórico, deste modo, entender as múltiplas formas por meio das quais as pessoas se percebem ou são percebidas, neste caso, as relações entre as crianças, destacadamente, as crianças negras. Por intermédio da arte literária, pretendemos compreender como a dinâmica social ficcionalmente se dá a ler a partir da percepção das crianças, para tanto, esboçamos um primeiro conjunto de questões: como o autor tece as relações sociais entre as crianças no romance? De que maneira o menino de engenho percebe os outros meninos negros? De que maneira os meninos negros percebem o menino branco? Como se processam as formas de tratamento entre eles? Como se revelam as condições sociais e o valor atribuído a cada um deles? A metodologia a ser utilizada parte da desconstrução da produção discursiva, consistindo em demarcar e sistematizar caracteres próprios da linguagem ao denunciar subjetividades, no caso, das crianças negras, revelando como se dá a construção de sua identidade a partir da História Social, pelo viés de Stuart Hall. O estudo conclui que através da literatura, é possível trabalhar com a subjetividade das crianças no romance trazendo à tona características particulares do cotidiano e da sociedade vigente que configuram a identidade e o entendimento que é dado a cerca de suas representações

Palavras-chave:

Literatura; História; Crianças; Subjetividade.

Abstract

The research proposes the study of the relations between white and black people in Brazilian literary production in one of the novels presented by Gregory Rabassa in the chapter dealing with the work of José Lins do Rego. In the book *Menino de Engenho*, the writer from Paraíba thematizes the trajectory of post-abolition, in which they were placed on the sidelines when they were considered intellectually incapable of collaborating with the new capitalist order. In order to understand the dynamics of Brazilian society at the beginning of the 20th century, especially in Paraíba, we will analyze the plots of José Lins do Rego in the aforementioned novel to establish interdisciplinary approximations of literary and historical knowledge, in order to understand the multiple ways in which people perceive themselves or are perceived, in this case, the relationships between children, especially black children. Through literary art, we intend to understand how the social dynamics is fictionally read from the children's perception, for that matter, we outline a first set of questions: how does the author weave the social relations between the children in the novel? How does Carlinhos see the other black boys? How do black boys perceive the white boy? How happens the process the treatment between them? How it reveals the social conditions and the value attributed to each of them? The methodology to be used is based in the deconstruction of discursive production, consisting of demarcating and systematizing the proper characters of language, denouncing subjectivities in the case of black children, revealing how the construction of their identity is generated from Social History, by the bias of Stuart Hall. The study concludes that through the literature, it is possible to work with the subjectivity of the children in the novel bringing to the fore particular characteristics of the daily life and the current society that configure the identity and the understanding that is given about their representations.

Keywords:

Literature; History; Children; Subjectivity.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa está relacionada ao estudo da produção literária de José Lins do Rego *Menino de Engenho*. Este romance é uma quase biografia do escritor quando menino, pois nascido e criado no Engenho Corredor, no município paraibano de Pilar (JUNIOR, 1993). *Menino de Engenho* (1932) foi o primeiro livro que José Lins do Rego escreveu, mas o que era para ser um livro de memórias fora transfigurado para uma narrativa fictícia.

O romance traz à tona a situação socioeconômica do engenho de açúcar, um período marcante na vida do literato, onde o protagonista, uma criança chamada Carlinhos, é levada para o engenho do avô após uma grande tragédia acontecer com seus pais. No engenho, é recebido por seu avô José Paulino e vive a sobrevivência patriarcal dos tempos da escravidão. É cuidado por sua tia e cresce com os primos e os moleques da bagaceira, adquirindo caracteres contraditórios que marcarão sua personalidade.

Neste romance, a linguagem surge em tom espontâneo, o que chama a atenção do autor para a compreensão do conteúdo. Possui uma linguagem lírica que foi construída a partir da fala popular nordestina. É uma narrativa de significado sociológico, histórico, geográfico, antropológico, pois mostra criticamente a situação dos proletários rurais, que deviam obedecer a tudo o que os proprietários de terras e enge-

nhos lhes exigiam. O romance revela ainda a decadência que o patriarcado rural e as lutas do proletariado do Recife viviam. Para Ivan Cavalcante Proença:

Menino de engenho nos conduz à leitura da obra completa desse autor que, retratando o interior paraibano, a vida dos engenhos, estabelece relação de causa-efeito entre paisagem (natureza específica daquelas regiões) e pessoas igualmente representativas, tipificadas, que habitam, preenchem, tal solo: o Nordeste brasileiro. [...] Se pretendemos conhecer tragédia enquanto sentido trágico de existência, o épico narrativo, a lírica no fazer literário, basta conviver com a realidade de um Brasil ontem que nos favorece a compreensão de um Brasil hoje. (2013, p. 10)

Diante destas constatações, o estudo investiga os problemas sociais que a criança negra vivia no pós-abolição, mais especificamente entre os anos de 1905 e 1910. A análise literária, além da consulta a textos publicados sobre o recorte temporal, em particular, que se relacionem com o debate sobre a identidade da criança negra no contexto evocado no romance, sustentam o estudo ora apresentado.

As problemáticas que o estudo analisa partem do convívio que essas crianças tinham com as pessoas ao seu redor. O contexto mostrava uma forte representação étnica e cultural, em que as relações entre os senhores e os

escravos oscilavam entre afetividade e autoritarismo. Ao verificar a história das crianças, se percebe que a mesma é elaborada sob perspectiva do olhar de um adulto, pois invariavelmente a criança não pode relatar sua própria história. Segundo a historiografia “a história da criança, simplesmente criança, suas formas de existência cotidiana, as mudanças de seus vínculos sociais e afetivos, sua aprendizagem da vida através de uma história que, no mais das vezes, não nos é contada diretamente por ela.” (DEL PRIORI, 2007, p. 37).

Neste sentido, pretende-se responder os seguintes problemas de pesquisa: como o autor tece as relações sociais entre as crianças no romance? De que maneira o menino de engenho percebe os outros meninos negros? De que maneira os meninos negros percebem os meninos brancos? Como se processam as formas de tratamento entre as crianças? Como se revelam as condições sociais e o valor atribuído a cada uma delas?

Para o desenvolvimento da pesquisa, o estudo realizou o levantamento de referências que tratam o tema proposto, vale dizer, autores que retratem o romance de 30, considerado por intermédio da obra que formaliza a documentação e ressaltem o romance em análise. Trabalhamos com o imaginário construído acerca das crianças e como a literatura nos dá a entender suas condições sociais, os valores atribuídos a cada criança e a forma de sua colaboração para construção da sociedade

em que vivem, correlacionando, até o presente momento, com as diferentes oportunidades que as crianças possuem. Assim, o método da análise literária, visa reconhecer os vários aspectos que compõem o romance a partir do entendimento do tema, a exposição, o estilo da obra, seu histórico social, as mentalidades de uma época e suas representações.

Como forma de análise, o estudo retoma as bases teóricas da História Social. Para essa perspectiva a escrita da história se orienta não somente por condicionantes econômicos, mas culturais. Essa possibilidade de análise permite reconhecer uma dada sociedade, comunidade ou grupo social. Sem descharacterizar a importância do materialismo histórico, historiadores ingleses ligados a New Left, permitem considerar que a História é um campo de possibilidades nas quais os condicionantes culturais devem ser observados. São esses paradigmas que nortearão a análise dos resultados. Stuart Hall (2005) indica que a forma de análise proposta permite ao historiador realizar uma “história vista de baixo”, pois narra experiências de pessoas comuns.

Para retratar os resultados alcançados ao longo da pesquisa, pautamos uma divisão em três partes. Na primeira, foi necessário contextualizar e problematizar acerca da história da criança no Brasil, desde de a sua vinda da Europa até seu destino na casa grande ou engenho. Na segunda, tratamos das relações sociais que as crianças tinham

entre elas, trazendo à tona características específicas tratadas por José Lins do Rego em seu romance. Ao finalizarmos com o terceiro capítulo, trabalhamos a forma como a história é retratada através da literatura, suas particularidades e causas para a problematização do contexto social vigente naquele período.

O conceito no qual se apoia a presente pesquisa permite considerar as formas de identidade que são atribuídas às crianças nos diferentes contextos sociais que elas vivenciaram. Cabe ressaltar que a síntese deste artigo não pretende esgotar o assunto, mas abrir possibilidades de aprofundamento do estudo, com o intuito de contribuir para as pesquisas em torno da criança negra.

A História Social das Crianças Negras

As primeiras crianças a chegarem à América, a partir da expansão marítima portuguesa, passaram por uma imensidão de abusos. Foram deslocadas do lugar onde moravam e passaram a sofrer com o medo recorrente das dificuldades com que eram feitas as viagens, a fome, a violência física e moral dos adultos e diversos outros constrangimentos. No Brasil, entre 1789 e 1830, crescia a população de escravos oriundos do tráfico trazidas por navios negreiros. Em meados de 1823, a população de cativos chegava a representar a metade da população que habitava as zonas agrárias.

As crianças representavam apenas uma parte da população de cativos. Dentre dez escravos, dois eram crianças e segundo José Roberto de Góes e Manolo Florentino (1999, p. 179):

Por certo, algumas eram compradas e vendidas, transações que se faziam mais frequentes nas etapas finais da infância, especialmente durante as fases de grandes desembarques de africanos. Também é verdade que outras eram doadas ao nascer [...] as crianças que as fazendas compravam não eram o principal objeto de investimento senhorial, mas sim as suas mães, que com eles se agregavam aos cafezais, plantações de cana-de-açúcar e demais.

Os senhores de engenho não demonstravam preferência pelo sexo masculino. Pouquíssimas crianças chegaram à idade adulta. Segundo Góes e Florentino (1999), os escravos que tinham menos de dez anos de idade faziam jus à um terço dos cativos falecidos. Entre as crianças falecidas, dois terços morriam antes de completar um ano de idade e 80% até os cinco anos.

Havia muitos óbitos de escravos no engenho, mas os meninos crioulos, que eram nascidos na casa do senhor de engenho, nunca permaneciam sós. Estes possuíam laços parentais e de acordo com os autores já citados, "mais de 90% da escravaria possuía parentes, o menino, com certeza seria irmão, primo, sobrinho ou neto de alguém. Em qualquer

circunstância, porém, teria a criança já uma 'tia', ou um 'tio', mesmo que não consangüíneos." (GÓES; FLORENTINO, 1999, p. 181).

As crianças eram "adestradas" e conduzidas ao seu futuro de escravidão. Desde cedo, exerciam pequenas tarefas domésticas na fazenda e algumas tinham até um senhor. Ao completarem 12 anos, tal "adestramento" que os tornavam adultos estava quase completo. A partir disto, começavam a trazer em seu sobrenome a função que cada um exercia: Chico Roça, João Pastor, Ana Mucama. (GÓES; FLORENTINO, 1999, p. 184). O suplício também fazia parte do adestramento, as crianças eram humilhadas frequentemente não só por seus senhores, mas também pelos meninos livres, que os montavam e os faziam carregá-los para os cantos como pequenos animais ou bichos de estimação, como brinquedo. Os crioulos eram considerados os escravos mais qualificados. Segundo Henry Koster (1978, p. 400):

Acredita-se geralmente que os negros crioulos e os mulatos aprendem mais depressa um ofício que um africano. Essa aptidão superior de aproveitar o que aprendem é, sem dúvida, devido ao conhecimento desde a infância com a linguagem e maneiras dos amos;

Por este motivo, os escravos crioulos custavam mais que um escravo africano. Os escravos recém-chegados da África eram vistos como inferiores, po-

rém, eram considerados mais "dóceis". Entretanto, tinham maior dificuldade para assimilar os ofícios. Os crioulos, apesar de possuírem uma aprendizagem rápida, eram mais subversivos. Contudo, os adultos que se formavam eram reflexo das crianças escravas que um dia foram, de tal modo, há a fundamentação de uma estrutura que traz à tona tradições culturais peculiares de cada criança que se tornou adulta, sendo ela crioula ou africana.

O Brasil possui um longo histórico de exploração da mão-de-obra infantil, mais especificamente, a mão-de-obra das crianças pobres. Elas trabalhavam desde sua vinda da corte, forneciam trabalho para todos os lugares. Realizavam tarefas domésticas nas casas de família, nos comércios e nas ruas, para poderem sustentar a si mesmas e suas famílias. Segundo Irma Rizzini (1999, pp. 376-377):

A extinção da escravatura foi um divisor de águas no que diz respeito ao debate sobre trabalho infantil; multiplicaram-se, a partir de então, iniciativas privadas e públicas, dirigidas ao preparo da criança e do adolescente para o trabalho, na indústria e na agricultura. O debate sobre a teoria de que o trabalho seria a solução para o "problema do menor abandonado e/ou delinquente" começava na mesma época, a ganhar visibilidade. A experiência da escravidão havia demonstrado que a criança e o jovem trabalhador constituíam-se em mão-de-obra mais dócil, mais barata e com mais facilidade de adaptar-se ao trabalho.

O uso da mão de obra infantil era extremamente recorrente. Sua exploração era muito utilizada, pois conseguiam adestrá-las facilmente. Segundo Rizzi (1999), as crianças eram expostas às más precariedades dos trabalhos aos quais exerciam. Trabalhavam dois turnos (de 12 horas cada), possuíam uma péssima alimentação e permaneciam por longos tempos em áreas insalubres. O trabalho das crianças era visto como parte integrante da força de trabalho familiar, sendo assim, tanto as crianças quanto os adolescentes eram considerados membros da classe trabalhadora, sem distinção.

Os senhores de engenho coloniais pagavam preços mais altos para escravos adolescentes que demonstrassem força física e vitalidade, esperando que eles tivessem uma vida produtiva mais longa. A partir dos 14 anos, o jovem escravo passa a ser classificado como adulto, incluindo-se numa faixa etária limite de cinquenta anos, quando se inicia a velhice, nos padrões de uma economia onde o trabalho na cana já havia consumido toda a força vital do trabalhador escravo. (DOURADO; DABAT; ARAÚJO, 1999, p. 410).

Dado ao determinado contexto histórico, a rotina de uma criança negra durante período escravocrata não se igualava com o que viviam as crianças brancas. A partir do romance de José Lins do Rego, percebemos que tais crianças eram tratadas como reles tra-

alhadoras dos engenhos exercendo, assim, o destino traçado no início de sua trajetória no Brasil.

Um menino nu que estava na porta correu assombrado para dentro de casa. Um mulher apareceu. – São os meninos do engenho. [...] Dois meninos com medo correram para outra casa de perto. Depois foram se chegando para nós, desconfiados como cabritos, sujos e de barriga grande. Mas, quando meu primo quis um jenipapo maduro, um deles trepou de um pau numa ligeireza de macaco. (REGO, 2013, p. 42-43).

No trecho acima, Lins do Rego (2013) retrata a criança negra. A narrativa traduz a fabricação da identidade negra no contexto. Com uma característica de submissão a qualquer um que esteja acima de seu nível social, o autor revela a criança negra, animalizando-a. De certa maneira, a sua existência era permitida para que servissem a tudo e a todos, estimuladas a deixar de lado suas vontades e agir como um objeto. A convivência entre as crianças brancas e negras, de acordo com o autor, assombrava uns e outros, pois diametralmente opostos.

As Relações Sociais Entre as Crianças no Romance *Menino de Engenho*

Desde muito cedo incorporamos modelos existentes a partir de informações recebidas do meio em que vi-

vemos, as absorvemos e iniciamos o processo de construção da identidade, adaptando-nos aos padrões pré-estabelecidos em nossa sociedade, tais como estética, valores, crenças ou resistimos aos mesmos, recriando o social, pois os mesmos paradigmas mudam, se alteram, sofrem mutações. Segundo as afirmações de Vygotsky (1988), as características individuais e até mesmo nossas atitudes estão impregnadas de trocas com o coletivo, ou seja, mesmo o que há de mais individual de um ser humano, este é construído a partir de sua relação com o outro, mas não como via de mão única.

Percebe-se que o contexto histórico que José Lins do Rego (2013) descreve em sua obra remete ao chamado “ciclo da cana de açúcar”, ou processo social do Regionalismo Nordestino. O literato apresenta a criança negra e sua participação cotidiana nas atividades desenvolvidas por adultos. A narrativa deslinda crianças que viviam precariamente, alimentavam-se de “[...] preás que pegavam para comer, das botijas de castanha que faziam.” (REGO, 2013, p. 94). Ainda segundo Rego (2013, p. 94) estas crianças viviam doentes e ao crescer, “[...] eram os homens que ficavam de sol a sol, no eito puxado do engenho” .

É importante considerar as obras literárias como representação de um determinado período histórico. A literatura e história são narrativas que tem o real como referente, são representações que se referem à vida e que a explicam. Ela nos traz um discurso

privilegiado que permite o acesso ao imaginário das diferentes épocas. Hoje, presenciemos historiadores que trabalham com o imaginário e que discutem não só o uso da literatura como acesso privilegiado ao passado, como também trazem à tona a discussão do caráter da história como forma de literatura, como narrativa portadora de ficção. Deste modo, é possível relacionar a história da infância negra com a literatura, pois:

[...] analisar a produção literária destinada à criança permite-nos, não apenas, ter acesso às representações sobre a criança e aos modelos de comportamento infantil num determinado período e contexto histórico, mas também às representações sobre modelos de ação social e conhecimento de mundos ali legitimados. (GOVEA et al., 2007, p. 29).

Menino de Engenho traz a situação socioeconômica do engenho de açúcar, período muito significativo nas produções de José Lins do Rego. Embora apresentado pela visão do autor, há uma narrativa representada na perspectiva de uma criança, que órfã de mãe, é criado por sua tia no engenho de seu avô materno, coronel José Paulino, figura patriarcal dos tempos de escravidão.

No romance, as crianças possuem uma determinada relação social, dada a questão da imensurável diferença

de classe entre Carlinhos, o protagonista, e as crianças filhas de escravos, que eram submetidas a tudo e a todos, expressão que perpassa a construção do romance e caracteriza a identidade imposta, não sem resistência. As condições sociais em que as crianças negras estavam inseridas era de miséria e insalubridade ainda assim eram levadas à uma determinada inocência, da qual somente a infância as proporcionavam isso. Não havia um total entendimento por parte delas sobre as questões de classe submetidas em sua vivência a não ser a óbvia luxúria dos meninos da casa grande que ali se enxergava.

O costume de ver todo dia essa gente na sua degradação me habituava com a sua desgraça. Nunca, menino, tive pena deles. Achava muito natural que vivessem dormindo em chiqueiros, comendo um nada, trabalhando como burros de carga. A minha compreensão da vida fazia-me ver nisto uma obra de Deus. Eles nasceram assim porque Deus quisera, e porque Deus quisera nós éramos brancos e mandávamos neles. Mandávamos também nos bois, nos burros, nos matos. (REGO, 2013, p. 108).

Ao observar a interação que as crianças da casa grande tinham com os moleques do engenho, percebemos uma determinada influência na troca de identidade que se era estabelecida, pois a partir da socialização, as crianças formavam sua personalidade dado o contexto ao qual estavam inseridas,

a partir da determinação naturalizada, inclusive, aproximando-os da natureza dominada pelo branco superior. O romance sugere uma natural supremacia branca, o que permite vincular o tema com os pressupostos científicos à época.

Em meio a um contexto caracterizado pelo enfraquecimento e final da escravidão, e pela realização de um novo projeto político para o país, as teorias raciais se apresentam enquanto modelo teórico viável na justificação do complicado jogo de interesses que se montava. Para além dos problemas mais prementes relativos à substituição da mão-de-obra ou mesmo à conservação de uma hierarquia social bastante rígida, parecia ser preciso estabelecer critérios diferenciados de cidadania. (SCHWARCZ, 2011, p. 18).

Ao socializar umas com as outras, é possível perceber que as crianças negras e brancas adquiriam características parecidas que eram constituídas pelo local onde viviam, pelas brincadeiras que faziam, as conversas que tinham e a forma que eram criados, passando um para outro os valores e habilidades que eram inseridos dentro de seu lar. Ainda que negros, crianças e adultos, resistissem aos desmandos e violências cotidianas, as representações dominantes produziam efeitos de verdade, pois:

[...] o indivíduo em processos de grupo e nas normas coletivas as

quais, argumentava, subjaziam a qualquer contrato entre sujeitos individuais. Em consequência, desenvolveu uma explicação alternativa do modo como os indivíduos são formados subjetivamente através de sua participação em relações sociais mais amplas; e, inversamente, do modo como os processos e as estruturas são sustentados pelos papéis que os indivíduos neles desempenham (HALL, 2005, p. 31).

O desenvolvimento da identidade da criança está intimamente ligado aos processos de socialização, que é formada a partir da relação entre o eu e os outros. Stuart Hall (2005) define que a identidade não é permanente, está sempre em constante transformação, se forma e se transforma nos sistemas culturais, assim sendo:

Definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós a identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que as nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. (HALL, 2005, p. 13).

Ao interagir socialmente a criança negra narrada no romance observa semelhanças e diferenças entre o grupo social em que está integrada, tomando o outro como um ponto de referên-

cia para suas atitudes, no caso, José Lins do Rego destaca a hierarquização imposta pela suposta superioridade branca. A primeira socialização ocorre com a família, lugar onde geralmente, a criança se sente amada, respeitada e valorizada. Nesse primeiro contato de socialização, a criança estabelece laços afetivos com esse grupo. Henri Wallon (apud Vasconcellos, 2002, p. 50), em sua obra *Origens do pensamento na criança*, afirma que a criança "é um ser geneticamente social... um ser biológico que nasce já social e membro de um grupo com cultura e linguagem próprias". A partir da vivência como primeiro grupo social, a criança tende a imitar os indivíduos que estão à sua volta, reproduzindo com o corpo e com a mente o que é absorvido.

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998, p. 21), a imitação:

É o resultado da capacidade de a criança observar e aprender com os outros e de seu desejo de se identificar com eles, ser aceita e de diferenciar-se. É entendida aqui como reconstrução interna e não meramente uma cópia ou repetição mecânica. As crianças tendem a observar, de início, as ações mais simples e mais próximas a sua compreensão, especialmente aquelas apresentadas por gestos ou cenas atrativas ou por pessoas de seu círculo afetivo. A observação é uma das capacidades humanas que auxiliam as crianças a construir um processo de diferenciação dos outros e consequentemente sua identidade.

Nesse sentido, abordamos a imitação como uma forma da criança experimentar os significados das coisas, sendo elas boas ou más, reconstruindo-as internamente, tornando-se importante para o desenvolvimento pessoal e o surgimento da sua identidade ao longo do tempo. Dominante, o processo de imitação, no caso do romance, impede a possibilidade da experimentação e significação tal como viviam as crianças brancas na medida em que às crianças negras o acesso a determinadas práticas era impossibilitado pelo fato de serem negras.

Entretanto, é possível considerar que a obra de Rego tece entre as crianças brancas e negras uma determinada relação de afeto, ao mesmo tempo, percebe-se que as crianças, em específico as brancas, possuíam uma relação de poder sobre as crianças negras, pois geralmente as crianças negras eram crianças pobres, submetidas a seguirem as ordens das outras brancas, assumidamente superiores. Há um tratamento diferenciado ao menino Carlos, denominado Carlinhos, porém, para os demais, não há uma descrição são apenas moleques, negros, sujos, cujas identidades são animalizadas, associadas a natureza inferior como macacos, cabritos.

Depois mandaram-me para a aula dum outro professor, com outros meninos, todos de gente pobre. Havia para mim um regime de exceção. Não brigavam comigo. Existia um copo separado para eu beber água, e um tamborete de

palhinha para “o neto do coronel Zé Paulino”. Os outros meninos sentavam-se em caixões de gás. Lia-se a lição em voz alta. A tabuada era cantada em coro, com os pés balançando, num ritmo que ainda hoje tenho nos ouvidos. Nas sabatinas nunca levei um bolo, mas quando acertava, mandavam que desse nos meus competidores. Eu me sentia bem com todo esse regime de miséria. Os meninos não tinham raiva de mim. Muitos deles eram moradores do engenho. Parece que ainda os vejo, com seus bauzinhos de flandres, voltando a pé para casa, a olharem para mim, de bolsa a tiracolo, na garupa do cavalo branco que me levava e trazia da escola. (REGO, 2013, p. 55).

As relações de afeto funcionavam com a cumplicidade que um tinha com o outro. Carlinhos via a oportunidade de aprender coisas novas com as crianças do engenho, pois elas, por estarem situadas ali, obtiveram experiências das quais não vivenciou por viver na cidade com seus pais. Percebe-se ainda que ele tinha não só uma relação de afeto, mas de admiração tanto com as crianças do engenho, quanto com as negras mais velhas, pois eram elas quem o cuidava. Carlos considerava os meninos do engenho como seus “irmãos de leite”.

Na meninada do engenho encontrava os seus amigos: os moleques, que eram os companheiros, e as negras que lhes deram os peitos para mamar; as boas servas nos braços de quem se criaram. Ali vi-

víamos misturados com eles, levando o carão das negras mais velhas, iguais aos seus filhos moleques, na partilha de seus carinhos e de suas zangas. Nós não éramos seus irmãos de leite? Eu não tivera estes irmãos porque nascera na cidade, longe da salubridade daqueles úberes de boas turinas. Mas a mãe de leite d. Clarisse, a tia Generosa, como a chamávamos, fazia as vezes minha avó. Toda cheia de cuidados comigo, brigava com os outros por minha causa [...] o interessante era que nós, os da casa-grande, andávamos atrás dos moleques. Eles nos dirigiam, mandavam mesmo em todas as brincadeiras, porque sabiam nadar como peixes, andavam a cavalo de todo jeito, matavam pássaros de bodoque, tomavam banho a todas as horas e não pediam ordem para sair para onde quisessem. Tudo eles sabiam fazer melhor do que a gente; soltar papagaio, brincar de pião, jogar castanha. Só não sabiam ler. Mas isto, para nós, também não parecia grande coisa. Queríamos viver soltos, com o pé no chão e a cabeça no tempo, senhores da liberdade que os moleques gozavam a todas as horas (REGO, 2013, p. 76-77).

Neste contexto, percebe-se que a vida dos meninos do engenho era muito inferior à vida dos meninos da casa-grande. Nas descrições do romance, as dificuldades de vida dos meninos negros são fortemente destacadas e, apesar dessas relações de afeto, os moleques utilizavam o fato de saberem fazer de tudo como uma certa imposi-

ção dos fracos sobre os mais fortes. Tal imposição é acentuada pelo autor:

E eles às vezes abusavam deste poderio, da fascinação que exerciam. Pediam-nos para furtar coisas da casa-grande para eles: laranjas, sapotis, pedaços de queijo. Trocavam conosco os seus bодоques e os seus peões pelos gêneros que roubávamos da despensa. E nos iniciavam nas conversas picantes sobre as coisas do sexo. Por eles comecei a entender o que os homens faziam com as mulheres, por onde nasciam os meninos. Eram uns ótimos repetidores de história natural. Andávamos juntos nas nossas libertinagens pelo cercado (...) a nossa doce inocência perdia-se assim nessas conversas bestas, no contato libidinoso com os moleques da bagaceira (REGO, 2013, p. 77)

As formas de tratamento que as crianças utilizavam entre si, independente do tom autoritário, não interferiam em suas relações, pois possuíam uma cumplicidade sem fim, onde um ensinava ao outro as mazelas de se viver num lugar onde podiam se sentir livres e praticar todos os tipos de atividades que fazem parte da formação da experiência de vida que cada um adquiria, o que atribui à essa amizade um certo valor simbólico e construtivo, fortalecendo-se os laços que havia entre eles.

A partir da obra literária de José Lins do Rego, mediante sua originalidade e sua representação simbólica,

temos uma compreensão da infância que abrange um determinado contexto histórico e cultural. Segundo Chartier: “a infância analisada é um processo de construção subjetiva e de reconstrução cultural através da atuação de uma criança nordestina”. (CHARTIER, 1991, p. 72).

Philippe Ariès (1981) elabora uma “linha do tempo infantil” no livro *História Social da Criança e da Família*, em que revela como foi o desenvolvimento das crianças desde a Idade Média à modernidade. A partir da constituição da família, nos séculos XVIII e XIX, que a criança passou a ser significada de forma diferente pela sociedade. Houve o início da melhora de suas condições sociais e surgiu para elas uma nova perspectiva de vida, pois no início do século XIX há um deslocamento da realidade infantil em relação à sociedade, causado pela pobreza exacerbada existente na época. Ao analisarmos a realidade dos países mais pobres e isso inclui o Brasil, concluímos que a infância se torna uma realidade vinda do pós-guerra. A partir das melhorias sociais que foram surgindo, começamos a perceber uma infância tomada pelo processo de educação e pelo uso de brinquedos, mesmo que simples, mas que simbolizam o distanciamento da criança com o mundo do trabalho e, conseqüentemente, a sua diferenciação dos adultos.

Partimos de um estado social em que os mesmos jogos e brincadeiras eram comuns a todas as idades

e a todas as classes. O fenômeno que se deve sublinhar é o abandono desses jogos pelos adultos (...) é notável que a antiga comunidade de jogos se tenha rompido ao mesmo tempo entre as crianças e os adultos e entre o povo e a burguesia. Essa coincidência nos permite entrever desde já uma relação entre o sentimento da infância e o sentimento de classe. (ARIÈS, 1981, p. 124).

Dessa forma, observa-se que a concepção de infância decorre de diferentes significados e em determinado momento histórico, que abrange um determinado grupo social, cultural, econômico e religioso. A criança, inserida e participativa dessa cultura, é incapaz de vivenciar uma infância idealizada, categorizando-se, assim, com suas especificidades, que definem a qual meio estão inseridas, suas lutas, suas resistências.

A Representação da História Através da Literatura

A obra literária *Menino de Engenho* é um relato que sofre mudanças na construção de sua narrativa. A partir desse ponto de vista, apresenta-se a necessidade de uma reflexão acerca de como os métodos sociológicos de abordagem do texto literário entenderiam o problema da representação da realidade pela literatura.

De acordo com Maria de Fátima Vaz de Medeiros (1997), durante a década de 1930, no Brasil, houve a predomi-

nação do romance social. A necessidade era impor uma nova maneira de aprender a realidade humana, social e política e em seu romance, Lins do Rego revela particularidades acerca do cenário onde se passa o romance, percebe-se que se trata de uma região de sofrimentos e problemas humanos, na qual estabeleceu-se uma civilização do tipo patriarcal, latifundiária e escravocrata, características muito presentes nas relações sociais, tornando-se o foco dos escritores daquele período, que buscavam uma nova maneira de encarar a realidade humana e social vigente, aproximando a literatura da sociologia onde o homem e as relações humanas são importantes temas a serem retratados.

Para Roger Chartier (1990), a representação é um dos conceitos mais significantes, para a compreensão da sociedade e da sua relação com o mundo social, em que a realidade é constituída por diferentes grupos, de forma que não deva deixar de validar as lutas de representações entre grupos, bem como, a sua concepção do mundo social e os seus valores (CHARTIER, 1990, p. 123). Chartier (1991, p. 183) ainda explica que:

a construção das identidades sociais como resultando sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma.

Ou seja, consideramos que as representações são dadas a partir do meio social a qual o sujeito está inserido.

Ao trabalhar sobre as lutas de representação, cuja questão é o ordenamento, portanto a hierarquização da própria estrutura social, a história cultural separa-se sem dúvida de uma dependência demasiadamente estrita de uma história social dedicada exclusivamente ao estudo das lutas econômicas, porém opera um retorno hábil também sobre o social, pois centra a atenção sobre as estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade. (CHARTIER, 1991, p. 183-184).

José Lins do Rego demonstra em seu romance diversas características sobre as relações sociais ocorridas em seu tempo, mesmo que retratado através de um relato fictício “[...] as imagens e discursos sobre o real não são exatamente o real, não sendo expressões literais da realidade como um fiel espelho” (PESAVENTO, 1995, p. 45). Desse modo, de acordo com Tozoni-Reis (2005, p. 9):

A literatura, apesar de ser parte do processo histórico da sociedade brasileira, tem autonomia tal que suas obras tratam os temas principalmente na perspectiva estéti-

ca, embora incorporem elementos da formação social do povo. É por essa razão que as obras da literatura brasileira tomadas como fonte de investigação devem ser compreendidas neste estudo como expressão da realidade histórica e social, embora a expressão dessa realidade seja articulada a elementos estéticos.

No ano de 1922 surgem mudanças importantíssimas no mundo político, social e cultural brasileiro. A realização da Semana de Arte Moderna, momento relevante na história da literatura brasileira ocorre influenciada pelos movimentos de vanguarda europeus, com forte apelo nacionalista que busca o Nordeste como uma nova temática na literatura brasileira. Iniciado no Brasil no período em que o Simbolismo ainda era vigente, ganha força durante o Realismo e finalmente introduzido em fins do século XIX e início do século XX (BOSI, 1979).

Quando um romancista denuncia situações típicas de caráter social de uma determinada região, acaba criando com suas obras uma literatura social neorrealista, cuja ênfase é revelar a decadência da civilização rural do Nordeste, a fase da economia da cana-de-açúcar. Os romancistas de 30 colocam o homem e as relações humanas em foco, instaurando um questionamento a ser tratado em suas obras, ou seja, "O romance modernista do Nordeste constitui um eloquente testemunho de como a arte, sem deixar de ser fiel a

si mesma, pode encarnar uma mensagem de profunda humanidade" (CRISTÓVÃO, 1983).

Ao abordar determinadas características de cunho social, de protestos e denúncias acerca das injustiças sociais, o Romance de 30 apresenta, dentre suas principais características, o problema das secas no Nordeste. Os problemas ocorridos nos engenhos que ocorriam à produção da cana-de-açúcar; o fanatismo religioso que era provocado pela ignorância das pessoas; a exploração do homem pelo homem. Sobre este aspecto Fábio Lucas (1976, p. 75) enfatiza:

Talvez o conjunto de romances do Nordeste constitua o documento mais enfático da disparidade social do país, pois a situação geográfica e histórica da região, de uma pobreza heroica e dependente, facilmente pode gerar mais vivamente o sentimento de protesto. Ali foi denunciada a atuação simultânea das forças telúricas e das instituições humanas para o esmagamento do homem e para tornar mais pronunciado o desnível entre as classes.

José Lins do Rego, ao explorar em seu romance o Nordeste canavieiro não só agrário com a decadência da sociedade patriarcal, mas também o mundo do sertão, a escravidão, os ritos religiosos, acaba por intervir no "imaginário social" transpassado através de sua obra. De acordo com Sandra Jatehy Pesavento, ao interpretar o imaginário

passado através da sociedade, obtém-se um novo olhar e uma nova perspectiva da realidade que exclui as verdades absolutas e constroem uma história social e, conseqüentemente, mais cultural (PESAVENTO, 1995b).

No meio literário, inúmeras são as decorrências tanto na estética dos romances como no desempenho social que as obras perfazem em relação ao meio social. Esta questão é tratada na historiografia que aborda os laços de interdependência entre História e Literatura. Estudiosos do tema observam que:

As representações mentais envolvem atos de apreciação, conhecimento e reconhecimento e constituem um campo onde os agentes sociais investem seus interesses e a sua bagagem cultural. No domínio da representação, as coisas ditas, pensadas e expressas têm outro sentido além daquele manifesto. (BORDIEU apud PESAVENTO, 2005, p. 15)

A dificuldade existente sobre a obra literária é expor o que o autor deixa na subjetividade, em que determinados “[...] valores autênticos, tema permanente de discussão, não se apresentam na obra sob a forma de personagens conscientes ou de realidades concretas” (GOLDMANN, 1976, p. 14). Neste sentido, Pesavento propõe o trabalho com o uso da linguagem, haja vista que o imaginário é sempre a representação daquilo que acontece e não existe sem a interpretação, isto é, “[...] o imaginá-

rio enuncia, se reporta e evoca outra coisa não explícita e não presente” (PESAVENTO, 1995a, p. 15).

Antonio Candido (2011, p. 28) declara que é preciso “delimitar os campos e fazer sentir que a sociologia não passa, neste caso, de disciplina auxiliar; não pretende explicar o fenômeno literário ou artístico, mas apenas esclarecer alguns de seus aspectos.”. Dessa maneira, as narrativas decorrentes são um pretexto para as representações das crianças existentes nas obras, correlacionando suas vozes com a história do Brasil.

A obra *Menino de Engenho* contextualiza um determinado período histórico que retrata a história social de uma classe mais abastada, em que é possível compreender um certo diálogo do narrador com o leitor. Através de lembranças apresentadas por José Lins do Rego, percebe-se a retratação das situações culturais e sociais decorrentes na história, que nos permite descobrir como era o cotidiano da criança nordestina e suas subjetivas representações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos, dessa maneira, que a Literatura possibilita investigar a História não somente como fonte para o historiador, mas como reflexo social, que desvela imaginários, práticas, identidades e representações. A narrativa de José Lins do Rego acerca do Nordeste canavieiro do início do século XX revela particularidades das condições sociais e históricas então vigentes. A representação da criança negra ocorre de maneira esporádica, mas revela peculiaridades acerca de sua identidade e da forma que é influenciada desde o início da vida a construir seu caráter subsergente, coisificado, formado em uma personalidade inferiorizada de acordo com as circunstâncias vivenciadas.

Verificamos que a narrativa do romance relata o cotidiano, a vida tanto das crianças negras, quanto das crianças brancas em um engenho da Paraíba. A obra de Lins do Rego nos permite aprofundar no conhecimento sobre a criança negra e sua infância, reconhecer suas representações e subjetividades, assim, contribui para o entendimento das formas de subjetivação que, não raro, permanece em nossa História

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Livros técnicos e Científicos Editora, 1981.
- BOSI, Alfredo. Pré-Modernismo e Modernismo. In:_____. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- BRASIL, Referencial curricular nacional para educação infantil. Formação pessoal e social. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: 1998.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2014.
- CHARTIER, Roger (Org). *História da vida privada*, da Renascença ao século das Luzes. São Paulo: Companhia das letras, 1991.
- _____. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.
- CRISTÓVÃO, Fernando. O clamor da justiça no romance do nordeste brasileiro. In: Cruzeiro de Sul, a Norte, Estudos luso-brasileiros, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983.
- DEL PRIORE, Mary (Org). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.
- _____. A Criança Negra no Brasil. In JACÓ-VILELA, AM., and SATO, L., (Org). *Diálogos em psicologia social* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 232. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

GÓES, José Roberto; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In:_____. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

GOUVEA, M. C.; FARIA FILHO, L. M.; ZICA, M. C. In: OLIVEIRA, M. A. T. (Org). *Cinco estudos em história e historiografia da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, Governo do Estado de Pernambuco, 1978.

LUCAS, Fábio. *O caráter Social da Literatura Brasileira*. São Paulo: Edições Quíron, 1976.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Relação Entre História e Literatura e Representação das Identidades Urbanas No Brasil (Séculos XIX e XX). *Anos 90*, PORTO ALEGRE, n. 4, pp. 115-127, 1995a.

_____. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Representações. Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Contexto, v. 5 n. 29, 1995b.

PROENÇA, Ivan Cavalcanti. *Menino não perdido*. In:_____. *Menino de engenho*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

REGO, José Lins do. *Literatura comentada*. São Paulo: Abril Educação, 1982.

_____. *Menino de Engenho*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In:_____. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

WALLON, Henri. *Origens do pensamento na criança*. São Paulo: Manole, 1989.

ARTIGO

O LUGAR DO FEMININO NO ROMANCE “LUCINDA, A MUCAMA” DE JOAQUIM MANOEL DE MACEDO

AGAPITO, Geanne
Rodrigues de
Sousa

Graduanda em História pela
Universidade Santo Amaro -
UNISA, São Paulo. Membro do
Grupo de Pesquisa Ciência,
Saúde, Gênero e Sentimento
- CISGES/UNISA/CNPq

Orientador: Prof. Dr. Paulo
Fernando de Souza Campos

geannysud01@hotmail.com

Resumo

A pesquisa propõe o estudo das mulheres negras na produção literária brasileira a partir da obra de Gregory Rabassa que trata *O Negro na Literatura Brasileira* e faz menção a obra de Joaquim Manoel de Macedo *As Vítimas Algozes*. Neste romance, o autor nos apresenta "*Lucinda, a mucama*", cuja narrativa permite o estabelecimento de correlações entre formas de subjetivação atribuídas aos negros escravizados no Brasil, especificamente, ao gênero feminino. O desenvolvimento da pesquisa pretende estabelecer interfaces entre História e Literatura a partir das realidades-fabricadas no texto literário como possibilidade de problematização das culturas políticas e das estruturas culturais em relação ao negro no Brasil. Para tanto, a pesquisa esboça um primeiro conjunto de questões: Como o autor evoca a mulher negra no romance? Quais representações do feminino negro emergem de sua narrativa? Considerando as diferentes posições do universo da escravidão, qual o lugar destinado à mulher negra no romance abolicionista? Como metodologia o estudo parte da desconstrução da produção discursiva, que consiste em demarcar e sistematizar caracteres próprios da linguagem, que denunciam continuidades e rupturas históricas, aqui interpretadas a partir da teoria do biopoder proposta por Michel Foucault, vale dizer, como análise dos resultados alcançados, os quais permitem considerar que o discurso literário em análise objetifica o corpo da mulher negra, assim como animaliza a personagem central, elementos que evidenciam o preconceito racial característico do período. O estudo conclui que a mulher negra no romance é representada como o demônio, a imoralidade, a corrupção, imagens que permitem reconhecer permanências que extrapolam o ficcional.

Palavras-chave:

Literatura; História das Mulheres Negras; Subjetividades Escravas.

Abstract

The research proposes the study of black women in Brazilian literary production from the work of Gregory Rabassa, which deals with *O Negro na Literatura Brasileira* and mentions the work of Joaquim Manoel de Macedo *Vítimas-Algozes*. In this novel, the author presents us "*Lucinda, a mucama*", whose narrative allows the establishment of correlations between forms of subjectivation attributed to blacks enslaved in Brazil, specifically, to the female gender. The development of the research intends to establish interfaces between History and Literature from the realities-fabricated in the literary text as a possibility of problematization of the political cultures and of the cultural structures in relation to the black in Brazil. To do it, the research outlines a first set of questions: How does the author evokes the black woman in the novel? What representations of the black female emerge from her narrative? Considering the different positions in the universe of slavery, what is the place for the black woman in the abolitionist novel? As a methodology, the study is based on the deconstruction of discursive production, which consists in demarcating and systematizing the proper characters of the language, which denounce historical continuities and ruptures, interpreted here from the theory of biopower proposed by Michel Foucault, that is, as an analysis of the results achieved, which allow us to consider that the literary discourse in analysis objectifies the body of the black woman, as well as animalizes the central character, elements that evidence the racial prejudice characteristic of the period. The study concludes that the black woman in the novel is represented as the demon, immorality, corruption, images that allow to recognize permanences that extrapolate the fictional.

Keywords:

Literature; History of Black Women; Subjectivities Slaves.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata do estudo das mulheres negras na produção literária brasileira de Joaquim Manoel de Macedo (1820-1882). Na trilogia *As Vítimas Algozes* o autor apresenta *Lucinda*, *A Mucama*, cuja narrativa permite o estabelecimento de correlações entre formas de subjetivação atribuídas aos negros escravizados no Brasil, em específico, ao gênero feminino. O romance está inserido no contexto histórico do final do Império, no qual movimentos abolicionistas e obras literárias reforçavam os apelos pelo fim da escravatura. A figura de mulheres e homens negros na literatura brasileira anterior a 1850 pode ser considerada como quase inexistente (BROOKSAW, 1983), contudo, a partir desse período, observa-se um crescimento significativo do uso da imagem dos negros escravizados.

A interdisciplinaridade que fundamenta o presente trabalho nos permite problematizar como o campo da pesquisa em História abrange o estudo do gênero feminino negro na Literatura. Concomitantemente, possibilita a ampliação dos conhecimentos adquiridos no tocante ao período em que, de certa forma, se originam e se difundem este-reótipos e preconceitos sobre a etnia negra no Brasil, como destacam Xavier, Farias e Gomes (2012, p. 81): “Considerando os diálogos entre história e literatura, é importante historicizar esse conjunto de tipologias nos quais o feminino de cor foi enquadrado”.

Esse trabalho pretende contribuir para que o papel protagonizado pelas mulheres negras na História não fique limitado aos olhares “[...] deixados por uma sociedade profundamente hierarquizada por cor e sexo” (PEDRO; PINSKY, 2012, p. 406), visto que, quando a mulher negra é retratada o que se ressalta é sua inferioridade moral ou física frente a mulher branca, rica, que possui qualidades superiores inquestionáveis.

O presente estudo não visa apenas legitimar o espaço assumido ou enaltecer o gênero feminino negro, mas compreender seu posicionamento frente ao processo marginalizador da formação da sociedade brasileira, que procurou anular seu protagonismo em vários âmbitos da estrutura social. Até o início de 1990, a produção historiográfica não possuía a mesma força que o campo atualmente vive, por não haver à época trabalhos suficientes para “[...] dialogar e muitas lacunas a preencher [...]” (PEDRO; PINSKY, 2012, p. 10), como exemplificam os pesquisadores desse campo historiográfico.

A partir destas premissas, pretendemos responder as seguintes problemáticas: Como o autor evoca a mulher negra no romance? Quais representações do feminino negro emergem de sua narrativa? Considerando as diferentes posições que os escravos poderiam ter qual o lugar destinado à mulher negra no romance abolicionista em proposição?

Nesse sentido, objetivamos o estudo da representação da mulher negra na literatura brasileira na obra *As Vítimas Algozes* de Joaquim Manoel de Macedo,

especificamente trabalhamos com a terceira edição da editora Scipione, tendo como foco a terceira novela do romance intitulada *Lucinda, A Mucama*, para tanto, fizemos uma desconstrução do discurso, para deste modo, verificar as múltiplas formas através das quais as pessoas se percebem ou são percebidas, neste caso, na dimensão dos sentimentos, dos sonhos, dos medos, das utopias e distopias produzidas, narradas e atribuídas à mulher negra no romance abolicionista.

A desconstrução do discurso consiste em demarcar e sistematizar caracteres próprios da linguagem, que denunciam continuidades e rupturas de uma maneira de pensar e expressar, pois como afirma Maria Luiza Tucci Carneiro (1996, p. 24) “a desconstrução do discurso implica numa reflexão aprofundada acerca das manifestações dos fenômenos raciais [...]” e nos permitem reconfigurar não somente representações, mas como essas repercutem na configuração histórica de uma dada sociedade.

A desconstrução dos discursos redimensiona fenômenos históricos e sociais, pois o discurso é o que dá corpo às ideologias de grupos sociais, consequentemente, as ações humanas são forjadas por discursos geradores de sentidos, os quais, do mesmo modo, permitem interpretar como se organizam estas sociedades. É nesse processo que se dá a formação do sujeito, ao mesmo tempo em que se constrói a realidade na qual está inserido. Por meio do discurso o sujeito vai se constituir como construtor de uma realidade, modificando-a e sendo modi-

ficado por ela. Este processo desenvolve sociedades-reflexo do discurso dominante (FOUCAULT, 2014).

Consideramos o romance de Joaquim Manoel de Macedo como uma forma de discurso utilizado para criar e reforçar estereótipos, em específico, neste estudo, trataremos aqueles voltados para a mulher negra escravizada. O autor faz uso de dispositivos que caracterizam o que Foucault (2014) denomina como relações de poder, que emergem da capacidade mobilizadora de captar forças econômicas, políticas e sociais para que desta maneira se obtenha resultado em impor comportamentos e pensamentos dos grupos dominantes aos demais indivíduos do corpo social. Considerando o contexto, a literatura era um meio singular de divulgação dos valores sociais que as elites desejavam manter ao formar opiniões.

Para apresentarmos os resultados alcançados traçamos uma divisão em três partes. Na primeira, contextualizamos e problematizamos o período histórico em que o romance foi escrito, bem como um pouco da trajetória das fases da escrita do romancista Macedo. Na segunda, tratamos da animalização feita pelo autor ao evocar a personagem Lucinda como filha da mãe fera, fruto da escravidão, tão perversa e nociva quanto a protagonista do romance. Na terceira parte apresentamos como Macedo representa a mucama, ou seja, como escrava demônio e imoral, assim como a forma com que a narrativa objetifica e erotiza o corpo da mulher negra. Cabe ressaltar que a

presente análise não pretende esgotar o assunto, mas contribuir para os estudos sobre a mulher negra no Brasil.

Mulheres Negras, Literatura e Construção de Estereótipos

A trilogia de romances intitulada *As Vítimas Algozes* de Joaquim Manoel de Macedo¹ foi escrita e publicada no ano de 1869 e tem como primeira narrativa *Simeão, O Crioulo*. Nela, Macedo conta como se deu a criação do filho da ama de leite da sinhá-moça, criado dentro da casa-grande sem uma ocupação definida, tendo o meio social da escravidão e a sua criação livre como responsáveis pela sua degeneração, que o levou a uma vida desregrada desenvolvendo vícios como a bebida e o jogo, tornando-o lascivo e dissimulado. No final da narrativa trai a confiança dos seus senhores e os rouba, matando-os para que assim pudesse obter sua liberdade. Em *Pai-Raiol, O Feiticeiro*, a segunda narrativa, no mesmo tom que a primeira, isto é, de traição, vingança e ganância, se soma agora a questão dos feitiços e pragas lançados pelo velho escravo sobre seus senhores. O terceiro e último romance da trilogia a mulher ocupa o espaço em *Lucinda, A Mucama*, cuja narrativa permite o estabelecimento de correlações entre formas de subjetivação atribuídas ao gênero feminino negro escravizado no Brasil.

Lucinda, dada como presente de aniversário à Cândida em seu aniversário de onze anos, filha de um grande fazendei-

ro e senhor de escravos. Com o decorrer da narrativa o autor aponta como a doce e angelical sinhazinha é corrompida pela escrava imoral e pervertida, algo que nas palavras de Macedo é representado como "As águas do charco inundaram a fonte pura" (1991, p.173).

A narrativa está ligada ao contexto e ao inconsciente coletivo da época, isto é, pautada em uma representação estereotipada do negro escravizado como elemento perigoso, com tendências aos vícios e aos crimes. Valendo-se desses argumentos, Macedo defende o fim da escravidão, algo a ser feito paulatinamente, sem causar nenhum tipo de prejuízo para as famílias senhoriais, portanto, a escravidão deveria acabar pelo bem do senhor e não do escravo.

A trajetória da escrita macediana é dividida em duas fases, contudo, tanto na primeira como na segunda "[...] tentou formar uma nova mentalidade ética para a burguesia do Império, aparentemente algo desprovida de uma sólida bagagem moral". (SERRA, 1994, p. 33). Como apontada por Tania Rebelo Costa Serra, esta é a fase que o romancista se consagra quando lança seu primeiro trabalho em 1844, *A Moreninha*. O autor consegue por meio dessa obra uma respeitabilidade literária, nesse momento da sua carreira é conhecido como o Macedo das "mocinhas" e a segunda fase é marcada pela transformação do escritor, o Macedo "dos adultos". A partir de então desenvolve sua escrita voltada para "uma crítica social contundente, surpreendentemente indo contra a expectativa de seu

leitor tradicional.” (MACEDO,1994, p. 134). É nessa fase que o romancista escreve o livro/objeto de estudo deste trabalho.

A trilogia Macediana que o presente estudo se ocupa foi escrita dezenove anos antes da abolição da escravidão, isto é, na segunda metade do século XIX, período em que o país vivia os últimos anos do II Reinado, ainda sob o comando de Dom Pedro II. O Brasil, marcado por uma heterogenia sócio racial, dividia-se em uma minoria branca e rica de um lado e do outro uma maioria negra e pobre. Esse ambiente trouxe certo medo à sociedade escravagista, pois temiam que ocorresse no país o mesmo que em São Domingos, Haiti, onde os negros não só se rebelaram, mas também proclamaram a independência em 1804. Como aponta Celia Maria Marinho de Azevedo (1987, p. 35) “Ora, perguntavam-se assustados alguns ‘grandes’ homens, que viviam no Brasil de então, se em São Domingos os negros finalmente conseguiram o que sempre estiveram tentando fazer [...] por que não se repetiria o mesmo aqui?”.

Não só o medo haitiano pairava na mente da elite escravocrata para pôr fim a escravidão no Brasil, existia também “[...] a recorrente pressão pelo fim do ‘comércio infante [...] nessa conjuntura, com a Inglaterra à frente do movimento.” (SCHWACZ; STARLING, 2015, p. 274). Como grande potência mundial à época, a Inglaterra almejava expandir seu mercado consumidor e via a escravidão como um empecilho para seus negócios. Foi nesse cenário que surgiram movimentos abolicionistas, que inspiraram os

escritores os quais, através de suas obras, procuram difundir a ideia de que a escravidão representava um atraso para o desenvolvimento da nação.

O romance *As Vítimas Algozes* traduz um período da história brasileira, como permite indicar os autores, em que se discutiam projetos emancipacionistas, os quais ocasionam, entre outros, a Lei do Ventre Livre em 1871, conhecida como Lei Rio Branco, cuja proposta possibilita não somente a concessão da alforria às crianças nascidas de mulheres negras no Brasil Império, mas concomitantemente sinaliza que a escravatura começava a perder o seu impulso. É interessante destacar que a referida lei considera o ventre das negras escravizadas como livre, cabendo a elas o lugar de reprodutoras, de objeto. “Afinal, a medida libertava os escravos que nascessem após a data de sua promulgação, mas não as suas mães (SCHWARCZ; SATARLING, 2015, p. 299). A mulher negra permanece então limitada à sua condição de fêmea reprodutora.

A compreensão renovadora apontada pela história das mulheres, área de estudo recente no âmbito da pesquisa em História, viabiliza a averiguação de experiências históricas diversas da narrada pela historiografia dominante. A esse respeito Margareth Rago (1995) chama atenção para a importância da reflexão sobre o papel da História de não somente de narrar o passado, mas observar como o discurso que se emerge do passado fabrica realidades, subjetividades, representações. Assim, o estudo da experiência feminina negra permite

compreender o processo marginalizador da formação da sociedade brasileira, que procurou anular seu protagonismo e sua existência em vários âmbitos da estrutura social.

A preocupação da formação do povo brasileiro levou muitos intelectuais a desenvolverem trabalhos voltados à identidade nacional, mas como agravante o negro era visto como não humano, um risco, a degeneração da raça branca. Gilberto Freyre (2006) avalia a miscigenação como algo positivo, pois para o autor a integração das raças seria diferente do que ocorria nos Estados Unidos, suavizando, dessa forma, o antagonismo social brasileiro. Ou seja, as relações que se estabelecem entre senhores e escravos, principalmente quando o movimento abolicionista ganha impulso em fins dos anos 1880, ampliam o cenário dos permanentes conflitos. Contrariamente a essas realidades, vividas no cotidiano de negros escravizados, Freyre tenta amenizar como se deu esse convívio dentro da casa grande ao afirmar: "Desde logo salientamos a doçura nas relações de senhores com escravos domésticos, talvez maior no Brasil do que em qualquer lugar da América." (FREYRE, 2006, p. 435).

Não devemos, nem podemos generalizar tais relações, visto que, pode ter ocorrido uma aproximação da casa grande com a senzala, mas a História nos mostra que essa não era uma realidade vivida por todos os escravizados como uma via de mão única. Verificamos, no decorrer desse trabalho, que a presença da mulher negra na literatura brasileira ora é

marcada pelo silêncio, como no período anterior à abolição, ora pela afirmação da sua inferioridade e deformação, seja física, cultural, moral ou social. Quando sua beleza é exaltada, essa construção ocorre por meio da objetificação e erotização do seu corpo. Nesse sentido, ao tratar a presença e influência da mulher negra no processo civilizatório brasileiro, Gilberto Freyre (2006, p. 367) destaca que "[ela] nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger cama-vento, a primeira sensação completa de homem."

O trabalho desempenhado pelas negras não se limitava aos afazeres domésticos. Assim como os homens, muitas delas trabalhavam nas plantações com o mesmo desempenho, isto é, o sistema escravista visava o lucro, pra isso, a exploração era feita de todas as formas possíveis, sem distinção de gênero. Nesse sentido, Angela Davis (2016, p. 19) destaca que "A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero [...]". Os castigos também não eram amenizados, pois açoitadas, mutiladas e quase sempre estupradas, tratamento de exploração e punição destinado às mulheres, inclusive, grávidas. Dessa forma ocorria uma "desumanização diária na escravidão" (DAVIS, 2016).

No Brasil, as relações estabelecidas entre mulheres negras escravas e seus senhores não era diferente das vividas em outras partes do mundo. Neste sentido, a história das mulheres negras não

deve se limitar ao interesse pelo simbólico, mas vincular-se a contextos históricos “que integram sistemas de poder, redes de dominação [...]” (DIAS, 1995, p. 50). De todo modo, os negros na literatura e o renascimento de estereótipos desqualificadores não estão limitados à condição imposta por uma sociedade sexista e racista, pois não traduzem o real.

Lucinda: O Mal Gerado Pela Escravidão, a Filha da Mãe Fera

A escravidão como prática social que assume os direitos de propriedades sobre o outro por meio da força é uma prática que remonta a antiguidade, foi implantada no Brasil pelos lusitanos inicialmente com os ameríndios e posteriormente ampliada de forma sistemática com os negros africanos, onde estes foram “[...] considerados trabalhadores melhores, menos propensos a fugir e menos suscetíveis a doenças [...]” (SCHWACZ; GOMES, 2018, p. 218).

Arrancados das suas terras, homens e mulheres foram submetidos ao trabalho no cultivo da cana-de-açúcar e nos engenhos, para além disso, sua força de trabalho foi explorada nas minas de ouro, na plantação e colheita do café, assim como, usados como escravos domésticos, onde muitas negras escravizadas desempenhavam muitas funções nas casas senhoriais, entre elas a de mucama.

A personagem Lucinda, preparada para ser mucama desde os sete anos de idade, aprendeu todos os requisitos

necessários para exercer tal função. A protagonista emerge na narrativa literária como presente dado por Plácido Rodrigues à Cândida, sua afilhada, quando esta fez onze anos de idade. Por meio dessa ação logo no início, Macedo trabalha com a questão da coisificação da mulher negra. Lucinda, dada como um objeto é desprovida de sentimentos, de qualquer humanização, mas uma coisa passível de ser trocada por outra “[...] Toma conta dela, Cândida, e se te desgraçar a figura, e não gostares do serviço dessa crioula, hás de mo dizer, para que eu a troque por outra.” (MACEDO, 1991, p. 157).

Para Macedo o significado de liberdade é um requisito dos brancos. Todavia, em um lampejo, o autor destaca a antiga mucama, representada como provida de alguma nobreza, pois quando se refere à antiga ama de leite de Cândida ressalta suas qualidades enquanto, em seguida, ao falar daquela que seria a nova companhia da sinhazinha, faz uso de termos pejorativos. Nas palavras do próprio Macedo (1991, p. 160):

Cândida tinha perdido a companhia da mulher que era nobre, porque era livre, e o serviços de braços animados por coração cheio de amor, generoso, que é somente grande, quando a liberdade exclui toda imposição de deveres forçados por vontade absoluta de senhor. Em substituição da companhia livre, amiga e devotada, recebeu alegre a crioula quase da sua idade, a mulher escrava, uma filha da mãe fera [...].

Essa representação de Macedo expressa tanto a noção romanceada de uma antiga imagem construída para a escravidão, quanto a visão animalésca que a mesma assumia no final de um sistema que organizou a visão social brasileira durante quatro séculos. A mulher negra escrava no contexto e no imaginário da sociedade do final do Império é representada por Lucinda como “filha da mãe fera” pelo fato de ser escrava, não ter a educação aos moldes da elite branca identificada como “raça superior”. Ao contrário das mulheres brancas, a muçama havia crescido em meio às lascívias produzidas pela escravidão. Com relação a esse uso de características animalésicas atribuídas aos escravizados, Xavier, Farias e Gomes (2012, p. 70) destacam que:

Lançar mão de características animalésicas para descrever a população escrava foi um recurso muito utilizado pelos escritores da época e deveu-se, sobretudo, ao vivo diálogo entre ciência e literatura, que culminou na construção de tipologias que inferiorizavam o negro e reforçavam a superioridade genética dos brancos.

Tendo objetivado atribuir a escravidão a responsabilidade pelo comportamento dos escravizados Macedo, no decorrer da narrativa, deixa transparecer seu preconceito racial. Assim, Lucinda emerge de um romance abolicionista que visa transmitir a verdade dos fatos o que o autor escreve nas folhas iniciais da trilogia reforça sua intencionalidade:

Queremos agora contar-vos em alguns romances histórias verdadeiras que todos vós já sabeis, sendo certo que em as já saberdes é que pode consistir o único merecimento que por ventura tenha este trabalho; porque na vossa ciência e na vossa consciência se hão de firmar as verdades que vamos dizer [...] verdades que não precisam mais de demonstração, obrigando-vos deste modo a encarar de face, a medir a sondarem toda sua profundidade um mal enorme que afeia, infecciona, avilta, deturpa e corrói a nossa sociedade, e que a nossa sociedade ainda se apega semelhante a desgraçada mulher que, tomando o hábito da abandona com indecente desvario. (MACEDO, 1991, p. 1)

Esse discurso de transmissão da verdade com o qual Macedo inicia sua escrita é uma das características das relações de poder que existem na estrutura social da qual estamos inseridos em que muitos indivíduos fazem uso deste recurso, por meio do qual exercem o poder nas relações sociais, que se estabelecem como correlatos de verdade. Sendo assim, verificamos no romance as relações que se deram entre as personagens principais e quais os dispositivos usados por Macedo na fabricação da “verdade” para convencer a elite escravocrata a ceder e pôr fim à escravidão. Neste sentido, Michel Foucault (2014, p. 8) destaca que em toda sociedade “[...] a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída

por certo número de procedimentos que têm por função conjugar seus poderes e perigos, esquivar sua pesada e temível materialidade.”

A Literatura foi e continua sendo um dos muitos meios de transmissão e difusão do discurso social, no caso desta análise, da intolerância que primeiro se desenvolve ao nível das ideias e depois se transforma em *práxis* quando compartilhado e veiculado por meios de comunicação. Assim, não é incorreto reiterar que dessa matriz nascem os mitos, pois, segundo Carneiro (1996, p. 24), “o mito induz a acreditar numa realidade que não é verdadeira e, desta situação, se valem os teóricos racistas a que interpretam os fatos de forma distorcida de acordo com os interesses do grupo a que servem”. Isso se intensifica ao considerar que o autor escrevia para a alta burguesia, o que não significa que outras classes da sociedade não lessem o romance, no entanto, devemos nos lembrarmos que, nesse período da história do Brasil, eram poucas as pessoas alfabetizadas, o que dificultava o acesso à leitura.

Por meio de discursos como o que nos serve de base é que a mulher negra escravizada é enquadrada no imaginário social escravocrata por meio de arquétipos. Os discursos aceitos como verdadeiros são usados como uma forma de difundir a exclusão e a respeito dos estereótipos que surgiram, Pinsky e Pedro (2012) destacam os efeitos gerados pela propagação destes após a abolição da escravatura:

Datada do Império a mentalidade de que os negros teriam um “caráter degenerado”. Expressões como “alienado”, “bêbado”, “imoral” e “práticas bárbaras” associadas à população negra, tornaram-se cada vez mais frequentes [...]. Uma vez abolida a escravidão, impuseram-se as dificuldades de inserção dos ex-escravos, homens e mulheres, na “nova” sociedade. Começa aqui, em evidente desvantagem, nossa História das mulheres negras. (PINSKY; PEDRO, 2012, p. 385)

A representação feita por Macedo da mulher negra por meio da personagem “Lucinda” como “filha da mãe fera”, possuidora de inúmeros vícios originários da escravidão, serviu como dispositivo gerador e difusor do medo entre os escravagistas do período. O discurso macediano nos serve como exemplo para compreendermos o desenrolar da história das mulheres negras, pois com a abolição, a representação da mulher negra continua sendo a que foi forjada pelas relações de poder fundadas na posse e coisificação de pessoas, assim, nos deparamos com a permanência e a continuidade do discurso da intolerância racial, visto que, quando libertas, na maioria das vezes, os trabalhos domésticos desempenhados pelas negras são substituídos por haver preferência por mulheres de pele clara, vale dizer, “O critério racial de seleção dos empregadores coadunava-se aos ideias de “branqueamento” [...]” (PINSKY; PEDRO, 2012, p. 385). O estudo das mulheres negras se faz cada vez mais

necessário para que a imagem delas não esteja limitada pelo olhar daqueles que agiram para legitimar e difundir um pensamento racista, pois:

[...] as experiências acumuladas por essas mulheres que labutaram sob o chicote de seus senhores, trabalhavam para a sua família, protegendo-a, lutaram contra a escravidão e foram espancadas, estupradas, mas nunca subjugadas. (DAVIS, 2016, p. 41)

O poder do discurso referente à imagem das mulheres negras perpassa nas variadas redes de relações sociais, colocando essas mulheres em posição de submissão, vistas como coisas, tomando o exemplo do romance macediano, “filhas da mãe fera”, agora não mais por serem escravas, mas por serem negras.

Lucinda, o Demônio da Imoralidade: O Ficcional Como Correlato de Verdade

Os historiadores possuem visões diferentes sobre um mesmo acontecimento, principalmente quando pertencerem a épocas e gerações distintas, se baseiam e seguem valores de classes opostos, assim como, também não enxergam o mundo da mesma maneira (SCHAFF, 1995). O resultado que emerge da pesquisa é um fragmento de possibilidade, e não uma verdade absoluta, pronta e acabada que não possa ser questionada, e que seja objetiva.

Logo, a construção verdade se dá culturalmente de acordo com as necessidades e regras estabelecidas pela sociedade, onde é apontado o que é ou não aceito como verdadeiro. O homem é, na sua realidade, o conjunto das relações sociais; e se abstrai deste conteúdo social da pessoa humana, os únicos que subsistem entre os homens são os que estabelece a natureza, o é falso (SCHAFF, 1995). Assim encontramos inúmeras narrativas produzidas historicamente que foram aceitas como verdadeiras, a exemplo do romance macediano que nos serve de base para este trabalho.

O levantamento dos adjetivos depreciativos e negativos usados pelo autor do romance apresenta um teor racista e preconceituoso através do qual verificamos que, para representar a personagem Lucinda, foram usados quarenta e três adjetivos. Destes os que aparecem com mais frequência são: demônio, malvada, imoral, perversa, charco, pervertida, serpente, lasciva, torpe, traidora, pérfida, gênio do mal e sensual.

Travada estava a luta entre o anjo e o demônio; entre o gênio benéfico, que se empenhara em salvar, e o gênio maléfico a quem convinha perder Cândida; entre Frederico, o homem livre e moralizado, cuja nobilíssima natureza a educação aprimorara, e Lucinda, a mulher escrava e pervertida [...]. (MACEDO, 1991, p. 242)

Lucinda recebe, desta forma, a representação de demônio, termo que marca

a narrativa sobre seu caráter desviante. A escrava é assim caracterizada pelo fato de ensinar lições de imoralidade a sua senhora e macular, desta forma, a inocência de Cândida, a sinhá moça que, ao contrário, “[...] quase se igualava aos anjos do céu” (MACEDO, p. 156). Ao compararmos a caracterização feita por Macedo de Cândida e Lucinda, verificamos que por ser a sinhazinha filha de um ilustre burguês, branca, criada dentro dos moldes da educação dos filhos da elite, aparece descrita na perfeição do padrão europeu, tido como superior e modelo civilizatório:

[...] Cândida falava o francês, conhecia o inglês, a geografia, a história, tocava piano e cantava com sua voz que era já naturalmente canto mavioso [...]. Porém o que mais enfeitadamente radiava de Cândida era o brilho, [...] que arremeda e quase iguala os anjos do céu. (MACEDO, 1991, p. 156)

Para Macedo, a escravidão, por si só, é responsável pela ruptura e desenraizamento cultural de tradições e costumes étnicos das heranças ancestrais das mulheres negras, africanas. Somado a isso, temos através da representação de Lucinda um exemplo de como o discurso da ideologia do racismo se materializa, normalizando e atribuindo a responsabilidade das diferenças das desigualdades sofridas por mulheres negras ao fazer emergir subjetividades e identidades a elas atribuídas. Presas

dentro do corpo social que não importa, foram tratadas como iguais aos homens, passivas e sujeitadas.

Todavia, cabe ressaltar, Lucinda tinha consciência de sua realidade dentro do sistema escravista, o que fica evidente quando em uma conversa com sua sinhazinha ela diz: “É por isso e porque sou negra escrava; com as escravas não precisa haver cuidados; nós não temos de casar-nos.” (MACEDO, 1991, p. 172). Essa representação evidencia a condição a que as mulheres negras foram submetidas, avaliadas, representadas pela elite consumidora e letrada do período, isto é, desprovidas de qualquer direito, nem de constituírem uma família.

A historiografia corrobora e sustenta as análises de que no contexto tinha-se uma consideração de que tanto os homens negros como as mulheres negras eram incapazes de desenvolver laços afetivos sólidos, no caso específico das mulheres, “[...] na verdade, elas não tinham direitos sobre elas mesmas.” (SILVA, 2012, p. 11). Não seria incorreto supor que esses argumentos justificavam a escravidão, a separação entre mães e filhos quando ocorria a venda dos mesmos, quando suas identidades lhes eram roubadas. A identidade, como defende Stuart Hall (2005) não é fixa ou mesmo permanente, mas se transforma é uma “celebração móvel” que se forma e se transforma nos sistemas culturais, pois:

É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes

momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós a identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que as nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. (HALL, 2005, p. 13)

O feminino negro no discurso literário, em sua maior parte, é visto ora como submisso, fraco, passível de abusos e de repressão, ora emerge como germe da escravidão, imoral, carnal e diabólico, como exposto no romance abolicionista macediano e representado por Lucinda. Todavia, o que verificamos é que a mulher negra assumiu seu lugar de protagonista mesmo em meio a exploração e as mais triviais situações a que foi submetida, algo possível de ser visualizado na narrativa de Lucinda, pois encontra uma oportunidade de liberdade e ascensão social ao conduzir Cândida aos braços de Souvanel.

A mucama dissimulou, mentiu, fingiu e sempre que necessário ajudava o golpista, levando os recados à sua senhora moça todas as vezes que lhe era solicitado. Fez tudo o quanto era possível para que seus objetivos pudessem se concretizar e por fim fugiu ao lado de Cândida, sua dona. Todas as estratégias desenvolvidas por Lucinda atestam sua inteligência, mas “[...] no entanto sua condição de escrava não permite que a mesma seja vista de maneira diferente, a não ser como escrava objeto.” (SILVA, 2012, p. 12). Ao contrário, há uma in-

tencionalidade implícita, que avisa dos perigos da convivência entre negros e brancos em se deixar levar por astúcias que naturalmente maculam a raça negra e as tornam inferiores.

As ações empreendidas por Lucinda evidenciam uma forma de resistência ao sistema escravocrata, mas essa é de longe uma ação incomum na história das mulheres negras escravizadas. Muitas fugiam e refugiavam-se em quilombos, pois como afirma Maria Lucia Mott (1988, p. 31) “Entre o jogo de cintura – a esper-teza – e a situação extrema de resistência – o suicídio – escravos e escravas desenvolveram várias formas de se opor ao poder senhorial.”. A historiografia reitera os pressupostos ao indicar:

Não encontramos tão somente mulheres submissas ou expostas à opressão que correspondessem ao tipo das mucamas, violentadas sexualmente ou oprimidas pelas relações de gênero no interior das próprias senzalas. Podemos avançar mais, nos desejos e projetos de mulheres negras, organizando recursos que elas produziram e desejavam legar. Verificamos o olhar delas para a solidariedade de gênero e também para o universo da escravidão ainda presente, pois algumas possuíam cativos. (XAVIER; FARIAS; GOMES, 2012, p. 303)

O papel protagonizado por mulheres negras na História, no que diz respeito à busca pela liberdade, não se limitava só a elas mesmas, pois agiam para que

outras mulheres também pudessem ser libertas. Não havia distinção quanto ao gênero para a opressão, sofriam assim como seus companheiros “[...] eram socialmente iguais a eles no interior da comunidade escrava; e resistiam à escravidão com o mesmo ardor que eles” (DAVIS, 2016, p. 35). No Brasil, desempenhavam trabalhos fora das casas senhoriais, no comércio, onde podiam adquirir alguma forma de pagamento e mais que isso, elas estabeleciam novos laços sociais:

[...] era com o desdobramento de relações sociais inerentes ao pequeno comércio ambulante que as escravas reconstituíam seus laços primários, para além do espaço doméstico, chegando a improvisar uma vida comunitária intensa, prática dissimulada de uma resistência que permitia a sua sobrevivência e devolvia a sua vida a dimensão social arrebatada pelo tráfico. (DIAS, 1995, p. 157).

As mulheres resistiam ao sistema escravagista enfrentando adversidades de forma criativa, para sobreviverem às mazelas da escravidão. Todavia, no romance, as mensagens implícitas e explícitas sugerem que as formas de resistências negras consubstanciavam a indolência, a baixeza do caráter e a vulgaridade que os subjugavam e os escravizavam, assim emergiram estereótipos relacionados à mulher negra, que agem como uma “camisa-de-força, uma forma de controle social”. (BROOKSHAW, 1983, p. 10). Para além disso:

O ser estereotipado é assim, a corporificação física de um mito, baseado imediatamente na visão que o percebido tem do papel sociocultural de seu receptor e de seu próprio [...] o mito deve ser visto no contexto de uma dialética na qual o receptor corporifica uma negação de percebido e, portanto, uma negação de padrões sócio-culturais aceitáveis. (BROOKSHAW, 1983, p. 10)

São raras as vezes em que o autor menciona as qualidades da personagem, quando o faz chama a atenção para seu corpo:

Lucinda era aos doze anos de idade uma crioula quase mulher, tendo já tomado as formas que se modificam ao chegar a puberdade: um pouco magra, de estatura regular, ligeira de movimentos, afetada sem excesso condenável no andar, muito viva alegre, gárrula [...]. (MACEDO, 1991, p. 166)

Para o autor, “a crioula, mucama de Cândida, era pois já então uma rapariga muito pervertida e muito desejosa de se perverter ainda mais [...]” (MACEDO, 1991, p. 167). O fato é que escritores como Joaquim Manoel de Macedo não eram capazes de evidenciar que essas mulheres negras eram bonitas sem depreciar a imagem delas, sem apelar pra objetificação de seus corpos como símbolo sexual. Quando o autor faz a descrição física do corpo da mucama, “[...] atesta, mais uma vez, o lugar reservado para as mulheres

de cor na literatura [...]” (XAVIER; FARIAS; GOMES, 2012, p. 81). A objetificação e erotização do corpo da personagem é um dos muitos estereótipos do qual os escritores se apoiaram para trabalhar a imagem da mulher negra na literatura. Com a propagação dessa ideia criou-se o mito da vulgaridade e promiscuidade da mulher negra o que fabrica uma realidade que não é verdadeira, mas que envolve a vida das mulheres negras, mulatas, não raro, significadas como crioulas devassas, sensuais, depravadas.

Vale salientar, desde meados do século XVI, ainda no período colonial, o interesse dos escravagistas, quando ocorria o comércio de compra e venda das negras e negros escravizados, era mais do que a boa aparência da mercadoria que os senhores observavam. Nesse sentido, Gilberto Freyre (2006, p. 396) pontua que:

Vê-se [...] a definida preferência pelos negros e negras altas e de formas atraentes – “bonitas de cara e de corpo” e “com todos os dentes da frente”. O que mostra ter havido seleção eugênica e estética de pagens, mucamas e molecas para o serviço doméstico [...].

Das relações de poder que foram estabelecidas na escravidão entre senhores e escravos, verificamos que essa questão da objetificação do corpo fez com que muitas mulheres negras escravizadas fossem forçadas a manter relações sexuais com seus donos.

[...] os proprietários de escravos encorajavam seu uso terrorista para colocar as mulheres negras em seu lugar [...], o tema tem sido mais do que minimizado na literatura tradicional sobre a escravidão. Às vezes, parte-se até mesmo do princípio de que as escravas aceitavam e encorajavam a atenção sexual dos homens brancos. (DAVIS, 2016, p. 37).

A imagem que foi criada para a mulher negra, foi relacionada à sua sexualidade e imoralidade e como reforço para o discurso que a significa como uma depravada sexual insaciável e isso fazia com que buscasse seduzir os homens. É interessante notar que essa ideia de que tal mulher não sofria a exploração sexual, mas que era conivente com o ato, permite considerar o que Virginie Despentes (2016) traduz como “teoria King Kong”, ou seja, que as mulheres estrategicamente usam os abusos enfrentados a seu favor ao subverter a ordem, explorando antes de serem exploradas. Da mesma forma a personagem do romance macediano é destacada como essa mulher que explora. Lucinda, ao enganar seus senhores Florêncio da Silva e Leonídia para desonrar a sinhazinha Cândida, bem como o fato da mucama fazer questão de influenciar na escolha do noivo da jovem donzela, demonstra que ela era muito perspicaz “[...] pois que ela se pretendia naturalmente a domínio de um senhor e a do sistema de vida em que sua senhora, e também ela, teriam de submeter-se” (MACEDO, 1991, p. 201).

Verificamos por intermédio da narrativa produzida por Macedo que à mulher negra escravizada coube o lugar símbolo da depravação sexual. A imagem que as representações macedianas evocam são marcadas pela estereotipização e exploração do corpo, as quais agiram para reduzir, essencializar, naturalizar e fixar a diferença do outro de modo hierarquizado ao reiterar a interpretação discursiva que a historiografia permite considerar como nociva em relação à história dos negros no Brasil.

A representação da mulher negra como apresentado no romance se propagou ao longo do tempo e mesmo que séculos tenham se passado, ainda hoje, nos deparamos com o preconceito gerado pelo discurso verdadeiro criado para as mulheres negras, como um dispositivo de legitimação das relações de poder que se dão entre os indivíduos. A esse respeito “[...] a literatura ocidental teve de buscar apoio, durante séculos, no natural, no verossímil, na sinceridade, na ciência também – em suma, no discurso verdadeiro.” (FOUCAULT, 2014, p. 17).

As negras ainda continuam sendo vistas como inferiores quando comparadas com a mulher branca, para elas mesmo que passado a escravidão, ficou no imaginário social a imagem de “ineptas e promíscuas” (DAVIS, 2016, p. 100). Assim o passado ficcional surge como uma resposta a esses e outros dramas diários que são vivenciados por essas mulheres na atualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura nos possibilitou verificar como o escritor Joaquim Manoel de Macedo convenceu a elite escravocrata do período do Brasil Império a pôr fim ao sistema de escravidão, quando o país era um dos poucos que ainda resistia a sua manutenção. O romance macediano nesta fase emancipacionista usou como estratégia de convencimento o medo nas famílias senhoriais. Apelando para a questão da imoralidade que a escravidão gerava, desgraçando e desmoralizando os negros naturalmente corrompidos e para a exaltação dos brancos, considerados vítimas de seus algozes o autor traduz a personagem Lucinda por sua inexorável realidade: a perversidade de sua natureza, a devassidão de sua existência maculada pela escravidão.

Verificamos que a narrativa do romance fez uso de adjetivos depreciativos, pejorativos e preconceituosos que, por consequência, agem como formadores de estereótipos em relação à representação da mulher negra. Os significados desta linguagem, no romance protagonizado por Lucinda, explora o corpo erotizado e objetificado da mulher negra como um dos inconvenientes que justificam sua animalização e tratamento como desprovido de humanidade, inimiga dos bons costumes que regiam a sociedade da época, rotulada como inferior por ser escrava e negra.

A história ficcional de Macedo nos permite reconhecer o processo histórico no qual a sociedade brasileira do período Imperial viveu, assim como os desdobramentos que levaram à escrita do referido escritor, dessa forma verificamos as permanências históricas no caso da narrativa da personagem Lucinda, a continuidade da discriminação racial que ainda atinge as mulheres negras hoje e que corre o risco de perpassar o futuro de tantas outras.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, C. M. M. A. Em busca de um povo. In:_____. *Onda Negra Medo Branco: O Negro no Imaginário das Elites - Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BROOKSHAW, David. *Raça & Cor na Literatura Brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

CARNEIRO, Maria Luisa Tucci. O Discurso da Intolerância. Fontes para o estudo do racismo. In: DI CREDO, M. do C. S.; ALVES, P.; OLIVEIRA, C. R. *Fontes Históricas: abordagens e métodos*. Assis: UNESP, 1996.

DAVIS, Angela. O Legado da Escravidão: Parâmetros para uma Nova Condição da Mulher. In:_____. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. O Significado de Emancipação para as Mulheres Negras. In: _____. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DESPENTES, Viginie. *Teoria King Kong*. São Paulo: n-1 edições, 2016.

DIAS, Maria Odila. Escravas: Resistir e sobreviver. In: PINSK, C. B.; PEDRO, J. M. (Org). *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

DIAS, M. O. L. S. Quotidiano e Poder. In:_____. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FREYRE, Gilberto. O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro. In:_____. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MACEDO, Joaquim Manoel de. *As Vítimas Algozes: Quadros da Escravidão*. São Paulo: Scipione, 1991.

MOTT, Maria Lucia de Barros. A Revolta no Cotidiano. In:_____. *Submissão e Resistência a Mulher na Luta Contra a Escravidão*. São Paulo: Contexto, 1988.

NEPOMUCENO, Bebel. Protagonismo Ignorado. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Org). *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

PAIXÃO, Marcelo; GOMES; Flavio. História das Diferenças e das Desigualdades Revisitadas: Notas sobre Gênero, Escravidão, Raça e Pós-Emancipação. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flavio (Org). *Mulheres negras no Brasil escravagista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012.

RAGO, Margareth. As mulheres na his-

toriografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org). *Cultura histórica em debate*. São Paulo: UNESP, 1995.

SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SCHWARTZ, Lilia; STARLING, Heloisa M. Segundo Reinado: Enfim uma Nação nos Trópicos. In:_____. *Brasil Uma Biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

_____; GOMES, Flávio. Escravidão Indígena e o Início da Escravidão Africana. In:_____. *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SERRA, Tania Rebelo Costa. *Joaquim Manoel de Macedo ou Os Dois Macedos: A luneta mágica do II Reinado*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Dep. Nacional do Livro, 1994.

SILVA, Andréa Marques da. Lucinda, a mucama: a representação da mulher escravizada em vítimas algozes de Joaquim Manoel de Macedo. *Cadernos Inbondeiro*, João Pessoa, v. 2, n. 1, pp. 1-15, 2012.

XAVIER, Giovana. Entre Personagens, Tipologias e Rótulos da "Diferença": A Mulher Escrava na Ficção do Rio de Janeiro no Século XIX. In:_____; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flavio (Org). *Mulheres negras no Brasil escravagista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012.

ARTIGO

O NEGRO HISTÓRIA E NA LITERATURA: INTERFACES DO DARWINISMO SOCIAL NA REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA BRASILEIRA

SILVA, Antonio
Pereira da

Graduado em Licenciatura
em História - Universidade
de Santo Amaro - UNISA.

Orientador: Prof. Dr. Luiz
Antônio Dias

pereira-123@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo principal compreender a representação do negro na História e na Literatura brasileira de finais do século XIX até meados do século XX, partindo de uma análise da obra *O negro na ficção Brasileira*, do brasilianista americano Gregory Rabassa (1922 – 2016) publicada no Brasil em 1965. A pesquisa tem como problemática norteadora os seguintes questionamentos: De que maneira as teorias raciais do final do século XIX tiveram influências na representação do negro na historiografia brasileira deste período em especial o darwinismo social? De que forma a ideia de branqueamento do Brasil e o darwinismo social impactaram na formação da identidade nacional brasileira no final do século XIX e início do século XX? Qual foi a representação da identidade do negro no Brasil na década de 30 diante dos discursos do darwinismo social? A pesquisa propõe discutir a historiografia produzida no final do século XIX e início do século XX a partir da obra *Os Africanos no Brasil* de Raimundo Nina Rodrigues (1862 – 1906). Da Análise do Discurso, a pesquisa caracteriza os impactos do racismo científico na construção dos personagens negros evocados pela geração de 30, que marca uma ruptura com a escola romântica, que demarcava a produção literária no Brasil. Os resultados alcançados, permitem considerar a possibilidade da identificação do olhar estereotipado sobre a imagem dos negros. Neste sentido, o trabalho conclui que as teorias raciais do final do século XIX e início do século XX contribuíram como instrumento regulador na construção da identidade negra brasileira.

Palavras-chave:

Historiografia; Literatura; Negros; Darwinismo Social

Abstract

The present work has as its main objective to understand the representation of black people in Brazilian History and literature of the late 19th century until the mid-20th century, starting from an analysis of the work *O negro na ficção brasileira* of American brasilianista Gregory Rabassa (1922 – 2016) published in Brazil in 1965. The research has as guiding the following problematic questions: how the racial theories of the late 19th century had influences on the representation of the negro in Brazilian historiography this period especially social Darwinism? How does the idea of bleaching of Brazil and social Darwinism impacted in the formation of Brazilian national identity in the late 19th and early 20th century? What was the representation of black identity in Brazil in the 30 on the speeches of social Darwinism? The research proposes discussing the historiography produced in the late 19th and early 20th century from the work *Africans in Brazil* of Raimundo Nina Rao (1862-1906). Discourse analysis, the research characterized the impacts of scientific racism in the construction of the black characters evoked by the generation of 30's, which marks a break with the romantic school, which demarcated the literary production in Brazil. The results obtained allow us to consider the possibility of identifying the stereotyped look on the image of black people. In this sense, the work concludes that racial theories of the late 19th and early 20th century, contributed as a regulator in the construction of black Brazilian identity.

Keywords:

Historiography; Literature; Black people; Social Darwinism.

INTRODUÇÃO

O trabalho apresenta como tema central os negros na historiografia brasileira de finais do século XIX até meados do século XX, parte de uma análise da obra *O negro na ficção brasileira*, do brasilianista Gregory Rabassa (1922 – 2016) publicada no Brasil em 1965. O trabalho analisa as influências do darwinismo social criado na Europa no final do século XIX, e que influencia a historiografia brasileira com teorias embasadas no racismo científico

O trabalho busca uma investigação e contextualização das teorias raciais que serviram de base de sustentação e justificativa a política de branqueamento no bojo da Abolição da escravatura em 1888, a proclamação da República em 1889, e a substituição da mão de obra escrava por imigrantes europeus, momento em que parecia ser necessário o estabelecimento de critérios diferenciados de cidadania e de um novo projeto político para o Brasil. Como explica Lilian Schwarcz “[...] as teorias raciais se apresentavam enquanto modelo teórico viável na justificação do complicado jogo de interesses que se mostrava” (1993, p. 24). Não somente houve um consumo da literatura como também um tipo de adoção de forma original por parte da elite brasileira na manutenção e conservação de uma hierarquia social.

A problemática que o estudo analisa e discute, trata a historiografia produzida no contexto histórico que levou ao nascimento de mitos da nossa história como a ideia de democracia racial, em específico, no momento em que o racismo se susten-

ta na ciência como uma doutrina, expressa nos discursos de alguns intelectuais.

A pesquisa analisa os autores Raimundo Nina Rodrigues (1862 – 1906) para compreender a produção historiográfica brasileira, e refletir sobre a representação construída para a imagem dos negros na literatura brasileira do final do século XIX e meados do século XX, identificando as influências do darwinismo social, examinando os discursos produzidos pelo racismo científico contextualizado no processo histórico brasileiro deste período que, caracterizou a ideia de branqueamento da nação como possibilidade de identificação dos seus reflexos na produção literária da Geração de 30 da literatura brasileira na obra de Gregory Rabassa (1922 – 2016).

Nascido em 09 de março de 1922, em Nova York, Gregory Rabassa é filho do imigrante Cubano Miguel Rabassa e Clara Macfarland. Serviu como criptógrafo durante a segunda guerra mundial no escritório de serviços estratégicos, estudou Dartmouth College e na Universidade Columbia, onde foi professor por duas décadas antes de passar para o departamento de tradução do Queens College em Nova York. É conhecido nos Estados Unidos como tradutor. Além de traduzir do Espanhol, ele também traduz do Português para o Inglês, entre os seus autores estão Machado de Assis, Jorge Amado, Osman Lins e Clarice Lispector. Em 1967 recebeu o prêmio Nacional do livro pela tradução de *(O jogo de Amarelinha)* de Argentino Júlio Cortázar (1914 – 1984), e a medalha Nacional das Artes em 2006. É também tradutor da obra *(Cem Anos de Solidão)* de Gabriel Garcia Marques. Em

1965, foi traduzido e lançado no Brasil o seu ensaio “*O Negro na Ficção Brasileira*” (MILAN, 2012). Sua obra consiste na principal fonte desta pesquisa.

Como método, a pesquisa se apoia na investigação da produção e reprodução do discurso na historiografia brasileira do final do século XIX e início do século XX, em específico, em relação a representação dos negros. A abordagem proposta possibilita o reconhecimento de significados atribuídos aos negros a partir da imposição do discurso dominante, fundado no racismo científico, como se pretende demonstrar. Assim, aplicou-se a Análise do Discurso mediante a desconstrução do discurso ao nível da práxis, pois este identifica dicotomias atribuídas a representação dos negros como forma de discurso na obra literária que serve de documento, vale dizer, *Os Africanos No Brasil*, do intelectual Raimundo Nina Rodrigues (1862 – 1906), em comparação com a obra *O Negro Na Ficção Brasileira*, do brasilianista americano Gregory Rabassa (1922 – 2016), pois como assegura Maria Luiza Tucci (1996) os discursos permitem reconfigurar não somente representações, mas como essas podem repercutir na configuração histórica de uma dada sociedade.

Como forma de análise dos resultados, são utilizadas as bases teóricas que fundamentam a perspectiva foucaultiana ao buscar evidências que comprovem a ideia de construção do discurso influenciador que alimenta e propaga a discriminação, o preconceito, a divisão da sociedade por raças. Como considera Michel Foucault (1979) as organizações sociais, as práticas institucionais, religiosas, bem como sabe-

res acadêmicos, estabelecem relações de poder que pautam o cotidiano das pessoas. De acordo com o autor, localizar estes poderes permite interpretar como se organizam as sociedades. Segundo o autor (FOUCAULT, 2014), em toda sociedade a produção do discurso promove e sustenta as desigualdades, é controlada, organizada, selecionada, e redistribuída e tem por objetivo conjurar seus poderes, perigos e domínios.

Nina Rodrigues (1862 – 1906), médico intelectual, classificou o negro como inferior e incapaz em relação ao branco. As explicações e discursões da degeneração social recaía sobre a mistura racial, sobre os negros, considerados inferiores, violentos e degenerados, representações evidenciadas nas teorias científicas do final do século XIX, que traduziam os negros como naturalmente inferiores. As teorias foram recebidas e aplicadas pela elite intelectual brasileira, como permite considerar Lilia Moritz Schwarcz (1993, p.313) quando enfatiza:

Saudada pelos cientistas estrangeiros como fenômeno desconhecido e recente, a miscigenação do país tornava-se nesse momento, um tema polêmico também entre as elites intelectuais. Consumidores da literatura especializada que vinha da Europa e da América do Norte, esses grupos tomam a questão da raça quase que uma obsessão, como suporte para uma produção nacional e específica

Os intelectuais brasileiros fizeram uma boa recepção destes discursos e re-

produziram por meio do saber científico uma continuidade discursiva através da literatura como ressalta Eni Orlandi (1996, p. 18), “[...] todo discurso nasce em outro (sua matéria prima) e aponta para outro (seu futuro discursivo). Por isso, na realidade não se trata nunca de um discurso, mas de um continuum”.

Deste modo, o trabalho pretende ao retomar o tema, verticalizar o conhecimento sobre uma história que não tem fim, não está pronta, nem acabada, pois homens e mulheres pretos ainda hoje são considerados como páreas da sociedade. Cabe ressaltar que o trabalho não pretende esgotar o assunto, mas abrir novas possibilidades de aprofundamento do estudo como forma de contribuição no campo da pesquisa em torno do negro na História e na Historiografia brasileira.

Racismo Científico: Influências Europeia na Representação do Negro no Brasil

No final do século XIX, o Brasil era um país de várias cores e misturas, visto como um país exótico e misterioso aos olhos dos que viam de fora. Formava-se, assim, uma miscigenação que se acreditava seria uma nova raça, mestiça, composta pela mistura do elemento branco colonizador, do negro deportado como escravo e do indígena nativo, que habitava estas terras antes da chegada dos europeus. Uma nova questão estava no discurso da formação da nação brasileira como escreveu Lilia Moritz Schwarcz (1996, p. 16-17):

Essa visão mestiça e singular do país não ficava restrita, porém, aos circuitos internos de debate. Estava presente na imagem que externamente se veiculava e em especial na interpretação dos vários naturalistas que ao longo do século XIX por aqui passaram à procura de espécimes raros da flora e da fauna, e se depararam com o espetáculo dos homens e das misturas de raças.

A visão de nação que estava presente tanto na construção da elite interna como na imagem externa de pesquisadores e cientistas estrangeiros, viajantes, que por aqui passaram e teceram uma ideia crítica em relação a mestiçagem e a questão racial, depreciava seus habitantes. A partir de então, a questão passou a ser observada de forma preocupante, duvidosa e incompreensível pela elite nacional, levando assim, a análise dos problemas locais sob o viés das teorias raciais (SCHWARCZ, 1993).

A questão raciológica que conhecemos no âmbito do racismo científico no território brasileiro, tem as suas bases de influências no pensamento europeu. Desde o final do século XIX, houve uma espécie de absorção das ideias estrangeiras por parte da intelectualidade brasileira. A antropologia desenvolvida na Europa, voltada para os estudos das populações, procura responder as indagações que recaiam sobre as das diferenças entre os homens, o que seria humano, normal ou patológico. A legitimação dessas ideias raciológicas, se concretiza através da multiplicação das experiências empíricas que dão um aparente amparo aos resultados dessas teorias

científicas, que se coadunam com o pensamento predominante positivista, como explica Renato Ortiz (1994, p.28):

A questão não era nova, pelo contrário, já se encontrava em Spencer, Darwin e outros autores; no entanto, o que caracterizava as análises raciológicas de então é uma multiplicação de experiências empíricas que aparentemente legitimam o estatuto científico das teorias construídas. Este processo de legitimação é fundamental, pois o espírito positivista que predomina requer a confirmação empírica dos argumentos enunciados teoricamente.

Com a passagem de vários viajantes no território brasileiro durante o século XIX, se destaca o Suíço Louis Agassiz (1807 – 1873), e o Francês Joseph Arthur de Gobineau (1816 – 1882). Gobineau era considerado um amigo íntimo do imperador D. Pedro II e os dois terão uma forte influência na representação das teorias raciais no pensamento dos intelectuais brasileiros, na medida em que assimilavam as teorias da mestiçagem no território brasileiro como um problema (ORTIZ,1994).

Dentre as teorias elaboradas na Europa que contribuíram na formação do pensamento dos intelectuais brasileiros em relação à referida problemática da nação brasileira como mestiça e inferior, encontra-se o darwinismo social. Uma vez que o estágio civilizatório do país, em comparação aos europeus, era considerado inferior na etapa evolutiva. “O evolucionismo fornece a intelligentsia brasileira os conceitos para compreensão desta problemática; porém, na medida em que a realidade

nacional se diferencia da europeia, tem-se que ela adquire no Brasil novos contornos e peculiaridades” (ORTIZ, 1994, p. 15).

Os darwinistas sociais, em suas teorias, sustentavam uma nova perspectiva pessimista em relação a miscigenação. Considerava-se o cruzamento um erro que levaria a resultados imutáveis, degenerativos, não tão somente racial como também de cunho social. A questão da mistura das raças era um fator negativo na herança das características das populações, que herdariam no resultado das raças em cruzamentos os aspectos negativos da “raça” negra. Essa incapacidade de “evolução social” vista pelos darwinistas sociais através da miscigenação, tinha como objetivo, a sustentação de um discurso enaltecido da possível existência de uma raça de “tipos puros”, que seria incapaz de passar pelo processo de miscigenação, uma vez que a mestiçagem representava um “[...] sinônimo de degeneração não só racial como social” (SCHWARCZ, 1993, p.78).

Assim, a representação do negro no Brasil é marcada em bases teóricas raciais europeias que serviram e alimentaram a elite intelectual brasileira no final do século XIX com uma literatura de cunho racista, baseada na ideia de justificação da civilização dos superiores brancos sobre os atrasados negros e os imbecilizados índios. Entre esses intelectuais, podemos destacar Raimundo Nina Rodrigues (1862 – 1906), citado na coletânea do brasilianista americano quando ressalta: “[...] Nina Rodrigues foi o primeiro a atuar e seu trabalho foi continuado por Artur Ramos [...]” (RABASSA, 1965, p 101).

Nina Rodrigues nasceu no dia 04 de dezembro de 1862 em Vila do Manga, Município de Vargem Grande, Maranhão, morre no dia 17 de julho de 1906 em Paris. A obra *Os Africanos no Brasil* foi escrita entre 1890 e 1905, mas foi publicado postumamente em 1932 (CORRÊA, 2001). Embora sustentasse uma teoria cientificamente inaceitável para os dias hoje, de cunho racista e com explicações excessivamente etnocêntricas, Nina Rodrigues apresentava forte interesse pela pesquisa. Dava-se, assim, a abertura nos estudos sobre o negro no Brasil, como escreveu Dante Moreira Leite (1992, p. 216-217):

E sua influência foi realmente grande. Para o leitor de hoje, habituado a outros métodos de estudo e a outras teorias, já não é tão fácil perceber os seus aspectos positivos. Os estudos de Nina Rodrigues são “datados”, suas explicações são excessivamente etnocêntricas. No entanto – e daí vem o seu interesse e, provavelmente, o seu encanto pessoal para os discípulos – Nina Rodrigues tinha interesse real pela pesquisa, e compreendeu a necessidade de fazer levantamentos sobre a língua e a religião dos africanos da Bahia. Além disso, embora sustentasse uma teoria cientificamente inaceitável, parece ter andado perto de uma concepção cultural do negro.

Portanto, é possível considerar que a representação dos negros no Brasil é construída sobre a formação discursiva que resulta em um dado pensamento ideológico degenerativo, inferiorizado e negativo quanto a sua imagem e significação

histórico-social. Como contextualiza Eni Pulcinelli Orlandi (1996, p. 108), “As formações discursivas representam, na ordem do discurso, as formações ideológicas que lhes correspondem”. Pode-se dizer que foi grande as influências das teorias de cunho racista europeia nas análises de Nina Rodrigues, que contribuiu na construção negativa e inferiorizada da imagem e da representatividade dos negros no Brasil, e que estas, impactam até os dias atuais de homens e mulheres negros no Brasil.

Os Negros Entre a Ficção e a Realidade: Teoria do Branqueamento

No final do século XIX e início do século XX, o negro era explicitamente um problema no Brasil. Esse era um posicionamento que Nina Rodrigues apresenta no início da introdução do livro *Os Africanos no Brasil*, uma vez que esta questão, no território brasileiro, necessitava de um estudo mais aprofundado, o que até então não havia sido analisado. O professor de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Dante Moreira Leite afirma que esta questão era assumida de início como um problema mais abrangente no Brasil, que “[...] Nina Rodrigues analisa problemas ainda mais gerais. Começa por discutir – contra o que julgava ser a opinião corrente no Brasil – a existência de um problema negro no país.” (LEITE, 1992, p. 219).

Todavia, ainda que suas pesquisas inaugurem a questão com um “objeto” de estudo, os discursos de Nina Rodrigues, em suas análises dos negros no Bra-

sil, estão carregados de estereótipos, que marcam a imagem e a representatividade negra no Brasil, associando-o, a um problema do passado, do presente e do futuro. Para o intelectual a maneira de eliminar o problema, seria o branqueamento, Nina Rodrigues escreveu (2008, p.26): "O problema 'o negro no Brasil possui, de fato, faces diversas: uma do passado (estudos dos negros africanos que colonizaram o país) e outra do presente (negros crioulos, brancos e mestiços), e a última do futuro (mestiços e brancos crioulos)."

O discurso de Nina Rodrigues, aqui apresentado, está carregado de atribuições que resultam em dicotomias, diferenciando o negro, o mestiço e o branco. Acompanhado deste pensamento, de branqueamento da nação, a literatura brasileira, revela posicionamentos representativos de um discurso raciológico representando o negro na ficção como este quase homem, quase mulher, degenerados pela própria raça. Gregory Rabassa destaca a obra *Canaã* de Graça Aranha (1868 – 1931), como sendo um escritor que está mais interessado no futuro do Brasil, do que no negro como indivíduo representativo na construção de uma nação. "O homem brasileiro não é um fator do progresso: é um híbrido. E a civilização não se fará jamais nas raças inferiores." (ARANHA, 1977, p.52). Estas ideias, estavam bem próximas do pensamento vigente na intelectualidade no Brasil. Conforme escreveu Rabassa (1965, p.104):

Graça Aranha não pode ser considerado exatamente como um escritor interessado no negro como indivíduo.

Suas observações sempre faziam parte de um grande todo, o futuro do Brasil, com particular ênfase nas misturas raciais e em seus produtos resultantes. É fácil de ver que, apesar de ser um brasileiro muito patriota e de só querer o melhor para seu país, exultava-se diante dos povos nórdicos e gostaria de ver uma imigração germânica para o Brasil em grande escala. Suas ideias a respeito da raça muitas vezes parecem seguir as de Gobineau e outros do século XIX.

Os personagens protagonistas, do romance de Graça Aranha, representante de um pensamento que seria uma ficção, acaba revelando um pensamento real de que o problema futuro da nação brasileira, só terminaria com a mistura da raça inferior com a raça branca, considerada superior, prevalecendo o branqueamento. "[...] é no encontro das raças adiantadas com as raças virgens, selvagens, que está o repouso conservador, o milagre do rejuvenescimento da civilização" (ARANHA, 1977, p. 52-53).

A questão do branqueamento está em pauta no romance intitulado "Thebas, o escravo", do autor Nuto Sant'Anna (1889 – 1975), em que o personagem protagonista é um escravo com aspecto forte, bem ajustado, popular entre os seus, e estimado pelos donos. A questão do branqueamento, aparece quando o seu feitor faz um elogio após um ato heroico de Thebas, chamando de um "preto branco", como afirma Rabassa (1965, p.413): "Depois de realizar um ato heroico, êle recebe cumprimentos do feitor. Êste sente que o maior elogio que pode dar a Thebas é chama-lo de 'prêto branco'."

Este tipo de diferenciação, expressa na fala do feitor, mestre do campo, é uma maneira de associar o ser honroso, o homem ideal ao branqueamento, pois representa o que é bom, o que é melhor, que é superior e digno de elogio. É um tipo de discurso, que busca a legitimação de um branqueamento da moral, do ego, da alma, e da dignidade. O branqueamento interiorizado no indivíduo a partir de um olhar discriminador, hierarquizado, nos leva a entender as formações discursivas e suas constituições de sentidos como escreveu Orlandi (1996, p. 108):

As formações discursivas representam, na ordem do discurso, as formações ideológicas que lhes correspondem. É a formação discursiva que determina o que pode ser dito, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada. Isso significa que as palavras, expressões, etc. recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas.

Nina Rodrigues, tenta demonstrar uma suposta incapacidade do negro de civilizar-se em relação ao branco europeu, uma suposta sujeição do negro diante da administração inteligente e exploradora dos brancos, que torna, impossível a sua emancipação social. Segundo Nina Rodrigues, as diferenças de inferioridade e incapacidade de civilização entre os negros seria compensada através da mistura com a raça dita superior, branca, como forma de elevar o grau de capacidade do negro. O intelectual afirma:

O que importa para o Brasil determinar é o quanto de inferioridade lhe advém da população negra que possui a dificuldade de civilizar-se e se essa inferioridade fica totalmente compensada pela miscigenação, processo natural pelo qual os negros estão se integrando ao povo brasileiro, para a grande massa de sua população de cor. (RODRIGUES, 2008, p. 238-239)

Dessa forma, é possível entender que na História e na Literatura brasileira, houve uma presença marcante da teoria do branqueamento no Brasil, e como foi impactante no pensamento da intelectualidade do país, que via o negro, o índio e o mestiço como um problema para o futuro do Brasil, revelada na historiografia e nos personagens de ficção.

Representação e Identidade Negra na Geração de 30

No capítulo cujo tema “Valor social das raças e povos negros que colonizaram o Brasil e seus descendentes”, da obra *Os Africanos no Brasil*, Nina Rodrigues, descreve a inferioridade da raça negra como um fato evidente e incontestável. Diz o autor (2008, p. 107):

De fato, não é a realidade da inferioridade social dos negros que está em pauta. Ninguém ainda se lembrou de contestar isso. E não importaria contestar uma evidência. Contendem, porém, os que a reputam inerente à construção orgânica da raça e, por isso, definitiva e irreparável com aqueles

que a consideram transitória e remediável. Para os primeiros, a constituição orgânica do negro modelada pelo habitat físico e moral em que se desenvolveu não comporta uma adaptação à civilização das raças superiores, produtos de meio físico e cultural diferente. Poderia se tratar de uma incapacidade orgânica ou morfológica. Para alguns autores, e Keane suporta também essa explicação, seria a ossificação precoce das suturas cranianas que, impedindo o desenvolvimento do cérebro, seria o responsável por aquela consequência. E a permanência desse vício aí estar a atestar na incapacidade revelada pelos negros, em todo o decurso do período histórico, não só para assimilar a civilização de diversos povos com que estiveram em contato como ainda para criar uma cultura própria.

As atribuições das dicotomias apresentadas por Nina Rodrigues, na tentativa de diferenciar as raças em superior e inferior, parte de uma linguagem discursiva que constituirá em formações representativas de um sujeito histórico. É neste contexto que a identidade negra é formada, a partir do interior discursivo, revelando significações e representações, conforme Eni Orlandi (1996, p. 18) destaca:

Todo falante e todo ouvinte ocupa um lugar na sociedade, e isso faz parte da significação. Os mecanismos de qualquer formação social tem regras de projeção que estabelecem a relação entre as situações e concretas e as representações (posições) dessas situações no interior do

discurso: são as informações imaginárias. O lugar assim compreendido, enquanto espaço de representações sociais, é constitutivo das significações. Tecnicamente, é o que se chama relação de forças no discurso.

O negro na literatura ficcional também é revelado tal como o pensamento de uma época, através da representação dos personagens os quais estão inseridos em fabricações ficcionais que remontam os argumentos de inferioridade. A posição social ocupada está sempre em evidência na literatura da geração de 30 que, apesar de produzirem após a abolição da escravatura, muitos desses autores romancistas, ainda continuam escravizando o negro em suas produções literárias, representando-o sob uma identidade inferiorizada. Como escreveu Rabassa (1965, p.435): "Ainda que todos esses romances tenham sido escritos a partir de 1888, data da abolição no Brasil, há inúmeros retratos da escravidão e das condições a ela inerentes".

Apesar da grande variedade de assuntos tratados nos romances contemporâneo brasileiro da geração de 30, muitos desses romances, estão mais preocupados com a questão social e política do país do que propriamente com a causa negra. De acordo com os movimentos sociais, institucionais que o Brasil atravessava, a começar pela Revolução de 30, o fim da velha oligarquia cafeeira e início da Era Vargas, que implementa a constituição de 1934, que remonta a ditadura de 1937 e o Estado Novo antidemocrata, anticomunista, nacionalista e

conservador, a questão do negro como este quase cidadão perde sua força sem desaparecer, inclusive, na literatura. Conforme escreveu Silva (2011, p. 11):

Todos esses avanços, recuos e contradições pelos quais passou a vida nacional brasileira, anos anteriores e durante a década de 30, diluídos e explorados esteticamente, vão ser representados, de certa forma, pela literatura produzida na época.

Gregory Rabassa demonstra um dos romances nordestinos que retratam a identidade negra inferiorizada. Trata-se do livro *A Bagaceira* (1928) de José Américo de Almeida (1887 – 1980), na qual o romancista faz uma pintura da seca e da vida na fazenda. De acordo com o brasileiro americano:

Além das diferenças circunstanciais entre os sertanejos e os habitantes das plantações, surgiu também as diferenças raciais. O homem do interior, em sua maioria branco ou mestiço de branco e índio desde os primeiros tempos da colonização, estava acostumado a considerar inferiores os negros que eram a base da população das fazendas. Esse preconceito racial era quase tudo a que o retirante podia recorrer, pois sua atual posição econômica e social era considerada ainda mais baixa que as dos negros da plantação, que sentiam pertencer a ela. Uma preta velha interpreta o ressentimento do sertanejo condenado a própria região das plantações como sendo terra de negros. (RABASSA, 1965, p. 135)

Outro romance que Rabassa apresenta em sua obra é *O Quinze de Rachel Queiróz*, publicado pela primeira vez em 1931, embora tenha sido escrito em 1915, daí o seu título, apresenta o negro a partir das dicotomias anunciadas no racismo científico de Nina Rodrigues, diferenças em relação ao branco em que a negra é colocada numa posição inferior, impossível de manter um relacionamento sério e comprometido com o branco por conta de sua índole e sua raça. Como ressalta Ortiz: (1994, p. 20) “[...] pela análise de Nina Rodrigues: 1) as raças superiores se diferenciam das inferiores; 2) no contato inter-racial e na concorrência social vence a raça superior”. O romance permite considerar que se houvesse esse relacionamento, este seria considerado uma “sujeira” para o homem branco. Sobre este aspecto, Rabassa escreveu (1965, p. 129):

Há uma crise emocional quando uma das moças ouve rumores de que seu noivo está tendo relações com jovens negras. Sua afirmação ciumenta assume a forma de uma interpretação anti-negra, mas se sente que isso é secundário diante do próprio ciúme e, se ele tivesse andado com moças brancas, ela encontraria de desacreditar suas rivais.

O discurso mascara verdades de exclusão e tentativas de manutenção de domínio da relação de poder entre brancos e negros, estes identificados como inferiores aos primeiros, aquele que está no domínio, faz uso da autoridade que lhe é instituída

pela posição social, econômica, política, cultural e cor de pele. Nesse momento, o discurso serve de objeto de desejo, daquele que pretende se apoderar, como escreveu Foucault (2014, p. 10):

Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar.

A identidade negra constrói a partir de processos inconscientes, que no decorrer do tempo, são incorporados pelo imaginário das inferioridades, tanto no interior do sujeito discriminado, como no interior das palavras, das narrativas e das práticas discursivas. Podemos problematizar esta questão em Stuart Hall (2011, p.39), quando o autor considera: “Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificações, e vê-la como um processo em andamento”. Para o autor, a concepção da formação da identidade é construída por processos contínuos, e que para a afirmação do “eu” há uma necessidade do “olhar” do “Outro”. De acordo com o autor:

Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não

algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo ‘imaginário’ ou fantasia sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre ‘em processo’, sempre ‘sendo formada’. (2011, pp.38-39)

Como um processo em formação e inacabado, podemos assim, identificar na construção da identidade negra brasileira a partir de um discurso embasado na inferioridade. Tanto no discurso de Nina Rodrigues e por alguns autores da literatura da geração de 30, os negros são evocados como inferiores. Os personagens negros da ficção literária brasileira acabam assumindo uma identidade “real” perante a sociedade, ou seja, o “ficcional” amplia as dicotomias que fabricam as diferenças, as hierarquizações em relação ao outro negro.

Sendo assim, essa construção errônea da identidade negra, se torna passível de desconstrução. Perante as reflexões é possível considerar que “A desconstrução do discurso implica numa reflexão aprofundada acerca das manifestações dos fenômenos raciais [...]” (CARNEIRO, 1996, p.24).

Estereótipos em Nina Rodrigues e na Geração de 30

No capítulo em que o autor Nina Rodrigues trata “A sobrevivência psíquica na criminalidade dos negros no Brasil”, o negro é descrito como uma raça com

grande propensão ao crime. Segundo os estudos de Nina Rodrigues, a concentração da maioria dos criminosos advinha dos negros, e afirma "A contribuição dos negros a essa espécie de criminalidade é das mais elevadas [...]". (RODRIGUES, 2008, p. 246). Segundo os seus estudos e análises do atavismo no crime e na loucura, utilizando-se, das doutrinas da época, sustentada em sua especialização em Medicina Legal, o foco não era mais a "doença ou o crime", e sim o "criminoso" (SCHWARCZ, 1993, p. 274), fruto da mestiçagem. Ao estudar a criminalidade e a degeneração psíquica do negro no Brasil, Rodrigues relatou (2008, p. 246):

A sobrevivência criminal é, por outro lado, um caso especial de criminalidade, que se poderia denominar étnica, resultante da coexistência, em uma mesma sociedade, de povos ou raças em fases diferentes de evolução moral e jurídica, de modo que aquilo que ainda não é imoral ou antijurídico para uns, deve já ser para outros. Desde 1894, insisto no contingente que muitos atos antijurídicos dos representantes das raças inferiores, negra e vermelha, prestam à criminalidade brasileira, os quais, contrários à ordem social estabelecida no país pelos brancos, são ainda, perfeitamente legais, morais e jurídicos, considerando-se do ponto de vista de quem os pratica.

Através dos estudos da loucura e da criminalidade, Nina Rodrigues constrói estereótipos com a imagem do negro, em suas análises comparativas, "[...] em pessoas pobres ou selecionadas por terem

cometido atos considerados desviantes em si mesmos (homicídios, estupros, etc.)" (CORRÊA, 2001, p.113), o que resultará na discriminação do negro devido a sua condição racial e social desfavorável. Na esteira deste estereótipo discriminador, o brasilianista Gregory Rabassa observa que na obra do romancista Érico Veríssimo (1905 – 1975) *O Tempo e o Vento*, o negro só aparece com mais destaque no romance quando é acusado de criminoso. O autor escreveu:

O acontecimento mais importante, envolvendo negro no romance, é o episódio no qual um escravo é acusado de ter assassinado dois viajantes e sua execução subsequente. A ironia é que ele foi preso pelo testemunho de Bolívar Cambará, que lhe tem simpatia e não acredita que ele tenha cometido o crime, mas o tinha visto perto do local pouco depois do assassinato. Severino, o negro, jura que é inocente [...]. (RABASSA, 1965, p 424)

As palavras de Nina Rodrigues são bases de construções ideológicas no campo científico que fabricam mitos. Através da linguagem imposta, podemos observar a presença de relações de poder, carregadas de um discurso vertical, no qual o poder da ciência vai convergir diretamente na construção de estereótipos de inferioridades, como ressalta Eni Orlandi (1996, p. 17): "Na perspectiva da análise de discurso, entretanto, tomar a palavra é um ato social com todas as suas implicações: conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidades, etc."

Uma das bases de sustentação que Nina Rodrigues buscava para legitimar os seus estudos e suas análises, era na teoria darwinista social “[...] e é em Spencer que vai buscar explicações para isso [...]” (LEITE, 1992, p. 218).

Os estereótipos nos romancistas modernistas considerados pela geração de 30 evidenciam os aspectos em autores como José Lins do Rego (1901 – 1957) e Jorge Amado (1912 – 2001), constate no livro *O negro na ficção brasileira* de Gregory Rabassa. O brasilianista americano, maior tradutor de obras literárias do Brasil e América Latina para o inglês parte do pressuposto que, embora as obras tratem de uma ficção literária, os seus escritores estão carregados de suas realidades em que estão inseridos, que refletem direta ou indiretamente em seus personagens negros, ou seja, “[...] dotado de traços bons ou maus, de acordo com o ponto de vista do autor” (RABASSA, 1965, p. 24).

Nos romances de Jose Lins do Rego, *Menino de Engenho* (1932) e *Banguê* (1934), o negro é apresentado dentro do estereótipo como um ser infantilizado e submisso, incapaz de sobreviver fora da fazenda e do julgo do seu senhor, após a sua libertação. “As negras de meu avô, mesmo depois da abolição, ficaram todas no engenho, não deixaram a rua, como elas chamavam a senzala” (REGO, 1998, p 38). Sobre este aspecto Rabassa escreveu (1965, p. 433):

O fato é que a maioria desses escravos libertos pela manumissão ou abolição, depois de alguma celebração pelo novo status, voltaram humildemente às suas tarefas no dia seguinte, sub-

metendo-se ao mesmo homem que até pouco era seu dono. Isto foi visto na obra de Zé Lins, na descrição feita pelo velho coronel, seu personagem, das celebrações que se seguiam a abolição, e no orgulho que sentia por ver que todos os negros permaneceriam satisfeitos na fazenda e continuariam com as mesmas tarefas, agora como trabalhadores livres.

De acordo com Rabassa, nos romances de Jorge Amado (1912 – 2001), escritor conceituado na prosa regionalista, a imagem e significação do negro na ficção brasileira, é representado nas mais diversas maneiras. Nos romances de Jorge Amado, a questão racial está mais próxima do problema de classes, em que a opressão do negro está ligada à sua condição de pobreza e não a sua origem. Quanto a questão sexual, os negros são narrados de modo estereotipado, como personagens carregados de sensualidade, como escreveu:

Em contraste, mostra que os brancos ricos só vêem concupiscência nos ritos que para os negros são puramente religiosos. Isto reforça a atitude de muitos brancos com relação as mulheres negras, considerando-as pouco mais do que instrumentos para o seu prazer pessoal. (RABASSA, 1965, p.439)

Entre os romancistas que fazem parte da geração de 30, Jorge Amado é considerado um dos que mais retrata os negros em seus escritos com traços que valoriza a cultura brasileira, mas mesmo assim, Jorge Amado não consegue escapar das arma-

dilhas das representações originadas pelo darwinismo social em forma de discurso de uma época. Sendo assim, as construções discursivas, ritualizadas e conservadas com o passar do tempo, produzem sentidos, fabricam estereótipos, ampliam as diferenças (SILVA, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto neste trabalho, é possível considerar que a representação do negro na obra *O negro na ficção brasileira* de Gregory Rabassa remonta o racismo científico expresso na obra *Os Africanos no Brasil* de Raimundo Nina Rodrigues. Em Nina Rodrigues as teorias raciais de cunho europeia, principalmente o darwinismo social, representa os negros na desigualdade absoluta e incondicional em relação ao branco. Nina Rodrigues acreditava que o fator degenerativo da população brasileira era o mestiço, fruto da mistura racial do sangue superior do branco com o sangue inferior do negro na escala evolutiva e atribui a loucura e a criminalidade como propensão da raça inferior negra.

Os personagens negros evocados na literatura apresentada por Gregory Rabassa são identificados sob um olhar distanciado e distorcido, em sua maioria, marcado por um discurso preconceituoso e tendencioso proveniente das teorias raciais das quais Nina Rodrigues divulgou a desigualdade congênita dos negros. Apesar das significativas mudanças que

os romancistas modernistas trouxeram a representação do negro, a pesquisa indica para um olhar estereotipado, de um ser infantilizado, imbecilizado, subalterno e sensualizado, quase sempre os personagens negros não tem voz e quando falam seus discursos sempre são mediados pela voz do narrador.

Portanto, as teorias raciais do final do século XIX e início do século XX, serviram como instrumento regulador no processo de manutenção do poder e dominação da elite intelectual brasileira sobre o viés do discurso científico. O darwinismo social, interferiu na construção ideológica racista, de um pensamento de superioridade e inferioridade dos negros que impacta na história e na literatura brasileira, deixa marcas profundas na construção da identidade negra brasileira até os dias atuais.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Graça. *Canaã*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguiar, 1977.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Discurso da Intolerância: Fontes para o estudo do racismo. In: DI CREDO, M. do C. S.; ALVES, P.; OLIVEIRA, C. R. *Fontes Históricas: abordagens e métodos*. Assis: UNESP, 1996.

CARREIRO, Marcos Nunes. Morte de Gregory Rabassa passa (quase) em branco e mostra a pouca importância da literatura no Brasil. *Jornal Opção*, 18/06/2016. Disponível em: <<https://www.jornalopcao.com.br>>

com.br/opcao-cultural/morte-de-gregory-rabassa-passa-em-branco-e-mostra-pouca-importancia-da-literatura-no-brasil-68838/>. Acesso em 11 jun. 2018.

CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2001.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos. *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. Rio de Janeiro: Globo, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, Gilberto. *Casa grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2003.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2011

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: História de uma ideologia*. São Paulo: Ática, 1992.

MILAN, Betty. *A força da palavra*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2012.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e leitura*. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 1996.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RABASSA, Gregory. *O negro na ficção brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

REGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. Rio de Janeiro: José Olimpo, 1988.

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Editora Madras, 2008.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, André Gomes da. *O olhar sobre o negro em José Lins do Rego: estereótipos, trabalho e sexualidade no ciclo da cana de açúcar*. 2014. 59 f. monografia (curso de especialização em cultura afro-brasileira) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande – PB, 2014.

SILVA, Maria de Fatima Cruz da. *Literatura e Imagem: a representação do negro em Jubiabá de Jorge Amado*. 2011. 52 f. monografia (curso de especialização em literatura e cultura afro-brasileira) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira – PB, 2011.

ARTIGO

MASCULINIDADES NEGRAS EM “REI NEGRO” DE HENRIQUE COELHO NETO

SOUZA, Alexander
Willian Eugênio de

Graduando em Licenciatura
em História pela
Universidade Santo Amaro -
UNISA, São Paulo.

Orientador: Prof. Dr. Paulo
Fernando de Souza Campos

alexwillsouza@gmail.com

Resumo

Henrique Coelho Neto (1864-1934) é considerado um escritor fecundo de romances e contos, cuja maioria não tratava temas que envolvesse negros. Todavia, em seu romance *Rei Negro* escrito em 1914, o autor aborda a questão da escravidão e das relações étnicas. A obra confere uma posição proeminente ao principal personagem Macambira, pois remonta uma herança familiar nobre, uma linhagem de reis africanos. A partir da narrativa ficcional, o artigo desconstrói representações herméticas construídas por uma via de mão única, significando-os como escravos, no caso, em torno da figura do homem negro e sua historicidade. Assim como o autor situa o protagonista em meio à sociedade escravocrata? O que configura o atual e o inatual na obra em proposição? Como o homem negro é representado? Quais são os problemas de tais representações e quais arquétipos utilizados? O material documental tratado mediante o método de análise do discurso implicou na desconstrução dos significados atribuídos ao homem negro no romance. O estudo, ao partir das propostas da identidade cultural, permite considerar uma ambiguidade deliberada na medida em que a masculinidade negra é caracterizada como uma sub-masculinidade em relação à masculinidade branca, porém, o autor subverte essa categoria ao evocar Macambira como um personagem que destoa das características atribuídas aos demais negros, como um caso atípico em relação às demais obras literárias. Neste sentido, a noção de identidade se torna crucial para o processo de desestigmatização das narrativas, visto que, ao longo da história, os homens negros foram constantemente representados de forma pejorativa, perpetuando preconceitos que influenciam negativamente na formação das redes de sociabilidades.

Palavras-chave:

História; Literatura; Negros;
Masculinidades

Abstract

Henrique Coelho Neto (1864-1934) is considered a fertile writer of romances and short stories, whose the most do not treat themes that involve black people. Nevertheless, in your romance *Rei Negro*, written in 1914, the author addresses the issues of the slavery and the ethnic relations. The work gives an prominent position to the principal character Macambira, since it goes back to a family heritage, a lineage of Africans. Upon the fictional narrative, the article deconstructs airtight representations built by a one-way thematic, meant them as slaves, in this case, around the figure of the black man and his historicity. How the author situates the protagonist in the midst of slave society? How a black man is portrayed? What are the problems represented and what are archetypes used? The documentary material treated by the method of discourse analysis, implied in the deconstruction of the meanings attributed to the black man in the novel. The study, from the proposals of the culture identity, provides to consider a deliberate ambiguity the black masculinity, characterized as a sub-masculinity in relation to white masculinity, however, the author undermines this category by evoking Macambira as a character who does not agree with the characteristics attributed to black people, as a atypical case in relation to others literary works. The notion of identity becomes crucial for de-stigmatization of the narratives, considering that, throughout history, black men have been constantly represented in a pejorative way, perpetuating preconceptions that negatively influence the formation of social networks.

Keywords:

History; Literature; Black men;
Masculinities.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo a desconstrução das representações herméticas construídas em torno da história dos negros no Brasil e que os consideram a partir de uma via de mão única, ou seja, como escravos. Sabemos que geralmente a história é escrita pela perspectiva dos vencedores, portanto, esse processo de desconstrução visa ampliar as novas perspectivas acerca da história dos negros que vieram para o Brasil na condição de escravos, sendo, dessa forma, retirados à força do ambiente em que viviam e forçados à servidão que negligenciou sua origem, memória e história.

Assim, analisaremos a obra *Rei Negro*, cuja primeira publicação data de 1914. Trata-se de um romance escrito por Henrique Maximiliano Coelho Neto (1864- 1934), notório abolicionista, que lutou pelas causas sociais, reflexo disso está presente em sua obra, ao tratar de forma tão singular as personagens que nela se encontram. O romance tem como protagonista o escravo Macambira, que difere dos demais negros, pois sua origem remonta uma herança nobre, uma ancestralidade africana monárquica na medida em que ascende de uma linhagem real.

Ao longo do romance percebemos como Macambira é uma figura controversa. Mesmo sendo descendente de um rei, o personagem ainda está preso à sua condição de escravo. Todavia, não pode ser referência de todo o sofrimento que a população negra escravizada era

submetida, pois além da ascendência nobre, ainda gozava de certa liberdade e afeição por parte de seu senhor Manuel Gandra. Graças a sua origem, exercia respeito entre os demais escravos, que viam nele a figura de seu rei. Entretanto, muitas dessas representações ultrapassam as barreiras da ficção e criam estereótipos ao homem negro, os quais sugerem algo próximo da bestialidade, promiscuidade, do apetite sexual exacerbado, que imagetivamente o corpo negro carrega. Tais imagens fabricam significados danosos que perpetuam exclusões, representações e estereótipos que transcendem o ficcional e atingem o real.

Em relação à permanência da objetificação do homem negro na cultura e sociedade, sua memória e ancestralidade continuam sendo forjadas em representações que os significam como desprovidos de qualquer status, nobreza, refinamento. Isto reflete não só na maneira como a sociedade representa este homem, mas em como o próprio homem negro se apresenta perante a sociedade, pois em muitos casos, assume o estereótipo da virilidade, da masculinidade alfa, da força física, por considerar tais perfis como verdade. Muitas questões surgem quando pensamos no significado de ser homem negro, visto o histórico que carrega. Neste sentido, o que significa ser um homem negro? Como o autor situa o protagonista em meio à sociedade escravocrata? O que configura o atual e o inatual na obra em proposição? Como o homem negro é representado e quais são os problemas de tais representações e quais arquétipos utilizados?

O método utilizado para analisar a obra e o lugar no qual a masculinidade negra se insere remonta a análise do discurso. Desta forma, é possível verificar como os homens eram percebidos e interagem entre si, ressaltando os ideais que caracterizavam o ser masculino, suas divergências e multiplicidade pois, “[...] o discurso racista sustenta-se apoiado na ideia da desigualdade absoluta e incondicional entre as raças ou etnias.” (CARNEIRO, 1996, p. 27).

Rei Negro é um livro que tem muito a nos dizer não só sobre o arquétipo do negro nos romances de ficção, como na representação de um povo e de sua cultura, bem como a masculinidade negra é retratada, pois sendo Macambira a referência de virilidade em sua comunidade, como diversas vezes notamos ao longo do romance, seja em relação com o homem branco ou com os próprios negros, que diferem entre si, podemos perceber que não se trata apenas de uma masculinidade e sim de diversas masculinidades e várias formas de abordá-la. É essa a justificativa que encontramos para desenvolver a presente análise acerca da masculinidade negra, da história do homem negro no Brasil.

Sobre a questão da masculinidade em relação ao homem negro é possível considerar a existências de estereótipos que atravessam o racismo e o sexismo, pois no Brasil “uma sugestão para entender a construção de masculinidades negras em uma dimensão relacional mediante as produções do feminismo negro” (CONRADO; RIBEIRO, 2017, p. 87). Isto é, para as autoras existem ordens de gê-

nero, contextos e lugares no mundo social que ora exacerbam ora diminuem a masculinidade negra. Tal problemática é tratada por Rolf Ribeiro de Souza (2009), cujas reflexões trazem importantes considerações sobre o homem negro na sociedade brasileira. A desqualificação da masculinidade negra, para o autor, ainda é um tabu e “o povo precisa tirar o véu que encobre as relações raciais no Brasil, principalmente no cotidiano para romper com os discursos opressores sobre o homem negro” (SOUZA, 2009, p. 97).

Deste modo, discutir masculinidades, sobretudo a negra, é algo complexo e carregado de preconceitos. Ainda olhamos para a masculinidade através da dicotomia com o feminino, porém, precisamos ir além dessas relações entre masculino e feminino e olhar através do espectro do próprio masculino. A categoria homem caracterizava-se, assim, como o Cristo na hóstia, por uma presença real, mas oculta, pois, embora funcionasse como referente de qualquer explicação sociológica, não era jamais especificada como categoria sociosexuada. (WELZER-LANG, 2004, p. 108).

Nos últimos anos percebemos o quanto os homens não se emanciparam dos modelos fixistas de identidade masculina, assumidas no singular, como algo acabado, reificado. Como permite considerar as relações sociais, houve uma ruptura nas representações do masculino com o advento da pós-modernidade e os homens não estão sabendo lidar com as mudanças provenientes dessa nova complexidade social, que evoca diversas masculinidades e formas de represen-

tação do masculino, as quais mudam a forma como tratamos e entendemos o masculino, ou melhor, os masculinos; um dos principais fatores que acarretaram essa mudança.

No romance, Macambira sofre com essa adversidade, pois tem em sua composição duas formas de se representar perante a sociedade: como rei perante os negros e escravo perante o senhor. Sua história no romance traduz os embates do masculino negro na medida em que o debate que o romance evoca abre uma possibilidade de diálogo interdisciplinar com a História, pois como reitera a forma de análise dos resultados: A identidade é formada na "interação" entre o "eu" e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o "eu real", mas esse é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais "exteriores" e as identidades que esses mundos oferecem. (HALL, 2015, p. 11). Sendo assim, é importante considerar que a masculinidade não resulta de uma só uma identidade, mas o reflexo de um tempo e está inserido em um contexto, pois como reitera o pesquisador:

O estudo concreto dos homens e do masculino mostra que os homens estão longe de ser um grupo ou uma classe homogênea, e que o que faz deles um grupo social, uma classe (os privilégios atribuídos aos homens, a aspiração de se igualar aos homens, tidos como superiores, as representações e práticas comuns...), não é suficiente para dar conta das relações entre eles. (WELZER-LANG, 2014, p. 117)

É importante frisar que as masculinidades competem entre si e precisam se provar a todo instante, forjando uma relação de poder que se constrói nesse ínterim e busca sempre e a todo instante sobressair perante as outras formas do masculino. Desta forma, além de ser uma construção identitária, a masculinidade ainda é construída através da interação com o mundo externo e seus arquétipos de esta deve ser absoluta e toda forma de "sub-masculinidade" deve ser combatida, isso inclui tudo que se relacione ao feminino, inclusive, a homossexualidade.

Para ser valorizado, o homem precisa ser viril, mostrar-se superior, forte, competitivo... senão é tratado como os fracos e como as mulheres, e assimilado aos homossexuais. Homofobia e dominação das mulheres são as duas faces de uma mesma moeda. Homofobia e viriarcado constroem entre as mulheres e entre os homens as relações hierarquizadas de gênero. A homofobia é o produto, no grupo dos homens e do paradigma naturalista da superioridade masculina que deve se exprimir na virilidade. (WELZER-LANG, 2014, p. 118).

A continuidade dos preconceitos em relação à masculinidade negra revela o racismo latente que ainda é proeminente em nossa sociedade. Racismo esse, que permeia o masculino e atinge todas as esferas sociais, a masculinidade é apenas um aspecto desse preconceito que se legitima através da violência e da permanência de um sentimento de superioridade perante o outro.

Negro Rei, Negro Escravo: Masculinidades em Conflito no Romance Histórico de Coelho Neto

O romance apresenta uma narrativa criada em torno de Macambira e sua trajetória na fazenda do "Cachoeira". A narrativa evoca um homem respeitado e temido pelos demais escravos, ao mesmo tempo em que nutria a simpatia de seu senhor Manuel Gandra, que temia que o negro comprasse sua alforria. Tal temor fez com que Manuel arquitetasse um plano para prender o negro em sua fazenda pelo resto da vida, um casamento arranjado com a escrava Lúcia, por quem Macambira era apaixonado.

Os movimentos em torno do casamento geram inveja por parte do filho de Manuel Gandra, Julinho, que ao saber da notícia estupra Lúcia, a noiva, dias antes do casamento. Ela temia que o filho nascesse de pele branca evidenciando a traição e calou-se diante do ocorrido até o fatídico dia do nascimento do bebê. A personagem morre ao dar a luz à criança, um bebê branco que ficou em posse de Manuel Gandra, o qual, ao saber do ocorrido, tratou de enterrá-la e pediu que escondessem a criança. Por ironia do destino Macambira acaba por descobrir que a criança era branca ao vê-la morrer na casa de Balbina.

Em um estado de pesar e fúria Macambira exila-se na floresta. Fica recluso por um bom tempo até saber do retorno de Julinho a fazenda. Neste ponto da narrativa histórica o autor evidencia que

o jovem negro se pôs a planejar sua vingança. Chegado o momento derradeiro, lembrou-se das histórias que permearam sua vida, do reino de Munza, de bravos guerreiros e lutadores, de seu povo escravizado no auge da força e glória. Sentindo a energia que provinha de suas visões do passado glorioso concluiu sua vingança contra Julinho e desapareceu na floresta com a sensação de que cumpriu seu dever e honrou seu povo.

Lá vinham, em manadas, os cirros e os estratos e pelos campos, pelos morros corriam sobas, guerreiros ferozes, velhas, crianças; plumejavam cocares, reluziam ferros, troavam buzinas; era a devastação, a vingança dos ídolos e dos negros, a vitória da religião e da raça. (NETO, 1966, p. 215).

Macambira passa ao longo do livro por três estágios nos quais vemos aflorar sua masculinidade e complexidade. O primeiro destes estágios está atribuído a sua condição de homem escravizado e capitão-do-mato. Tendo a descendência nobre, é retratado pelo autor como um *outsider* perante todos os outros negros, que convivem na fazenda do Cachoeira. "A austeridade das maneiras, o ar taciturno e altivo impunham-no aos companheiros que o respeitavam e temiam, conhecendo-lhe a bravura desabrida, provada em recontros na serra e numa tocaia que lhe armaram negros numa fazenda vizinha." (NETO, 1966, p. 40).

A narrativa permite considerar que Macambira era um personagem frio, antipático e de sexualidade reprimida, do-

tado de uma austeridade quase religiosa detestava como os demais negros se comportavam na fazenda. Em um dos momentos em que o autor deslinda o personagem é possível identificar os significados atribuídos, como a passagem que segue:

Solidário com a gente negra, sempre e em tudo por ela, só não lhe sofria as imundices da luxúria. Revoltava-se contra a raivação danada que a bestializava, vituperando, com ódio frenético, quantos apanhava em contubérnios ou conchavos concupiscentes. (NETO, 1966, p. 47).

Ao mesmo tempo em que era dotado dessa severidade em relação aos seus semelhantes, Macambira ainda assim era justo e os protegiam como podia, em grande parte, por causa de Balbina, personagem que serve como elo de Macambira com sua terra natal e reino, há muito perdido. Balbina era o ponto de encontro do homem escravizado com sua ancestralidade nobre, com a nação guerreira, o orgulho que servia como apoio ao personagem em momentos de solidão e dificuldade. Esta marca fica presente no romance quando o autor narra o personagem:

Triste, concentrado, mal terminava o serviço, recebendo as ordens do senhor, recolhia vagarosamente à sua cabana solitária, apadrinhada com o monte, num verde laranjal e ali recebia preito e homenagem da gente da sua raça, e Balbina que, todas as noites, pisando, de leve, as fôlhas,

sorradeira como a onça, atravessava os matos, ia vê-lo, falar-lhe da pátria perdida, dos reis mortos e dos deuses vingativos. (NETO, 1966, p. 43).

Macambira sonhava com sua terra e com a dignidade roubada de seus semelhantes, deseja a nação guerreira e via nos escravos da fazenda a degradação moral dos homens de sua raça. Sua sexualidade reprimida se tornava um problema, era vítima do assédio das mulheres que o fazia explodir em violência lasciva a ponto de agredi-las. Esta representação é sugerida quando o autor destaca:

A cabrocha esperou-o impávida, d'olhos chamejantes, o nariz franzido, fungando, de raiva, aos sorvos. Quando o viu perto lançou-se d'investidas, com as mãos em garras, ameaçando agatafunhá-lo. Antes, porém, que lhe chegasse uma bofetada desequilibrava-a. (NETO, 1966, p. 48).

O sentimento de fúria se mesclava com a austeridade de sua identidade. A intimidade que tinha com Manuel Gandra não contribuía com a sua amizade, pois aos olhos dos outros escravos era visto como um suspeito e toda vez que um negro era castigado, a Macambira se atribuída à culpa. Neste ponto, é possível considerar os dramas vividos por Macambira como uma crise de identidade. Stuart Hall (2015), teórico cultural e sociólogo jamaicano, em seu livro *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*, aborda as diversas manifestações e mudanças do conceito de identidade

que ocorreram ao longo do tempo. Um desses conceitos é o conceito de sujeito sociológico que de acordo com o autor:

[...] a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que esse núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente, mas era formado na relação com "outras pessoas importantes para ele", que mediavam para o sujeito os valores, os sentidos e os símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava. [...] A identidade é formada na "interação" entre o "eu" e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência que é o "eu real", mas esse é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais "exteriores" e as identidades que esses mundos oferecem. (HALL, 2015, p. 11).

Desta forma é possível considerar como a personalidade de Macambira é moldada pela interação com os outros, como Balbina e os demais personagens moldam a personalidade, e a identidade desse homem que, pela natureza de sua condição, é tão facilmente manipulado e forjado pelo ambiente no qual ele vive. Isto é, como a violência de ser órfão de um reino destruído moldou sua personalidade ao longo do romance.

A categorização do negro é uma tentativa de aprisioná-lo a uma alteridade forjada, a um lugar social que lhe impõe características de descredito. Ou seja, na relação social, a "marca" que lhe é impingida faz recair sobre ele um olhar de descrédito que impede que ele possa ser percebido

do pela totalidade de seus atributos e de forma individual. Nota-se que a identidade pessoal é submetida à identidade social. O que faz com que o sujeito negro seja compreendido de acordo com a essencialização de seu grupo étnico-racial. (FERNANDES; SOUZA, 2016, p. 108).

Partindo desse pressuposto, podemos considerar como Macambira é atormentado por suas identidades, não tendo controle do "eu" e sim de vários "eus" que interagem respectivamente para transformá-lo no que ele é, um aglomerado de representações em conflito, mas que mantém a característica principal, de ser um negro. Essas características estiveram presentes desde o período colonial e infligiram para a população negra estigmas que são presentes até os dias de hoje. A herança do escravismo configura para os negros, sobretudo os homens, marcas que se tornam presentes em todos os âmbitos sociais, de um racismo que entranhou nas camadas mais profundas da sociedade e que tem como principal característica a dominação sistemática das parcelas mais pobres da sociedade brasileira.

A dificuldade de se pensar a questão racial está ligada ao processo de desmemorização das vicissitudes históricas da diáspora africana, principalmente daquelas relacionadas à construção da identidade negra no Brasil. Para o racismo norte-americano, vigente até pouco tempo atrás, pessoas de pele clara que tivessem ancestrais africanos eram conside-

radas negras, e as crianças que nasciam de uniões inter-raciais não eram reconhecidas como mestiças. Nos censos estadunidenses, de 1930 até 1960, a categoria “black” abrangia a todos, não importando a ancestralidade longínqua ou a tonalidade da pele. Já no Brasil, como é clássico desde a análise de Oracy Nogueira, a pele clara somada a outros traços corporais possibilitam a uma pessoa de ascendência africana se afirmar como branca. (FERNANDES; SOUZA, 2016, p. 111).

A desmemorização da diáspora africana perpetua um tipo especial de racismo que permitem o ocultamento dos mecanismos que perpetuam o preconceito e responsabilizam as próprias vítimas desse processo por sua condição. Afasta o pensamento crítico e o sentimento de coletividade e, dessa forma, faz com que os próprios negros não se enxerguem como tal e se voltem contra sua comunidade. Por esse motivo é de suma importância ampliar o debate acerca do racismo, o Movimento Negro representa um grande avanço nesse sentido.

Honra e Sexualidade: A Masculinidade em Macambira

No segundo estágio do livro, parte dessa sexualidade reprimida do personagem Macambira é desenvolvida ao longo do romance. Para garantir que Macambira não consiga a alforria, mediante o pagamento da mesma, Manuel

Gandra, ao perceber que o negro, que lhe era tão útil, poderia escapar de sua posse, trama um casamento com uma de suas escravas. Lúcia era uma escrava incomum, gozava de certo prestígio em relação às demais escravas muito por sua ascendência, descrita pelo autor da seguinte forma:

Alta, fina e airosa, pele cetínea, côr de jambo, corada nas faces em rosas de saúde, olhos grandes, pestanudos, dum verde líquido, longos cabelos lisos tirando ao castanho, com reflexos de ouro ao sol, falando em voz submissa, de uma quebreira dolente, Lúcia impressionava pela doçura e pela originalidade do tipo. (NETO, 1966, p. 50).

Essas características garantiram prestígio e diferencial perante as demais escravas, ao mesmo tempo em que garantiu o apreço não só de Macambira como também de Julinho, principal antagonista do herói do romance. Julinho era o típico filho de um senhor de escravos, mimado e cheio de si, avesso à empatia e com requintes de crueldade. Via nas escravas objetos para saciar seus prazeres e nos demais ferramentas para vilipendiar e realizar crueldades de todos os tipos. Diferente de Macambira, era alguém que tinha a sexualidade a flor da pele e abusava sem pudor algum das escravas da fazenda.

E o rapazola arisco, arredio dos livros, corria à méquia ou, com um vergalho, alhava os moleques, perseguia os animais, aviltava os velhos negros,

ultrajava as mulheres diante dos maridos, as filhas na presença dos pais, chasqueando-as com alusões obscenas. (NETO, 1966, p. 38).

Somente Macambira fazia frente a suas maldades, gozando do prestígio que tinha com Manuel Gandra era o único negro que ousava desafiar a autoridade do moço. Essas características por mais que sejam comuns ao estereótipo do homem negro são totalmente opostas ao que o protagonista apresenta, segundo Rute Rodrigues (2010, p. 2):

É no campo da reprodução e da sexualidade que está fundamenta um viés de estereótipos do homem negro, associado a idéia de virilidade, exuberância sexual, apetite sexual incontrolável, perfis de uma animalidade presente na sua condição.

Essa característica transforma Macambira em um personagem que destoa da literatura da época, pois além de ser um escravo incomum apresenta características que o aproximam do que é típico aos brancos. Nesse contexto, é importante estabelecer que existem não só uma masculinidade, como diversas masculinidades e ela é construída através de práticas sociais, como ressalta Rute Rodrigues (2010, p. 4):

Refutando concepções estáticas e reificadoras, sublinha-se que a masculinidade é construída através das práticas. A masculinidade, ou melhor, as masculinidades, no plural, constroem-se em relação dupla dominação,

a da masculinidade sobre a feminilidade e a de determinado tipo de masculinidade (hegemônica) sobre os outros.

Portanto, no contexto da época, a masculinidade negra era colocada como uma masculinidade que era subordinada da masculinidade branca. Sendo assim, colocar um personagem que destoa dos estereótipos atribuídos aos negros, é de certa forma, uma ruptura das tradições literárias da época e uma forma de atribuir protagonismo a um personagem cuja etnia sempre fora retratada a margem. Porém para David Brookshaw (1983, p. 67):

Se Coelho Neto pretendeu retratar um "Selvagem Nobre" com um verdadeiro passado tribal, então falhou miseravelmente, porque o assassinato do filho do fazendeiro por Macambira não é fruto de vingança honrada, e sim ciúme mundano de uma das mulatas da propriedade, mais uma prova da inabilidade do autor em fugir a uma mentalidade escravocrata, em sua visão do negro como incapaz de qualquer ação baseada em genuíno sentimento revolucionário.

Vale ressaltar que no contexto do final do século XIX e início do XX a masculinidade passava por um processo de transação do rural pelo urbano, logo as características de virilidade vigentes no séc. XIX passou a não ser mais o homem rural e estava sendo configurada para o homem burguês.

A virilidade metropolitana não só me-

nosprezou os patuás e as rezas, mas também fabricou recursos diferentes dos hábitos e tradições rurais. A própria exibição do destemor encontrou novos meios de ser garantida publicamente, pois, desde o final do século XIX, a imagem de um homem urbanizado, letrado e burguês conquistou um espaço crescente na história do país. (SANT'ANNA, 2013, p. 247).

Sendo assim o que caracterizava o ideal de masculinidade que representava o homem daquela época não era mais só homem "bruto" da roça, trabalhador e analfabeto, mas também era o homem burguês, letrado e urbano. As duas representações ainda se mesclavam em certos aspectos, pois nesse momento era incapaz de conviver sozinhas, portanto:

A masculinidade construída nas primeiras décadas do século passado incluiu uma certa dificuldade para separar da modernidade o atraso, a prova viril do medo de falhar. Homens letrados e analfabetos, talhados a pena ou a navalha, atestaram uma verdadeira pluralidade dos perfis masculinos em vigor. (SANT'ANNA, 2013, pp. 247-248)

Essas características de masculinidade fazem com que haja conflito entre os personagens do romance, o pano de fundo desse conflito é em certa medida o feminino. As desavenças que Macambira e Julinho apresentam se agravam quando Lúcia entra em cena, servindo como um catalisador para que os conflitos possam ser gerados. Vale levar em

consideração que Lúcia foi a única mulher que conseguiu exercer influência em Macambira, já que a sexualidade reprimida do rapaz fez com que se tornasse frio perante as outras escravas da fazenda, fazendo com que se afastasse das mesmas. Parte disso se deve ao que Macambira considera uma mulher "direita", aquele mesmo contexto de honra no qual é atribuído aos homens e as mulheres, como Sant'anna (2016, p. 249) ressalta:

A defesa da honra era uma experiência forte entre os homens, conforme mostrou a pesquisa de Caulfield sobre o Rio de Janeiro. Os defloramentos de moças, incluindo menores de idade, podiam ser vingados por seus pais e irmãos para punir aqueles que desonravam um nome, uma família e uma tradição. Já a honra do homem rasado tendia a estender-se para o corpo de sua prole e o de sua esposa. Tradição colonial, para a mulher solteira, conforme Algranti, "honra era sinônimo de castidade; para a casada, ela se apresentava revestida da fidelidade ao marido, presa as normas sexuais impostas a esposa pelo matrimônio". Já para o homem, além de não temer os desafios impostos pelas asperezas da vida, era preciso mostrar-se ativo sexualmente com as mulheres.

Portanto, a mulher era parte fundamental da honra masculina e motivo de disputa por parte dos homens. Logo quando Lúcia foi estuprada por Julinho, além de atentar ao corpo da moça, a violência se estendia também ao Macambira.

A virilidade, entendida como capacidade reprodutiva, sexual e social, mas também como aptidão ao combate e ao exercício da violência (sobretudo em caso de vingança), é, acima de tudo, uma carga. Em oposição à mulher, cuja honra, essencialmente negativa, só pode ser defendida ou perdida, sua virtude sendo sucessivamente a virgindade e a fidelidade, o homem “verdadeiramente homem” é aquele que se sente obrigado a estar à altura da possibilidade que lhe é oferecida de fazer crescer sua honra buscando a glória e a distinção na esfera pública. (BOURDIEU, 2018, p. 76).

Masculino e feminino eram atingidos de formas diferentes, mas ao mesmo tempo iguais pois tanto a masculinidade negra quanto ao feminino, eram em relação ao homem branco subjugáveis. “Que é sua porca? Não queres que te vejam comigo por causa de Macambira? - E desprezível, com asco: Não tem vergonha... Uma rapariga quase branca casar com um negro...” (NETO, 1964, p. 100). Porém, a própria Lúcia temia Macambira pelo simples fato dele ser negro, isso fica evidente ao longo do romance. Por mais que Macambira fosse diferente dos outros negros da fazenda, ele levava consigo todos os estereótipos e preconceitos decorrentes da cor de pele.

A mulata estremeceu, lágrimas rebentaram-lhe dos olhos, um grande medo apoderou-se dela: sentiu a morte e, fraca, como uma vítima ante os sacrificadores, vendo em torno canibais em fúria, recuou e, deixando-

-se cair em uma cadeira, inclinou-se à mesa, rompendo em pranto, certa de que, dentro em pouco, acabaria às mãos do negro, e horrorizada, levantou a cabeça relanceando assombradamente o olhar em volta como à procura do próprio cadáver. (NETO, 1966, p. 98).

Esse medo que Lúcia apresenta deriva da construção de que os negros não eram animais que a ciência positivista e eugenista propagou. A ciência, por mais que trouxesse avanços na sociedade, permitiu que diversos discursos racistas prevalessem e se firmassem no âmbito social e no imaginário coletivo. O discurso eugenista, de base evolucionista, defendia a ideia fundamental de que era a constituição biológica do homem que determinava outras características humanas, como comportamentos e valores. (JUNIOR, 2013, p. 154). Muitos acreditavam piamente nisso e isso polvilhou o imaginário do final do séc. XIX e início do XX e garantiu que esse tipo de preconceito enraizasse no pensamento das pessoas da época e é assim representada nas obras de ficção como *Rei Negro*.

O homem negro não é um homem. Como nos lembra Fanon (1983), no imaginário ocidental, um homem negro não é um homem, antes ele é um negro e como tal não tem sexualidade, tem sexo que desde muito cedo foi descrito no Brasil com atributo que o emasculava ao mesmo tempo em que o assemelhava a um animal em contraste com o homem branco. Este imaginário é perceptível

vel no modo como a masculinidade é representada na literatura, cinema, telenovelas, jornais, revistas e propagandas, inclusive nas oficiais. (SOUZA, 2009, p. 100).

Então, de certa forma, esses preconceitos foram sendo constantemente incutidos na sociedade de forma a perpetuar esse tipo de pensamento, logo os negros foram cada vez mais jogados à marginalidade e a masculinidade negra foi sendo cada vez mais excluída. Não só na literatura como em todas as mídias a masculinidade negra foi sendo constantemente atacada, ser negro era sinônimo dos mais diversos problemas sociais, sendo uma forma de perpetuar o preconceito e subjugar toda a cultura que destoava do padrão branco, essas representações não são nada além de uma herança que remonta à escravidão.

O Príncipe do Reino de Munza: O Resgate da Identidade Negra

Na terceira e última parte do livro, vemos o resgate da identidade negra de Macambira. Esse último ato, remonta a dissociação do escravo com o príncipe do reino de Munza, ele reflete a percepção como guerreiro por parte de Macambira e a luta contra a opressão produzida pelos brancos associada à figura de Julinho. Ao confrontá-lo, Macambira não está dando apenas um golpe motivado por uma desavença pessoal, mas contra todo o sistema escravista que o aprisionou.

Pôs-se, então, de pé, orgulhoso, levantou os olhos para o céu. Uma estria lívida coriscou na escuridão, a mata densa, ferrugínea, sacudia-se desabaladamente, desarreigava-se como se descesse do morro em massa; vozes roucas, lúgubres, barbarizavam na espessura, retiniam sons de guerra e o negro, alucinado, brandindo a adaga sangrenta, regou heroico proclamando a vitória, a vingança da cabilda, o feito maior da raça. (NETO, 1966, p. 214).

Precisou de um choque para Macambira sair do estado subserviente no qual estava inserido e buscar aquilo que sempre ouvira nas histórias da tia Balbina, todo orgulho da nação guerreira com o qual sempre ouvira. Hoje em dia podemos perceber em movimentos sociais esse resgate da consciência africana nos movimentos sociais. Podemos perceber avanços no que tange esse aspecto, pois, há várias medidas para levar inclusive no âmbito escolar, os estudos sobre história africana. "O estudo das africanidades possibilita novas formas de sociabilidade, desconstruindo valores que imobilizam, abrindo espaço para construção de ações libertadoras." (FERNANDES; SOUZA, 2016, p. 116).

Esse resgate de sua identidade por Macambira é simbólico, pois é uma ruptura dos padrões do próprio escravismo, que tinha como um dos pilares centrais de seu mecanismo a desumanização dos indivíduos cativos.

Estes milhares de seres humanos tiveram que adaptar valores, práticas sociais, econômicas, religiosas e cul-

turais para sobreviverem nesse novo espaço. Inimigos imemoriais tiveram que conviver no cativeiro; africanos (os que tinham sorte) necessitaram arranjar como companheiras mulheres não africanas; seus rituais religiosos tiveram também que sofrer adaptações, enfim, todos vivenciaram mudanças bruscas em seus cotidianos. (AMANTINO; FREIRE, 2013, pp. 18-19).

Macambira rompe com essa engrenagem ao manter seu elo com seu passado e, por diversas vezes, desejá-lo aos seus semelhantes. Por mais que, de certa forma, aceitasse sua condição de escravo e soubesse seu lugar naquele ambiente, ele não deixava de sonhar com a terra de Munza.

Depois de meditado silêncio, ponderou: Escravo não casa. Branco oia, iscoie, tira o que o coração pede; negro, não: casa cumutabaia – onde o sinhô manda. – E, de novo, meneou com a cabeça negativamente, concluindo em voz baixa: Quero vivê nu meu sussêgo, cumu até aqui. (NETO, 1966, p. 54).

Mesmo sabendo de sua condição, Macambira não se limitava apenas a sua identidade de escravo. Ele conhecia sua origem e história e, portanto, pode superar esse conflito ao resgatar sua memória, suprimindo a escravidão através do seu passado e do ideal de honra masculina com o qual se apegava.

A importância de se ter conhecimento de suas origens no contexto atual não só é garantir uma memória que não

seja simplista, mas de lutar por direitos que foram tirados e apagados. A História do Brasil minimiza e relativiza o racismo em seu período escravista, como consequência, favorece a criação de novos mecanismos de exclusão e perpetuação da discriminação étnico-racial. O apagamento da história dos negros como pessoas serve, sobretudo, para facilitar a subserviência em outros moldes.

No período da escravidão o negro tinha consciência do seu não lugar, pois as relações entre senhores e escravos não escondiam de que lado estava à força e a submissão. Hoje, essa desracialização sonega verdades, espaços e reconhecimento social. O negro e seus descendentes estão à deriva diante de uma nova senzala que persiste em não reconhecê-los, portanto, em nada se difere do não espaço subtraído e negado no período pré-abolicionista. (PEREIRA, 2012, p. 6).

Em uma sociedade em que os índices de assassinatos da comunidade negra são altíssimos, é relevante repensar em como os mecanismos que estão por trás desses números interferem na construção de uma identidade negra. Logo, é importante percebermos como o racismo está entranhado no corpo político de nossa sociedade e no imaginário social.

Assim, a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que uti-

lizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos. (ALMEIDA, 2017, p. 30).

De certo modo, Macambira é um personagem retratado num contexto onde a escravidão ainda era vigente e que por mais que Coelho Neto fosse um escritor abolicionista, ainda nutria um pensamento escravocrata. Não obstante, sua contribuição acerca de mostrar uma visão diferenciada sobre os negros, dotados de uma história que não remete apenas a sua condição de escravo, demonstra uma ruptura no que tange a representação dos negros na literatura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Henrique Coelho Neto ao nos apresentar com o personagem Macambira trouxe algo de inovador ao revelar um personagem complexo e cheio de camadas, lhe deu um passado e projetou um futuro. Visto que, ao longo da narrativa uma imagem multifacetada de Macambira nos revela a ruptura de uma representação única e continuada, representa a forma com que os indivíduos interagem entre si. Essas múltiplas personalidades nos mostram como a própria masculinidade não é algo único e simplificado.

A narrativa possibilita perceber como o imaginário masculino estava in-

serido neste contexto, desde sua multiplicidade, complexidade e diferenças, ao longo deste trabalho foi possível notar que foi criado níveis hierárquicos entre os próprios homens, estigmas que continuam presentes ainda hoje. A masculinidade negra, nesse ínterim, é representada como uma sub-masculinidade em relação a masculinidade branca, ocasionando estereótipos que ultrapassam a barreira da ficção e perpetuam narrativas racistas que visam a manutenção do racismo.

Notamos que o homem negro foi estigmatizado, bestializado e subjugado. Sua masculinidade foi utilizada como ferramenta para justificar o racismo e sua representação, sempre de forma animalesca, servia apenas para perpetuar essa narrativa escravocrata. Macambira é um ponto fora da curva ao ser o oposto do que a narrativa comum empregava, porém não é isento dessa natureza racista, Coelho Neto apenas subverte essas características ao ser retratá-lo como o mocinho da história em relação ao vilão, branco, que detém esses traços desumanos.

A representatividade se torna um fator crucial ao quebrar paradigmas étnico-raciais e romper com a continuidade de uma narrativa racista que serve apenas para manter estereótipos e padrões racistas, povoando o imaginário da população. Ainda que estejamos engatinhando nesse aspecto, é relevante ressaltar a importância de dar voz e visibilidade a novas narrativas, livres de estereótipos e preconceitos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. *O que é Racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- AMANTINO, Marcia; FREIRE, Jonis. Ser homem... Ser escravo. In: AMANTINO, Marcia; DEL PRIORE, Mary. *História dos homens no Brasil*. Unesp, 2013.
- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina: A condição feminina e a violência simbólica*. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2018.
- BROOKSHAW, David. *Raça e cor na literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- CARNEIRO, Maria Luisa Tucci. O Discurso da Intolerância. Fontes para o estudo do racismo. In: DI CREDO, M. do C. S.; ALVES, P.; OLIVEIRA, C. R. *Fontes Históricas: abordagens e métodos*. Assis: UNESP, 1996.
- CONRADO, Monica; RIBEIRO, Alan Augusto Moraes. Homem negro, negro homem: masculinidades e feminismo negro em debate. *Estudos Feministas*. Florianópolis, n.25, pp. 73-97.
- FERNANDES, Viviane Barbosa; SOUZA, Maria Cecília. Identidade Negra entre exclusão e liberdade. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 63, 2016, p. 103-120.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Editora Paz & Terra, 2017.
- HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.
- NETO, Coelho. *Rei Negro*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1966.
- PEREIRA, Olga Maria Lima. A dor da cor: Reflexões sobre o papel do negro no Brasil. *Cadernos Imbondeiros*. João Pessoa, v.2, n. 1, 2012. p. 6.
- REIS, Rute Rodrigues. Masculinidades e Famílias Negras: Algumas imersões necessárias. *Revista Fazendo Gênero*. Santa Catarina, n.9, 2010. pp. 1-7.
- SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. Masculinidade e virilidade entre a Belle Époque e a República. In: AMANTINO, Marcia; DEL PRIORE, Mary. *História dos homens no Brasil*. Editora Unesp, 2013.
- SOUZA, Rolf Ribeiro. As representações do homem negro e suas consequências. *Revista Fórum Identidades*. Itabaiana, v. 6, 2009, pp. 97-115.
- WELZER-LANG, Daniel. Os homens e o Masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo. In: SCHPUN, Mônica Raisa. *Masculinidades*. Boitempo Editorial, 2004.

ARTIGO

JORGE AMADO:
SINCRETISMO
AFRO-RELIGIOSO
NO ROMANCE
JUBIABÁ
(1935)

VIANA, Paula de
Carvalho

Graduanda em História pela
Universidade Santo Amaro -
UNISA, São Paulo.

Orientador: Profa. Dra.
Eliane de Alcântara
Teixeira

paulacviana@outlook.com

Resumo

A pesquisa está pautada na obra *Jubiabá*, de Jorge Amado, publicado em 1935, em que o escritor retrata a sociedade baiana no contexto da República Nova e revelando muitos dos costumes e crenças do povo negro. O presente artigo propõe analisar as representações do sincretismo religioso e o desfecho na vida dos personagens no romance estudado. Uma das questões que norteia a análise é saber como a religiosidade contribui para a construção de uma identidade e como esta reforça o sentimento de unidade. Partindo destas problemáticas, pretende-se identificar e analisar historicamente o sentimento de religiosidade. A especificidade é compreender as transformações do núcleo social a partir da literatura, do ficcional para o real. Os resultados permitem considerar que a obra de Jorge Amado contextualiza um momento histórico e reproduz o discurso da época e que a literatura representa um dos suportes da cultura nacional. A literatura permite aos historiadores compreender sociedades, no caso, no Brasil Pós-abolição.

Palavras-chave:

Literatura; Nova História; Sincretismo; Representações; Negro

Abstract

The research is based on Jorge Amado's *Jubiabá*, published in 1935, in which the writer portrays Bahia society in the context of the New Republic and revealing many of the customs and beliefs of the black people. The present article proposes to analyze the representations of religious syncretism and the outcome in the life of the characters in the novel studied. One of the questions that guides the analysis and to know how religiosity contributes to the construction of an identity and how this reinforces the feeling of unity. Starting from these problems, we intend to identify and analyze historically the feeling of religiosity. The specificity is to understand the transformations of the social nucleus from the literature, from the fictional to the real. The results allow us to consider that the work of Jorge Amado contextualizes a historical moment and reproduces the discourse of the time and that literature represents one of the supports of the national culture. The literature allows historians to understand societies, in this case, in Brazil Post-abolition

Keywords:

Literature; New history; Syncretism; Representations; Black man.

INTRODUÇÃO

A pesquisa evidencia como tema/objeto de estudo a religiosidade presentes na obra *Jubiabá*, de Jorge Amado, romance escrito no bojo do que ficou conhecido como Geração de 30; isto é, momento em que a literatura brasileira passa por uma mudança significativa na forma e conteúdo retratados, assumidos como uma ruptura com o lirismo e o romance que imperavam em nas gerações anteriores.

O processo sincrético, observado ponto de vista do negro, tem por definição a releitura dos significantes originários, enriquecendo-os de outros novos, para que o significado não seja perdido. Se não fosse assim, como explicar a presença em seus cultos de somente alguns símbolos católicos? Por que existem estátuas de alguns santos nos templos de vodu e nos terreiros de candomblé?

A análise é pautada no texto literário, onde é feita a representação do negro em suas manifestações religiosas, o imaginário e símbolos; investiga as representações do sincretismo religioso e o desfecho na vida dos personagens. Uma das questões que norteia esta pesquisa é a de que como a religiosidade contribui para a construção de uma identidade e como reforça o sentimento de unidade entre uma etnia?

Ao partir destas problemáticas, pretende-se identificar e analisar historicamente como a religiosidade é

capaz de caracterizar e unificar um grupo humano. A especificidade desse estudo é compreender as transformações do núcleo social que partem da literatura para o real, exemplificando como esses sincretismos são demonstrados, pois a literatura pode ser compreendida como uma prática social que evidencia elementos para a compreensão da vida social.

Antônio Cândido em *Literatura e Sociedade* (2014) analisa a literatura como fonte histórica para entender a sociedade brasileira e com isso conclui que as representações escritas são parte integrante da sociedade brasileira, pois permitem e dão sentido para aquela determinada sociedade e período histórico. Partindo dessa linha de pensamento, é possível entender a civilização baiana do século XX a partir dos escritos de Jorge Amado, retratando o contexto social em que estava inserido.

O autor disserta acerca da contribuição das ciências sociais para com o estudo literário; não desprezando a atribuição de importância à crítica literária pura. Defende também o complemento entre as diversas áreas do conhecimento, analisando o vínculo entre a obra e o ambiente, não deixando de lado a análise estética do relato literário. Em suas palavras: "O externo importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha certo papel na constituição da estrutura, tornando-se assim, interno" (CANDIDO, 2014, p.14).

O que favoreceu esse diálogo entre a Antropologia, Sociologia, História

e Literatura foi a Escola dos Annales, movimento historiográfico surgido na França, durante a primeira metade do século XX, em sua 3ª geração. Desde o século XVIII, quando a História passou a ser notada como ciência, os métodos de se escrever e pensar sobre História conquistou grande evolução. A historiografia passou por grandes modificações metodológicas que permitiram maior conhecimento do cotidiano e do passado, através da incorporação de novos tipos de fontes de pesquisa. Ainda assim, no início do século XX, questionava-se muito sobre uma historiografia baseada em instituições e nas elites, a qual dava muita relevância a fatos e datas, de uma forma positivista, sem aprofundar grandes análises de estrutura e conjuntura.

Esse movimento permitiu a realização da análise de um documento literário, sendo imprescindível considerar o contexto histórico e intencionalidade de quem o produziu. Segundo Peter Burke (1990, p. 20), "A Nova História deverá utilizar de todas as descobertas da humanidade, que estão sendo feitas por antropólogos, economistas, psicólogos e sociólogos [...]." A Escola dos Annales promoveu a interdisciplinaridade que aproximou a História das demais ciências sociais, enfatizando a necessidade de um intercâmbio intelectual entre as áreas, e que no caso deste projeto, se aproximado dos estudos das representações literárias, através de trechos selecionados do romance.

Jorge Amado, O Exponente de Uma Classe

Jorge Amado, em seu estilo regionalista, trouxe para a literatura brasileira personagens específicos do Brasil rural, caracterizando-se pelo estilo simples, pela incorporação de falas regionais e pelo destaque dos personagens do povo, geralmente ignorados pela literatura oficial. Cabe esclarecer que, por regionalismo, entende-se a literatura que põe o seu foco em determinada região do Brasil, visando retratá-la, de maneira mais superficial ou mais profunda. Sendo assim, com sua interpretação ímpar da Bahia, Jorge Amado produziu tipos memoráveis, como: Dona Flor, Gabriela, Guma e Jubiabá, e assim contribuiu para uma perspectiva mais abrangente da realidade brasileira.

Nascido em 1912, em Itabuna, área de produção de cacau no Estado da Bahia, é um dos quatro filhos de um pequeno fazendeiro. Cresceu em uma atmosfera rural já adaptada às novas condições sociais - os trabalhadores são remunerados - mas ainda carregado de seu passado escravocrata. Os trabalhadores rurais em meio aos qual foi criado lhes contam suas histórias, levam-no para as noitadas, observa Dravet (2013). O escritor registrou em suas obras as experiências vividas e a observação dos costumes na captação do cenário cotidiano, como apontado neste trecho de uma entrevista:

Foi o contacto com aquela gente que me tocou primeiro... Foi a amizade com os trabalhadores do cacau que me despertou a consciência do social. Eu convivi muito intimamente com eles, não só por que eu pai era um homem muito liberal, muito dado, mas também por que eu gostava muito deles... Gostava de vir ao povoado com eles. Essas vindas ao povoado aconteciam em meio as lutas, era uma coisa curiosa, por que os trabalhadores, os jagunços, todo o pessoal era gente mais clovinote do que para enxada. Eu era amigo deles. Era um garoto, um menino, o amigo deles (...) e foi com eles que entrei pela primeira vez, numa casa de reparigas, de mulheres da vida. (GOMES; NEVES, 1988 apud GOMES, 1994, p.16)

Ao publicar *Jubiabá* (1935) e outros romances desta década, Jorge Amado procura registrar a fase heróica da conquista de direitos e demonstra seu tom combativo “quando o escritor troca de cenário, (do rural para o urbano), o tom não muda: na cidade, apesar de os tipos sociais serem diferentes, a luta de classes continua a constituir a base dos romances.” (GOMES, 1994, p. 18). Em *Jubiabá*, por exemplo, é ressaltada a oposição ao narrar à atuação e liderança do protagonista Baldo em meio às greves operárias.

No Brasil, a década de 30 é marcada por acontecimentos revolucionários. A República Velha deu lugar à República Nova (ou Segunda República), que substitui o estado oligárquico, que de-

fendia os interesses dos cafeicultores. Essa transição estava longe de ser pacífica, pois as velhas oligarquias tentaram recuperar seus privilégios com o golpe de 32, ao mesmo tempo em que grupos, como os dos tenentes, propuseram reformas urgentes. Assumindo cada vez mais poder, Getúlio Vargas interveio nos sindicatos, oprimindo o proletariado e calando a voz da oposição (FAUSTO, 2009). Como reitera Florence Dravet (2013); em um Brasil certamente influenciado pelo positivismo francês do século XIX, mas bem longe do nazismo e dos boatos anti-semitas que acontecem na Europa.

No Brasil, o populismo da ditadura de Getúlio Vargas está instalado e é contestado por alguns intelectuais de esquerda simpatizantes do comunismo. Jorge Amado é um deles, que defende não só os trabalhadores, mas também os oprimidos, os esquecidos da marginalidade urbana, os filhos de uma escravidão ainda recente, homens e mulheres de pele negra que povoam as ruas dos bairros antigos em busca de soluções de sobrevivência.

Diante deste contexto, é compreensível a tônica que Jorge Amado usa nas obras dessa década. Após o sucesso do seu livro “*Capitães da Areia*” (1937), que foi confiscado e queimado em praça pública, exilou-se na Argentina, retornado em 1945, eleito deputado federal pelo PCTB. O autor torna-se denunciante dos desmandos das velhas oligarquias nas terras do cacau.

Sincretismo no Brasil como Ferramenta de Resistência

O processo sincrético é uma transmutação dos signos, trazendo outros, para que o significado não seja perdido. Etimologicamente, segundo Waldemar Valente (1976), o sincretismo se caracteriza principalmente pela fusão de elementos culturais. Uma íntima mistura entre os componentes das culturas diferentes que se colocam em contato, tornando-se uma ferramenta de resistência e afirmação cultural, especificamente no Brasil, como argumenta em sua obra *Sincretismo Religioso Afro-brasileiro*:

Embora o fetichismo africano tenha no Brasil sofrido a influência do espiritismo e das religiões ameríndias, o que é incontestável é a ação dominante que sobre ele exerceu o catolicismo. Já Manoel Quirino observava: "o Africano já trazia a seita religiosa de sua terra; aqui era obrigado, por lei, a adotar a religião católica". Habitado naquela e obrigado por esta, ficou com as duas crenças. (VALENTE 1976, p. 11).

Apesar da separação entre Igreja e Estado desde a Constituição da República, e ainda reforçada pelos princípios seculares do governo populista de Getúlio Vargas, o campo religioso torna-se palco de disputas entre o poder cultural do negro e o poder político das elites econômicas brancas que se fazem representar moralmente pela

Igreja Católica e seus princípios. Muitos dos traços culturais dos negros foram preservados e se misturaram à cultura. E deve-se levar em conta a situação em que os negros, historicamente, se encontravam no Brasil escravocrata; violentados, destituídos de toda a liberdade e afastados de seus familiares, a resistência cultural, em forma de sincretismo, tornou-se fundamental para a preservação de suas crenças, principalmente da cultura espiritual, tornando-se uma forma de preservação e resistência, mais do que qualquer outra, ao apagamento imposto pelos conflitos da escravidão no Brasil (VALENTE, 1976).

Em Jubiabá, identificam-se pais de santo, estivadores e outros personagens do povo que buscam seu espaço social, além de críticas à burguesia e o governo repressor. O personagem protagonista, Antônio Balduino, personifica o homem negro explorado socialmente, que vive em uma favela e as margens sociais, torna-se operário e acaba aderindo às greves em busca de mudanças na sociedade. O aspecto religioso o segue em toda a obra, o que é evidenciado nos trechos a seguir:

Num altar católico que estava no canto da sala, Oxóssi era São Jorge; Xangô, São Jerônimo; Omolu, São Roque; e Oxalá, o Senhor do Bonfim que é o mais milagroso dos santos da cidade negra da Bahia de Todos os Santos e do pai de santo Jubiabá. É o que tem a festa mais bonita, pois a sua festa é toda como se fosse candomblé ou macumba. (AMADO, 2008, p. 94).

Neste fragmento, é possível notar a referência aos santos e a fusão entre as características do Candomblé com o Catolicismo. Esse recurso valeu como uma poderosa ferramenta contra a opressão dos escravizadores. Sem ela, possivelmente teriam sido absorvidas, logo nos primeiros anos de escravidão as suas crenças matrizes. É possível afirmar que o catolicismo se "africanizou". Os negros se mostravam aos seus senhores e missionários, convertidos à religião cristã, mas apenas aparentemente. (VALENTE, 1976). Roger Bastide (1971) concorda com esse argumento. Segundo o autor, há trocas e uma grande influência do catolicismo nas religiões africanas. No trecho abaixo, o sociólogo discorre sobre essa implementação católica:

Não é, pois, inútil estudar esse catolicismo negro no Brasil, que ainda conserva traços especiais. Continuam a existir confrarias de cor, com seus vestuários brancos ou azuis, seus rosários negros e suas cruces de Malta vermelhas. [...] nos campos, o Padre se revoltou contra os divertimentos africanos. Condenou do alto do púlpito (o que é compreensível), a dança religiosa do Candomblé, a dança profana do batuque (...) misturado com os brancos, tratado como são tratados os brancos, mas reagindo diante dos dogmas ou dos ritos com a sensibilidade que lhes é própria: de raça ou de classe. (BASTIDE 1971, pp. 475 - 476)

Para Bastide (1971), o sincretismo resulta de três modalidades de rela-

ção: estrutural, cultural e sociológica. O africano lerá o panteão católico, transbordante de santos e virgens-marias, a partir da relação entre os orixás intercessores e Olorum, deixando de lado, no entanto, a ideologia católica do "sofre aqui para gozar no além". Portanto, ao menos no início, será a religião africana a purificar o catolicismo quando aceita o culto aos santos.

Então, não só acontecerá uma aproximação entre orixás e santos, mas a participação dos membros do candomblé na vida da igreja católica. E isso a tal ponto que, se alguém não for católico, não poderá tomar parte num terreiro. Assim, e com a ajuda da imaginação, os escravos encontrarão nos santos católicos algo que os remeta a seu panteão. Por exemplo, para a analogia entre Oxalá e Jesus Cristo basta a aproximação externa entre a bengala de Oxalá velho e a figura do Bom Pastor com seu cajado.

Assim, os negros reinterpretam inúmeras festas católicas: Exu é festejado no dia de São Bartolomeu; Xangô, no dia de São João; Ogum divide as comemorações com São Jorge; Omolu, com São Sebastião; os Ibejis, na festa de Cosme e Damião; Oxalá brilha nos festejos do ano novo (na Bahia, na festa do Senhor do Bonfim); e Iansã, no dia de Santa Bárbara.

O candomblé é um dos exemplos de que o sentido de pertencimento a uma comunidade, a um núcleo familiar, permanecerá vivo entre os descendentes de escravos, mesmo quando estes não se conformam plenamente ao modelo familiar branco, sancionado pela Igreja. Aliás, as próprias confrarias e irmandades

de homens pardos e negros, nascido, em grande medida, de ideias segregacionistas, são assimiladas pela comunidade negra como espaço de liberdade. (SOARES, 2002).

No romance, é revelada a questão da exclusão, opressão e também de luta em que o povo negro vivenciou na década de 1930 quando o romance foi publicado:

[...]. Que adianta negro rezar, negro vir cantar para Oxossi? O rico manda fechar a festa de Oxossi [...]. O que é que negro pode fazer? Negro não pode nada, nem dançar para santo. Pois vocês não sabem de nada. Negro pode tudo, negro pode fazer o que quiser. Negro faz greve, para tudo, para guindaste, para bonde. Cadê luz? (...) tudo junto é mesmo bonito. Cai uma conta, as outras caem também. (AMADO, 2008, p. 283).

Nessa passagem, Antônio Balduino percebe que o Candomblé não está exercendo a função que poderia para contribuir na luta por transformação social. Na narrativa, Jorge Amado faz com que depois de presenciar uma greve em busca de melhores condições de trabalho e vida. Antônio Balduino percebe que o candomblé tem poder para contribuir nessa luta. Ele volta ao terreiro e convocam todos a participarem da greve, a se unirem, com uma constatação de que todos juntos poderão levar a mudanças.

Logo na abertura do romance, a luta de boxe entre Baldo e o alemão Ergin pode ser interpretada como símbolo do embate entre brancos e negros, de-

nunciando e metaforizando o racismo na sociedade baiana. Muitos na platéia, crentes na superioridade ariana frente ao negro, davam a luta por vencida, não acreditavam que Balduino pudesse ter alguma chance. No entanto, para Baldo, o que se passava naquele ringue não era uma mera luta de boxe, não estava em jogo apenas um título comprovante de habilidade e força físicas, mas o orgulho de não se deixar bater ou derrotar por um branco:

Foi quando o alemão voou para cima dele querendo acertar no outro olho de Balduino. O negro livrou o corpo com um gesto rápido e como a mola de uma máquina que se houvesse partido distendeu o braço bem por baixo do queixo de Ergin, o alemão. O campeão da Europa central descreveu uma curva com o corpo e caiu com todo o peso. A multidão rouca aplaudia em coro: - BAL-DO... BAL-DO... BAL-DO... O juiz contava: - Seis... sete... oito... Antônio Balduino olhava satisfeito o branco estendido aos seus pés. (AMADO, 2008, p. 17).

A vitória do negro produz certo efeito catártico no mesmo tempo em que anuncia uma desforra do personagem em resposta a todas as violências raciais a que fora submetido. A imagem do branco derrotado, em completa sujeição, estendido aos pés de Baldo é a reversão da condição social imposta aos povos não-brancos. O olhar satisfeito de Antônio Balduino diante do alemão caído reflete muito menos o gosto pelo título, do que a sensação gloriosa de que ali havia a vin-

gança contra séculos de opressão e tirania. Claro que é possível que não existisse no personagem, naquele instante, uma consciência fundamentada da subserviência imposta ao povo negro. Baldo conhecia, porém, o cotidiano da violência racial, nas ruas da Cidade da Bahia, adivinhava-lhe na pele os critérios de inclusão e exclusão. A representação da luta, portanto, carrega em si o sentido de inversão das relações raciais. Esse discurso presente nos trechos evidencia que o Candomblé é um dos meios que o autor utiliza em sua narrativa para demonstrar o sentimento de união e instrumento de luta que a religião exerce. (SOBRINHO, 2010).

Antonio Cândido (2014) apresenta uma nova perspectiva para a literatura, no qual o condicionamento social é parte integrante na composição de uma obra literária, argumentando que o fator social é invocado para explicar a estrutura das principais ideias do autor, defendendo que a obra depende do artista e das condições sociais que determinam sua posição, realizando a transposição do real para o ilusório. Diante disso, pode-se afirmar que a sociedade se modifica e os traços dessa transformação deixam vestígios na linguagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos dizer que o sincretismo está muito presente na religiosidade popular, nas procissões, nas comemorações dos santos, nas diversas formas de pagamento de promessas e nas festas populares em geral. Constata-se que o sincretismo constitui uma das características centrais das festas religiosas populares. Nas religiões afro-brasileiras, é uma forma de relacionar o africano com o brasileiro, de fazer alianças, como o escravo aprendeu na senzala e nos quilombos sem se tornar naquilo que o senhor desejava

Jubiabá trata não somente um romance ficcional, mas também é uma contextualização do cenário baiano, da vida do afro-brasileiro naquela sociedade e suas dificuldades para ascender socialmente. Também é retratada a religiosidade como suporte espiritual para o enfrentamento do dia-a-dia, a repressão e intolerância do governo e da polícia com operários e adeptos do candomblé. Jorge Amado adiciona o tom revolucionário à sua narrativa, e partindo dessa argumentação, podemos trabalhar a obra para contextualizar um momento histórico e reproduzir o discurso daqueles que já não podem mais se pronunciar. A literatura exerce uma função vital neste estudo, pois representa um dos suportes da cultura nacional, servindo como fonte e ferramenta de análise.

É possível notar a proximidade dos ideais de Amado com a esquerda, a vontade de descrever a Bahia segundo a sua visão, a simpatia na proteção aos oprimidos e a admiração ao candomblé que estão reunidas em Jubiabá. O autor traz à luz a figura de personagens do povo que buscam seu espaço social, além de lançar críticas rigorosas à burguesia.

REFERÊNCIAS

- AMADO, Jorge. *Jubiabá*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2008.
- ARIÈS, Philippe. A história das mentalidades. In: LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1998.
- BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil*. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 1971.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales - A revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Ed. UNESP, 1990.
- CANDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Companhia editora nacional, 1975.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da História*. Rio de Janeiro: Ed. Graal. 1983.
- CARDOSO GOMES, Álvaro. *Capitães da areia – roteiro de leitura*. São Paulo: Ed. Ática, 1994.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- DRAVET, Florence. Religiosidade e negritude em Jubiabá: tensões interculturais. *Revista Esferas*. São Paulo, n. 3, pp. 169-177, jul./dez. 2013.
- GRECCO, Gabriela de Lima. História e literatura: Entre narrativas literárias e históricas, uma análise através do conceito de representação. *Revista Historiador*. n.7. pp. 118-127, Jan. de 2015. Disponível em: <<http://www.historialivre.com/revistahistoriador>>.
- MARTINS, Wilson. *A literatura brasileira- o Modernismo*. São Paulo: Ed.Cultrix, 1965. P. 17-25.
- SOBRINHO, Antonio Carlos Monteiro Teixeira; MAGALHÃES, Carlos Augusto. Jorge Amado e as identidades às margens. *Revista Antares*, Caxias do Sul, n. 4, jul/Dez 2010.
- VALENTE, Waldemar. *Sincretismo religioso afro - brasileiro*. São Paulo: Companhia editora nacional, 1976.

ARTIGO

DIAGNÓSTICOS DA RESISTÊNCIA NEGRA NO BRASIL: O RACISMO CIENTÍFICO NAS PROPOSIÇÕES MÉDICAS DE JOSEPH SIGAUD

MENEZES, Lucas
Santos

Graduado em História pela
Universidade de Santo
Amaro, São Paulo

Orientador: Prof. Dr. Paulo
Fernando de Souza Campos

lucassantos_menezes@hotmail.com

Resumo

As condições de saúde pública no Brasil no século XIX marcam a expansão da medicina, permitem a fundação de instituições de pesquisa e divulgação do conhecimento, bem como o interesse de novos objetos de investigação para a atuação profissional dos médicos. O discurso médico, na perspectiva do higienista francês Joseph François Xavier Sigaud (1796-1857), intencionou caracterizar e retratar o negro escravizado, neste sentido: qual a visão que este médico imprimia a respeito dos escravos sobre comportamento, atitudes e inúmeras formas de luta e resistência negra? Os objetivos da pesquisa visam entender a linha de pensamento do médico higienista francês em relação aos negros, o impacto e o reflexo do discurso médico na vida social brasileira no contexto. A fonte analisada compreende o manual *Do clima e das doenças do Brasil*, cujo mapeamento implicou a seleção de partes do texto protagonizadas por negros para, deste modo, identificar as representações médicas atribuídas aos escravizados. A desconstrução do discurso possibilitou o levantamento das palavras, expressões, frases e adjetivos que fazem referências e conferem significados específicos aos negros. A análise dos resultados, pautada pelo pensamento foucaultiano, evidencia o efeito do discurso, seu poder normalizador de controle e enquadramento social, logo, uma ferramenta de controle e dominação. O estudo considera que ainda que os discursos médicos se interponham sobre os sujeitos e seus corpos, essa dimensão não exclui a resistência, a negação do poder normalizador.

Palavras-chave:

Brasil Império; Discurso médico; Racismo Científico.

Abstract

The conditions of public health in Brazil in the nineteenth century mark the expansion of medicine, allow the foundation of research institutions and knowledge dissemination, as well as the interest of new research objects for the professional performance of physicians. The medical discourse, from the perspective of the French hygienist Joseph François Xavier Sigaud (1796-1857), intended to characterize and portray the enslaved black man, in this sense: what the doctor's view of slaves on behavior, attitudes and countless forms of black struggle and resistance? The objectives of the research are to understand the line of thought of the French hygienist physician in relation to the black people, the impact and the reflex of the medical discourse in the Brazilian social life in the context. The analyzed source comprises the manual: *Do clima e das doenças do Brasil*, whose mapping implied the selection of parts of the text carried out by blacks to, that way, identify the medical representations attributed to the enslaved. The deconstruction of discourse made possible the lifting of words, expressions, phrases and adjectives that make references and give specific meanings to the black people. The analysis of the results, guided by the Foucault's thought, evidence the effect of discourse, its normalizing power of control and social framework, thus a tool of control and domination. The study considers that even if the medical discourses interpose on the subjects and their bodies, this dimension does not exclude resistance, denial of normalizing power.

Keywords:

Brazil Empire; Medical discourse; Scientific Racism.

INTRODUÇÃO

Como temática central, esse estudo aborda o discurso médico no Brasil no século XIX, a análise destes discursos, a partir da década de 1830, voltados para questões específicas relacionadas ao espaço urbano da salubridade do Brasil, os quais difundiam “[...] um saber médico aparelhado para esclarecer o estado da sociedade, o solo, o clima, as populações” (MACHADO, 1978, p. 95).

Segundo Ferreira (2001, p. 2) os médicos no século XIX “[...] empenharam-se em produzir uma leitura original do quadro sanitário, cujo resultado mais importante foi à redefinição da importância das condições socioambientais brasileiras como fonte geradora de velhas e novas patologias”. Tais questões como a higiene e o sanitário situam-se no contexto do ambiente epidemiológico que recobre o longo século XIX, em que:

[...] Nos anos 1830-2 ocorrera uma pandemia de cólera, atingindo tanto as regiões tropicais como as cidades europeias e norte-americanas. Classes e raças opostas e distantes entre si enfermavam de mesma maneira em todos os quadrantes do globo. No Império, a febre amarela atingia sobretudo os estrangeiros. Tanto os europeus, como os africanos oriundos de áreas do Continente Negro onde não existia a doença. A cólera acometia principalmente as pessoas mais modestas mal instaladas: os escravos e os proletários portugueses

que começavam a afluir na corte (...) a febre amarela torna-se endêmica a partir de 1850. Surtos de cólera e varíola também fustigam o Império nos anos 1850-60. (ALENCASTRO, 1997, pp. 67-78)

A historiografia permite considerar que não havia uma distinção em relação às moléstias que atingiam o Brasil, ou seja, negros e brancos eram acometidos e morriam por diversas enfermidades, algo prejudicial do ponto de vista da organização social do Império. Essa nova percepção médica não estava vinculada estritamente a organização da saúde pública, pois, “[...] a medicina acadêmica disputava lugar com as práticas populares de cura, concorrendo com boticários, curandeiros, parteiras, sangradores, feiticeiros dentre outros.” (VIANA, 2012, p. 3). Ao analisar as fases de transição do saber médico e da própria figura do médico e suas evoluções no Brasil, podemos observar que,

[...] Nos dois primeiros séculos da colonização os médicos classificavam-se entre os “homens-de-ofício” socialmente inferiores aos senhores e aos nobres. Donatários e capitães-generais designavam seus cirurgiões como “criados” ou “serviçais”. (COSTA, 1979, apud LYCURGO, 1977, p. 309)

Nos primórdios da colonização a caracterização social do médico é insignificante, a atividade que ele exerce

não lhe fornece prestígio algum, pois se assemelha ao corpo de criados ou serviçais sem nenhum tipo de importância e influência, isso se devia em razão da diminuta presença de médicos na Colônia em face da precária ilustração dos profissionais, em fins do século XVIII a situação pouco mudou, pois,

[...] a racionalidade do saber médico pouco se distinguia do conhecimento empírico dos jesuítas, pajés, curandeiros, entendidos, etc. A prática curativa era essencialmente a mesma: sangria, purgativos, infusões com plantas e pós, dietas, etc. (COSTA, 1979 apud LYCURGO, 1977, p. 315

As funções de cura eram divididas entre diversas personalidades sociais, as práticas e procedimentos eram repartidos em diversos setores que dispunham quase da mesma forma, indiferentemente do grau instrução entre os legalmente reconhecidos profissionalmente e os amadores, os tidos como imperitos. Para Ribeiro (1997) ao analisar a arte médica nesse mesmo período, ainda que o mosaico étnico que se configurou durante a colonização, por um lado possibilitou o fomento de trocas culturais entre europeus, africanos e indígenas conferindo novos contornos a medicina tradicional, por outro lado essa dimensão não exclui os antagonismos que permearam o universo das práticas de curas populares e eruditas, revelando a tentativa do saber médico em sobrepujar e des-

qualificar as práticas leigas, pois, “[...] lutavam ferrenhamente contra os que praticavam curas na informalidade. Reivindicando para si o controle do corpo, a medicina esvaziava o sentido dos conhecimentos terapêuticos populares.” (RIBEIRO, 1997, p. 89), segundo a autora, por meio da censura e repressão a feitiçaria, rituais mágicos, aos curandeiros, a manipulação de certas raízes e ervas no preparo de medicamentos vistos como anti-norma e estrambólicos, privando qualquer ligação com o oculto, espiritual ou sobrenatural, isso por que, “Medicina, religião e magia eram então indissociáveis, e a fé, perseverante e inabalável, vencida o medo da falta de assistência humana” (GURGEL, 2010, p. 150), algo condenável pelo saber institucional que não reconhecia uma arte médica não baseada em argumentos teórico-científicos.

O século XIX testemunhou o fim da cruzada dos médicos contra as práticas de cura popular, na medida em que estabeleceu autonomia, um esforço de afirmação profissional, ao impor autoridade e controle mediante os assuntos da saúde e da doença e também do exercício profissional da profissão médica marca a história da saúde no período em questão. A instituição percussora da higiene no Brasil foi a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro – SMRJ criada em 1829, transformada em 1835 na Academia Imperial de Medicina – AIM. Em meio ao cenário de pestilências e obviamente mortandade, acentua-se o avanço da medicalização, o tratamento das doen-

ças, bem como medidas de controle e prevenção, neste contexto, surge outra questão que nas palavras de Alencastro (1997) aponta para o paradoxo do sanitarismo no contexto da escravidão. Fica evidente, com novas teorias classificatórias do gênero humano, que teorias circulam na Europa e Estados Unidos, aportam no Brasil:

Como se sabe, o poligenismo ganhara suporte científico, na sequência das descobertas da paleontologia oitocentista, ao propor, contra o monogenismo bíblico, a ideia de que raças contemporâneas provinham de troncos originalmente distintos do gênero humano. Mais tarde, essas ideias dão lugar à frenologia - o estudo comparativo das medidas do crânio e do cérebro - e ao racismo científico: as medidas do crânio tornaram-se o vértice da razão ocidental. Restrito na Europa aos naturalistas e aos teólogos, o debate sobre essas teorias sofre uma torção ideológica no Império e nos estados escravistas do Sul dos Estados Unidos. Ali, Josiah C. Nott médico escravocrata e poligenista americano propôs uma nova disciplina, a "negrologia" (niggerology), e fez sucesso com sua defesa científica da escravidão em conferências proferidas na Assembleia Legislativa e na Universidade de Louisiana no final dos anos 1840. (ALENCASTRO, 1997, pp. 79-80)

Esta torção ideológica, bem como a veiculação dessas ideias no Império, segundo o autor parece ter sido ini-

cialmente ventilada por médicos e higienistas franceses. Joseph François Xavier Sigaud (1786-1856) ao reservar partes de sua obra *Do clima e das doenças do Brasil (1844)*, busca caracterizar e retratar o negro escravizado a partir desta torção, desta defesa científica da escravidão. Dessa maneira, o presente estudo investiga qual a visão que este médico imprime a respeito dos negros escravos sobre o comportamento, as atitudes, as inúmeras formas de luta e resistência? Qual a linha de pensamento de Joseph François Xavier Sigaud? Quais os impactos e o reflexo desse discurso na construção social dos negros no Brasil?

Assim para qualificar o estudo no âmbito da pesquisa em História, os motivos acadêmicos, sociais, institucionais remontam o estudo do Brasil Império no Segundo Reinado (1841-1889), em particular, a escravidão. O estudo aborda a construção do negro via medicina e sua influência em nossa sociedade, bem como a tentativa de suprimir a presença do negro na História do Brasil, criando uma visão folclórica do escravo. Desta forma a justificativa para o desenvolvimento deste trabalho é de verticalizar o estudo do tema da escravidão e seus mecanismos opressores.

A fonte analisada para o estudo compreende o manual *Do clima e das doenças do Brasil* de Joseph François Xavier Sigaud, editado originalmente em 1844, em Paris. Porém para pesquisa será utilizada a versão brasileira do clássico produzida em 2009, que

contou com os trabalhos de tradução de Renato Aguiar, revisão técnica de Ângela Porto e Ana Maria Galdini Raimundo Oda, publicado pela Editora Fio Cruz, Rio de Janeiro. O documento digitalizado em francês e intitulado *Du climat et des maladies du Brésil ou statistique médicale de cet empire - 1844* encontra-se disponível no acervo digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindin¹.

O conteúdo da obra discorre sobre a relação do clima, ambiente e patologias, características e hábitos da população do Brasil. Desta forma, dada a complexidade bem como o volume da fonte, o estudo seleciona partes que tratam o negro de modo a analisar as abordagens de pensamento apresentadas e imprimidas pelo médico e higienista francês. A proposta de desconstrução do discurso possibilitou o levantamento de palavras, expressões, frases e adjetivos que fazem referências e conferem significados específicos aos negros. A análise dos resultados, pautada pelo pensamento foucaultiano, evidencia o efeito do discurso, seu poder normalizador de controle e enquadramento social sem, contudo, eximir a resistência, a negação.

Dessa forma, analisaremos em primeiro lugar, o contexto histórico do Brasil em 1840, momento da publicação da obra *Do clima e das doenças do Brasil*, tem nesse mesmo período, a questão da escravidão, as pressões inglesas para o fim do tráfico transatlântico e os problemas sanitários do país; em segundo, as representações

médicas de Sigaud, das referências e dos significados que ele atribuiu aos negros, por meio de diagnósticos classificatórios de comportamentos e atitudes patológicas, e que por outro lado revelam formas de estratégia de luta e resistência e por último a institucionalização da medicina brasileira nos oitocentos, assim como a influência e o impacto do discurso médico como normatizador e regulador na vida social brasileira.

Sociedade, Saúde e Medicina: A Perspectiva do Higienista Joseph Sigaud

A década de 1840, período da publicação do livro *Do clima e das doenças do Brasil* de Joseph François Xavier Sigaud, permite verificar questões que circulavam no Brasil como as pressões inglesas pelo fim do tráfico transatlântico de escravos por meio da promulgação da lei em 1831; revoltas e sedições, levantes de maior expressão no período como a Cabanagem no Grão-Pará (1835-1840) e a Balaiada (1838-1841), movimentos transitórios no Período Regencial (1831-1840), que se refletiram para os anos iniciais do Segundo Reinado (1840-1889). Tais movimentos evocam um contexto histórico de mudanças, de resistência aos imperativos que organizam a vida social no Brasil.

A questão do ser escravo, na perspectiva médica brasileira, sempre foi encarada de forma incômoda,

1. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4904>

analisada e interpretada por um saber dito sólido e consistente e cuja prática discursiva alegava “[...] ser possuidora dos meios para alcançar uma sociedade ordenada, disciplinada, oferecendo luz para a saída do caos” (MACHADO, 1978, pp. 185-186). Na medicina do século XIX, se debateu o tema tentando encontrar um significado para esse indivíduo visto como um problema na medida em que “[...] sua presença era um desafio à higiene, que via nele um bolsão de resistência ao poder normalizador. A questão posta aos médicos era a de como converter o escravo à ordem médica” (COSTA, 1979, p. 121).

Se os ideais que a medicina defendia, o progresso e a civilidade, pressupondo como produto final o indivíduo transformado “[...] em cidadão perfeito, livre e trabalhador, a articulação necessária entre o sujeito do contrato social e a sujeito a disciplina” (MACHADO, 1978, p. 354) evidentemente que o escravo não se encaixava nessa lógica. A desumanidade da condição de escravo subtraía-lhe a cidadania, destituindo qualquer participação ou inserção no meio social e, para Costa (1979), o problema que persistia clamava por uma resposta, levava ao seguinte consenso:

Ele [o escravo] deveria continuar na posição que sempre estivera (...), portanto, em modificá-lo higienicamente sem alterar sua posição social e seu estatuto civil. Os médicos criaram, então, um outro procedimento tático: inverteram o

valor do escravo. De “animal” útil ao patrimônio e à propriedade, ele se tornou “animal” nocivo à saúde. Seu lugar disciplinar foi deste modo, garantido. (COSTA, 1979, p. 121)

Habilmente conferindo outro significado ao negro, sem modificar seu status, mantendo-o inserido no sistema escravagista, a medicina o categorizou como um ser insalubre, perigoso e nocivo à saúde. Neste sentido, o médico higienista francês Joseph François Xavier Sigaud, escreve um discurso semelhante, na medida em que intencionou caracterizar e retratar o negro escravizado classificando comportamentos e atitudes diagnosticadas como patologias, ou seja, ao discorrer sobre incidência e manifestações, bem como evoluções de doenças nervosas como epilepsia, loucura, histeria, ressalta que eram manifestas com mais intensidade entre os negros.

Ao explicar a situação sanitária brasileira, Sigaud parte da perspectiva de climatologia médica ou também chamada de neo-hipocratismo², elementos presentes em seu tratado *Do clima e das doenças do Brasil*. A proposta de relacionar doenças, ambiente e sociedade reflete seu trabalho composto em quatro partes,

[...] climatologia (variações térmicas, e barométricas, umidades e chuvas, ventos etc.); geografia médica (alimentação e aclimatação, doenças dos índios e dos negros, curandeiros doenças endêmicas e epidêmi-

2. Neo-hipocratismo, basicamente articula sobre a relação entre climas, ambientes (ares, águas e lugares) e patologias, tratando das peculiaridades da terra, das características e dos hábitos da população do Brasil. Cf. ODA, 2008, p. 764.

cas); patologia intertropical (febres intermitentes, tísica, doenças nervosas, picadas de insetos, mordeduras de serpentes, etc.); e estatística médica do Brasil (composição racial da população, taxas de mortalidade, legislação sanitária, etc.). (ODA, 2008, p.764)

Com auxílio de outras ciências o médico relaciona dados obtidos a partir da Geografia, Geologia, Matemática e Demografia, entre outras, por exemplo. O levantamento dos dados que discorrem sobre o clima e suas variáveis, modos de vida, costumes, hábitos, estáticas da população têm em comum a relação com o ambiente natural. Para Machado (1978, p. 248) esta perspectiva “situa as causas da doença não no próprio corpo do doente, mas naquilo que o cerca, em sua circunvizinhança, no meio ambiente”. Tal interpretação é tratada por Foucault (1971, p. 93) quando indica que “[...] A medicina passou da análise do meio á dos efeitos do meio sobre o organismo e finalmente á análise do próprio organismo”. A questão do meio, associada a fatores internos, o organismo do indivíduo e sua influência terá lugar de destaque na produção discursiva de Sigaud, procedimento adotado quando para justificar sua interpretação destaca que os negros escravizados,

[...] submetidos a um novo modo de alimentação, á influência de um clima estranho para eles, descuidados das regras de higiene, levados ao excesso ou condenados a traba-

lhos múltiplos, sofreram grandes alterações em sua constituição física, e daí se engendraram os elementos de doenças que lhes são particulares, verdadeiros atributos da raça negra, tal como a lepra leonina, o mal do estômago e as lesões do sistema cérebro espinhal. (SIGAUD, 2009, p. 119)

Indícios que demonstram as ações do meio e suas exigências sobre o organismo e o impacto que exerce na constituição física do negro, tendo como resultado imediato o incitamento de doenças, as quais, segundo o médico, peculiar entre os negros. As condições do clima somam-se aos hábitos, suficiente para influenciar a formação de enfermidades, Sigaud não as rejeita como causa imediata, ao reiterar “as influências das condições atmosféricas e dos hábitos arrastados da vida social” (SIGAUD, 2009, p. 248). Deste modo o estilo de medicina empregada por Sigaud tematiza tanto o meio natural como o social para entender as doenças.

Diagnósticos e Oposições Médicas de Joseph Sigaud: A Tentativa em Determinar o Patológico

A identificação das representações médicas atribuídas aos negros será realizada através da proposta de desconstrução do discurso. Segundo

Carneiro (2001, p. 24) “implica numa reflexão aprofundada acerca das manifestações fenômenos raciais”, fenômenos que podem ser analisados através:

[...] do levantamento dos traços pertinentes a cada grupo, ou seja, da identificação dos elementos acionados para justificar esta ou aquela qualidade que ira compor o perfil dos homens de bem, de um lado; e, de outro, do indesejável apontado como uma anomalia social. (CARNEIRO, 2001, p. 24)

O levantamento das palavras, expressões, frases e adjetivos que fazem referências e conferem significados específicos aos negros, expressos no manual *'Do clima e das doenças do Brasil'* de Joseph François Xavier Sigaud desnudam um conteúdo intolerante, preconceituoso e racista, transformam-se em dados indicativos que detectam o pensamento do médico higienista em relação aos negros. A expressão da mentalidade racista de Sigaud pode ser entendida se levarmos em conta a seção intitulada Das doenças dos Negros, longe de ser uma análise/diagnóstico imparcial, revela outro caráter. Inicialmente, Sigaud ignora as condições a que muitos negros escravos foram submetidos durante a dura travessia do Atlântico para o Brasil durante o século XIX. Pinsky (2016) possibilita retomar tais acontecimentos ao reiterar que:

[...] A fome, a sujeira, o desconforto e a morte eram companheiros de viagem dos negros. Calmarias ou

correntes adversas podiam prolongar a travessia até cinco ou mesmo seis meses, tornando mais dantescas as cenas de homens, mulheres e crianças espremidos uns contra os outros, vomitando e defecando frequentemente em seus lugares, numa atmosfera de horror que o calor e o mau cheiro se encarregavam de extremar. (PINSKY, 2016, p. 37)

Condições subumanas inviáveis para qualquer organismo por mais saudável que seja e conseqüentemente um ambiente hostil e insalubre sendo impossível não enfermar, seja pelo contato direto ou indireto, tudo e todos nesse ambiente são possíveis fontes de doenças, não por culpa das pessoas que ali estão, mas como consequência e resultado das precárias condições a que foram expostos. Todavia, não é incorreto considerar que para muitos os povos africanos não eram considerados humanos em sua totalidade, pois diagnosticados como inferiores. Sem pretender justificar a escravidão e a diáspora negra, estas considerações tornavam a atmosfera de horror extremado algo natural. Evidentemente esta era uma questão que importava, pois que o desembarque de pessoas enfermas traria impactos à saúde pública brasileira. Sigaud vê a inclusão dos negros no Brasil como um mal responsável direto por ter trazer moléstias e contaminar, pois “[...] A introdução dos negros vindos das costas da Cabinda, Angola, Benguela e da parte oriental da África disseminou nas praias do Bra-

sil, o escorbuto, a sarna, a oftalmia, a varíola, o piã e a dessentiria.” (SIGAUD, 2009, p. 119).

A análise do médico higienista não busca denunciar os reais motivos causadores de doenças e atribui a culpa ao tráfico transatlântico de escravos e as péssimas condições de viagem, porém indicadas como questões inevitáveis. Contudo, considera o negro exclusivamente como responsável pela introdução de uma série de doenças desconhecidas até então. Sobre o tríplice clima, ambiente e patologias, é estabelecido um perfil à raça negra, delineado pela experiência médica:

[...] As doenças tem uma fisionomia especial, e suas evoluções são mais marcadas entre os negros do que entre os brancos. (...) O sistema cérebroespinhal é a sede as doenças nos casos frequentes de tétanos, de trismos e de convulsões que os negros manifestam em consequência de uma grande supressão de suores, de uma comoção violenta, de picadas, de feridas nas plantas dos pés ou de excessos alcoólicos. (SIGAUD, 2009, p. 119)

Novamente é possível identificar um retorno à perspectiva neo-hipocrática, relatada anteriormente, mas identificada como suporte da ideologia racista de Sigaud, para quem, a determinação dos fatores do meio (causas externas) e os hábitos (causas internas) exercem influência na constituição física dos negros, que irão, por sua vez, desencadear patologias próprias, par-

ticulares, inclusive, irregularidades na estrutura cérebro-espinhal. Explorar os danos a esse sistema e os reflexos que ele produz será a justificativa para as “doenças nervosas” que tanto acometem os negros, uma resposta científica que determina que negros imprimem comportamentos e atitudes diagnosticadas como patologias. Para entender as ‘doenças nervosas’ Sigaud define que,

[...] As afecções da medula espinhal são muito frequentes entre os negros, assim como aquelas do cérebro e das suas membranas. Alguns autores, pretenderam que a inflamação das membranas do cérebro, a loucura e a hipocondria eram raras entre os negros. Eu estou longe de compartilhar esta opinião, por causa de um grande número de fatos que pude recolher em confirmação do contrário. A epilepsia, que é frequente entre os negros, têm sua fonte em lesão do mesmo sistema. (SIGAUD, 2009, p. 119)

Para o autor do célebre manual, inflamações e lesões no sistema cérebro-espinhal seriam os principais motivos para incidência e evoluções de doenças nervosas como loucura, epilepsia, histeria, com manifestações mais intensas e marcadas entre os negros.

Doentes ou susceptíveis a desenvolver males que os impediam no exercício do trabalho, a questão da saúde importava e as doenças deviam ser contidas, pois adoecer é um risco potencial, sendo necessário tratamento

especial. Assim, “[...] a terapêutica, em compensação, deve sofrer modificações, pois a constituição física e moral do negro diferem muito [...] reclamando em geral uma medicação mais ativa (SIGAUD, 2009, p. 119). O termo “uma medicação mais ativa” pode aqui significar uma variedade de políticas médicas, desde a exclusão ao confinamento, por exemplo. Segundo Foucault (1979), o mecanismo da exclusão é a forma de exilar, de expulsar em direção a outro lugar, para a purificação do espaço e dos outros, assim como a medicina pode não excluir ou expulsar, mas optar por outro mecanismo, o de classificar os indivíduos, isolando, individualizando, vigiando cada um a fim de aferir resultados, fazendo o espaço social regulamentado e analisado, sustentado por um olhar permanente.

Entretanto, as formas de resistência existiam e operavam na contramão dos discursos. Outro elemento analisado por Sigaud e que também compõe o quadro de doenças nervosas é o suicídio. Mesmo entendido como patologia, o fenômeno é tratado neste trabalho de conclusão de curso como forma de luta e resistência negra, como estratégia de resistência.

A historiografia permite atestar que, a ideia do negro submisso e conformado com a escravidão foi há muito superada. Segundo Schwarcz (2015, p. 97) “Os escravizados jamais abriram mão de serem agentes e senhores de suas vidas”. A presença do negro na História do Brasil vai muito além de referências apenas ao trabalho com-

pulsório no espaço rural ou urbano, baseado na sujeição total ao sistema ou como vítimas frágeis e incapazes de mudar suas vidas. A Cabanagem no Grão-Pará (1835-1840) permite constatar os processos de resistência negra:

[...] a revolta ficou conhecida como uma das mais violentas, escravos amarraram seus antigos senhores no tronco e aplicaram-lhes chicotadas, quanto mais o movimento se radicalizava, maior era a autonomia lograda por negros e indígenas, bem como crescia o papel do líderes africanos. Os escravizados fizeram a diferença na Cabanagem. (SCHWARCZ, 2015, p. 252)

Reação violenta como resposta ao cotidiano violento e opressor, punindo seus algozes, com tortura e humilhação produzidas pelo tronco, o movimento negro conhecido Balaiada (1838-1841), no Estado do Maranhão, evoca uma revolta liderada por homens pobres, mestiços e também escravos cansados das péssimas condições de miséria, opressão e das injustiças, “[...] talvez seja o mais conhecido levante de escravos. Durante três anos, os negros revoltosos resistiram às tropas do governo [...]” (PINSKY, 2016, p. 92). As evidências históricas são provas de manifestações de inconformismo, indícios que os escravos reagiam e lutavam contra discursos opressores, que os reduziam a coisas, produtos, mercadoria. Assim como outros meios às fugas, “[...] individual ou em grupo questionava os limites da dominação: o escravo que fugia afrontava

o princípio da propriedade, ameaçava a ordem das coisas, impondo grande prejuízo ao seu senhor” (SCHWARCZ, 2015, p. 102). Ainda segundo a autora existiram outras formas de reação além das fugas como:

[...] assassinatos e envenenamento de senhores, suicídios, aborto, [...] Ora, a simples desobediência já retirava parte da autoridade do senhor, que dependia, para que a fazenda funcionasse e desse lucro, da obediência cega dos trabalhadores (...) afora pequenos e desconcertantes atos de desobediência ou de manipulação pessoal, constavam da lista de reações possíveis. (SCHWARCZ, 2015, p. 102)

Vemos que as formas de resistências, além de serem arriscadas, exigiam muitos sacrifícios. A insubordinação e a tentativa mal sucedida contra a vida de seu senhor produziria castigos que levavam a morte. Abortar era uma atitude extrema podendo gerar traumas emocionais. O suicídio, ato de liberdade, pode ser visto também como uma forma de ataque, pois segundo Pinsky (2016, p. 91) “Além do gesto de libertação, de ponto de final à sua condição de objeto, ele golpeava fundo seu senhor, fazendo com que tivesse prejuízo do investimento que fizera nele”.

Para Sigaud o suicídio dos negros está ligado a outros fatores, muito longe de enxergá-lo e interpretá-lo como forma de luta e resistência. O médico define que o suicídio é muito comum entre os negros “[...] das nações Mina e

Congo: se entre os primeiros ele é obra de uma forte resolução, resultam, entre os últimos, de um completo desarranjo das faculdades mentais, caracterizado por uma mania aguda” (SIGAUD, 2009, p. 120). Diagnosticados como uma patologia inevitável e mortal, o médico considera que reside nos negros, independente de qualquer fator ligado à escravidão, tal deformidade, que pode resultar tanto de uma ação repentina e incontrolável ou de desequilíbrio mental. Em outra passagem o médico relata:

O ciúme, os castigos injustos, a nostalgia, levam frequentemente os negros a se deixarem morrer, resolução que nada pode vencer, que não cede a nenhuma ameaça, a nenhum tipo de promessa de bem-estar futuro, inabalável até a completa execução do suicídio voluntário. (SIGAUD, 2009, p. 127)

Nesta perspectiva, os motivos que levam ao suicídio estão ligados a causas afetivas e emocionais como tristeza, sofrimento e nostalgia, que influenciam esmagadoramente na decisão de morrer, ao desejo irrefreável de se entregar à morte. Essa forma de interpretar o suicídio, de forma passiva, está relacionada à enfermidade chamada “*banzo*”, significa uma mortal nostalgia dos escravos africanos transportados para o Brasil, nas palavras de Mendonça (2012, p.129) “em quimbundo *mbanzaé* aldeia daí pensamos ter vindo banzo, saudade da aldeia e, por extensão, da terra natal”. Para Oda (2008) este sentido do termo foi utili-

zado em fins de XVIII, descreve-se uma enfermidade, numa memória sobre as condições do tráfico de escravos entre a África e o Brasil, da seguinte maneira:

O banzo era uma das principais moléstias de que sofriam os escravos, uma “paixão da alma” a que se entregavam e que só se extinguia com a morte, um entranhado ressentimento causado por tudo o que os poderia melancolizar: “a saudade dos seus, e da sua pátria; o amor devido a alguém; a ingratiidão e aleivosia que outro lhe fizera; a cogitação profunda sobre a perda da liberdade”. (OLIVEIRA MENDES, 2007, p. 370)

Explicação que define o negro com um caráter passional, em que, acometido pela enfermidade nostálgica, emocionalmente desequilibrado e melancólico, a saudade da mãe África, a perda da liberdade, os castigos injustos o levam a morte voluntária uma forma passiva de suicídio. A interpretação de Sigaud segue praticamente os mesmos princípios, cabendo-lhe adaptar o conceito a sua maneira, segundo Oda (2008, p. 749),

[...] Em linhas gerais, Sigaud considerava o banzo (usou este nome) como uma enfermidade mental, uma variante da nostalgia-melancolia, desencadeada por causas morais, tais como as saudades da África ou o ressentimento por castigos injustos. Sua principal referência foi o ensaio de Luis Antonio de Oliveira Mendes.

Influenciado pelas interpretações a acentuada tendência à morte voluntária tem sua justificativa no “banzo” e na nostalgia, enfermidades mentais que Sigaud utiliza para dissociar os reais motivos que levam os negros a atentarem contra suas próprias vidas, ora, tal malefício pode ser compreendido como, “[...] Uma moléstia estranha, que é a saudade da pátria, uma espécie de loucura nostálgica, suicídio forçado, o banzo, dizima-os pela inanição e fastio, ou os torna apáticos e idiotas” (RIBEIRO, 1929 apud MENDONÇA, 2012, p. 129). Segundo Silva (2017, p. 4), “Romantizada e folclorizada pela literatura, o banzo é uma forma de depressão, consequência do sofrimento psíquico de pessoas negras durante o período escravocrata”. Clóvis Steiger de Assis Moura (1925-2003) em sua obra *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil* define da seguinte maneira,

[...] Estado de depressão psicológica que se apossava do africano logo após seu desembarque no Brasil. Geralmente os que caíam nesta nostalgia profunda, acabavam morrendo. Atribui-se tal estado depressivo à saudade da aldeia da qual provinham, de modo que o banzo atingia somente a primeira geração de escravos, isto é, aqueles diretamente importados da África. (MOURA, 2004, p. 63)

Moura (2004) caracteriza aspectos do banzo veiculado ao estado de depressão, o que não significa aderência às interpretações racistas e dis-

criminatorias, se levarmos em conta a trajetória desse intelectual que foi balizada por pesquisas que contestam a visão de passividade do negro no Brasil, evocam a resistência e a rebelião dos escravos e a formação dos quilombos, o contexto da obra *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil* evidencia a terminologias usuais no século XIX de alguns termos de línguas africanas. Segundo Oda (2008) as menções ao banzo na atual historiografia são raras, questões que tratam sobre nostalgias de escravos reproduzem limitadamente narrativas do século XIX, com pouco esforço crítico.

Discurso danoso configurou significados sociais distantes da realidade, segundo Costa (1979) a medicina “[...] redefiniu o poder negro, fazendo-o portador de uma força incoercível, a força da doença e da imoralidade” (COSTA, 1979, p. 127). Nesse sentido, as doenças dos escravos, banzo ou irreprimível saudade que levam ao suicídio marginalizam aspectos importantíssimos, em que:

[...] a saudade do negro era referente à sua liberdade, a uma organização social menos injusta; depois, que o suicídio do escravo não era simplesmente um ato de fraqueza, mas antes um gesto de revolta; um derradeiro e eloquente gesto de revolta (PINSKY, 2016, p. 91).

A ideia de fraqueza, assim como de covardia, ou de qualquer outro adjetivo que desqualifique essa forma de

resistência, devem ser desconstruídas e combatidas, pois o negro escravizado, não foi um personagem secundário ou mero apêndice no episódio escravidão na História do Brasil.

Normalização da Prática Médica: Ao Nível do Próprio Estado

A consolidação da medicina brasileira na primeira metade do século XIX se efetiva pelo esforço de afirmação profissional, impondo autoridade e controlando os assuntos da saúde e da doença e também do exercício profissional da profissão médica. Para Machado (1979) a criação da Sociedade de Medicina criada em 1829, transformada em 1835, na Academia Imperial de Medicina, inaugura essa consolidação, o que representa em certa medida a aproximação entre Medicina e Estado. Para Foucault:

[...] a normalização da profissão médica, a subordinação dos médicos a uma administração central, e finalmente, a integração de vários médicos em uma organização estatal, tem-se uma série de fenômenos inteiramente novos que caracterizam o que pode ser chamada de medicina de Estado. (FOUCAULT, 1979, p. 84)

Relação que fortalece o interesse do Estado em manter o controle da população e por outro lado aumentar as possibilidades de aplicação do sa-

ber médico em diversas esferas da vida social, “O Estado esclarecido e guiado pelas luzes médicas, pode transformar o caos em calma. A medicina se oferece ao Estado como instrumento de paz, luz e tranquilidade” (MACHADO, 1978, p. 215), isto é, que a resolução de problemas de saúde se vincula à manutenção da ordem social, como indispensável para seu funcionamento. O que justifica a dependência no médico é o privilégio do conhecimento, para Foucault (1979, p.123), “[...] o médico é competente, o médico conhece as doenças e os doentes, detém um saber científico que é do mesmo tipo que o do químico ou do biólogo; eis o que permite a sua intervenção e a sua decisão”. Fundamentado no conhecimento científico, a tentativa de intervir e esquadrihar o meio social dá lugar ao discurso que não poder ser desqualificado, pois:

[...] em toda sociedade a produção de discurso é sempre controlada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função conjurar os poderes e os perigos, dominar a incômoda e desagradável materialidade. (FOUCAULT, 1970, pp. 8-9).

O discurso que dita normas sanitárias em nome da preservação da saúde pública norteia os comportamentos sociais, controlado exclusivamente pelos médicos. O saber/conhecimento científico e o discurso que o legitima estabelece o poder do médico, visto que o discurso não é necessariamente

te “[...] aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1970, p.10), poder sobre a saúde e a doença, sobre a sociedade e indispensável ao Estado.

Foucault refere-se à separação/rejeição como segundo procedimento de exclusão na questão da produção de discursos. Neste contexto, o impacto e o reflexo do discurso de Sigaud no período estudado, o século XIX, segrega o negro e o empurra para espaços indesejáveis, destinando-os, nas palavras de Costa “[...] a polícia, ao recrutamento militar ou aos espaços de segregação higienizados como prisões e asilos” (1979, p. 33). De acordo com Pinsky (2016) tal representação distorce a figura social do negro e contribui para a criação de uma tradução folclórica do escravo na História do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Joseph François Xavier Sigaud determina que negros imprimiam comportamentos e atitudes diagnosticadas como patologias. Tais prerrogativas criaram significados sociais que desqualificam a experiência e resistência negra na História do Brasil, cujo exercício de poder ainda se manifesta no presente vivido como verdade.

Ao elaborar um estudo puramente científico que dessa conta do atual estado da saúde pública brasileira e contribuir para melhorar a situação sanitária do país, com esses objetivos, Joseph François Xavier Sigaud acreditava conduzir o Império rumo à civilidade e ao progresso. Empenhou-se em estabelecer a relação entre patologia, ambiente e sociedade em sua obra *Do clima e das doenças do Brasil*, como requisitos necessários para entender as moléstias e doenças que acometiam a população, com esse argumento, interpretou o negro com práticas e comportamentos nocivos a saúde, criando um perfil patológico à raça negra.

A evidência desse perfil delineado pela experiência médica de Sigaud, bem como a tradução do seu pensamento higienista em relação aos negros na conjuntura do século XIX, revelou a influência e o poder do discurso da elite médica, na medida em que, sábio - convincentemente contestado e absorvido pela consciência popular. Além disso, ao revisitarmos a história do Brasil nas primeiras décadas do século XIX, paralelo ao papel da medicina e sua trajetória, vemos o protagonismo dos negros, se negando aos poderes e as forças dominadoras, se interpondo aos discursos e resistindo.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe (Org.). Vida privada e ordem privada no Império. In: _____. *História da vida privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia da Letras, 1997.

CARNEIRO, M.L.T. O Discurso da Intolerância. Fontes para o estudo do racismo. In: DI CREDO, M do C.S.; ALVES, P.; OLIVEIRA, C.R. *Fontes Históricas: abordagens e métodos*. Assis: UNESP, 1996.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FERREIRA, L. O. *Uma interpretação higienista do Brasil: medicina e pensamento social no Império*. XXIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, 1999. [site da internet] Acesso em: 13 mar. 2018. Disponível em: <<http://www.bvshistoria.coc.fiocruz.br/lildbi/docsonline/get.php?id=225>>.

FERREIRA, Luiz Otávio. Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827-43). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 331-351, out. 1999.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

- _____. *A Ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 13 ed. Tradução Laura F. A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 2006.
- GURGEL, Cristina. Doenças e medicinas dos colonizadores e seus descendentes. In:_____ *Doenças e curas: o Brasil nos primeiros séculos*. São Paulo: Contexto, 2010.
- MACHADO, Roberto. *Danação da norma: a medicina social e construção da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- MENDES, Luis Antonio de Oliveira. Memória com respeito ao tráfico de escravos e a costa da África e do Brasil (1812). *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. São Paulo, v. 10, n. 2, pp. 362-376
- MENDONÇA, Renato. Vocabulário. In:_____ *A influência africana no português do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2012.
- MOURA, Clovis. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2004.
- ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. Doença chamada banzo: excertos de Sigaud e de von Martius (1844). *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. São Paulo, v. 11, n. 4, p. 762-778, dez. de 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142008000500004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 mar. 2018.
- ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. O banzo e outros males: o páthos dos negros escravos na Memória de Oliveira Mendes. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. São Paulo, v. 10, n. 2, p. 346-361, junho de 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142007000200346&lng=en&nrm=iso>. acesso em 13 Mar. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1415-47142007002013>
- PINSKY, Jaime. Vida de escravo. *A escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2016.
- RIBEIRO, Márcia Moisés. Magia permitida e práticas ilícitas. In:_____ *A ciência dos Trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Entre "homens de ciencia". In:_____ *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- _____.; STARLING, M. Heloisa. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SIGAUD, José Francisco Xavier. *Do clima e das doenças do Brasil ou estatística médica deste império*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

SILVA, R. P. Trauma Cultural e sofrimento social: Do banzo às consequências psíquicas do racismo. In: XXIX Simpósio Nacional de História - Contra os preconceitos: História e Democracia, 2017, Brasília. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - Contra os preconceitos: história e democracia, 2017, pp.1-12. Acesso em: 19 de nov. de 2018. Disponível em: <https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488493521_ARQUIVO_Traumasocelesofreimentocultural.pdf>.

SOARES, Márcio de Sousa. Médicos e mezinheiros na Corte Imperial: uma herança colonial. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, pp. 407-438, agosto de 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702001000300006&lng=en&nr_m=iso>. Acesso em: 17 mar. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702001000300006>>.

VIANA, Iamara da Silva. O estudo do corpo como prevenção e cura: proposições médicas de Jean-Baptiste Imbert. In: XV Encontro Regional de História. Oficina do Historiador: ensino e pesquisa, 2012, São Gonçalo. Anais

do XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio, Rio de Janeiro: ANPUH, 2012, p. 1-11. Acesso em: 15 Mar. 2018. Disponível em: <http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338518536_ARQUIVO_TEXTOANPUHRIO2012.pdf>.

ENTREVISTA

Entrevista ao
Professor Dr.
Luiz Antonio
Dias, docente do
programa de mestrado
interdisciplinar
da Universidade
Santo Amaro e
do departamento
de pós-graduação
em História
da Pontifícia
Universidade Católica
de São Paulo.

Professor Luiz
defendeu em 2015
a tese de seu pós-
doutorado “Os
trabalhadores nas
páginas do Estadão:
‘demonização’ e
criminalização dos
movimentos de
trabalhadores rurais
e urbanos (1963-1964)
no jornal O Estado
de S. Paulo”.

R.P.: Professor, conte-nos um pouco de sua trajetória acadêmica. Sabemos que o título de sua tese de doutorado é “A Geração Cara-pintada: a participação dos jovens no processo de impeachment” (2000). Quais as semelhanças e diferenças político-sociais após o processo de impeachment do presidente Fernando Collor (1992) em relação ao de Dilma Rousseff (2016)?

Professor Luiz: Minha formação concentrou-se na UNESP de Assis, e na área de história social, onde fiz minha graduação, meu mestrado (1993) e meu doutorado (2000). Meu pós doutorado foi no CEA (Centro de Estudios Avanzados) da Universidad de Córdoba (2015) vinculado a um ciclo especial de formação interdisciplinar, intitulado “El trabajo em el contexto de los derechos humanos: Derecho, Economía, História”, que está diretamente vinculado às minhas pesquisas atuais sobre as graves violações de direitos humanos ocorridas, durante a ditadura militar no Brasil, no interior da montadora Volkswagen do Brasil.

Sobre minha tese de doutorado e o processo recente, é importante destacar que sobre Fernando Collor de Mello existiam provas em abundância de corrupção e desvio de recursos públicos, além de uma, quase unanimidade, nacional pelo processo de impeachment, finalmente a base de apoio de Collor era bastante restrita, posto que seu partido era pequeno e recente. No caso de Dilma Rousseff, nunca se comprovou qualquer crime de corrupção ou desvio de recursos públicos, ela foi julgada pelas chamadas “pedaladas fiscais” e perdeu o cargo em um processo confuso e criticado por grandes nomes do direito nacional e internacional. Acabou sen-

do afastada do cargo pelo “conjunto da obra”, em um episódio que pode ser considerado um novo modelo de “golpe”, já utilizado no Paraguai e em Honduras, com apoio de parte da sociedade civil, de empresários, de setores do judiciário e de uma forte participação dos meios de comunicação de massas. Os golpes podem ser militares, civis, legislativos e até mesmo patrocinados pelo judiciário mas, independentemente da origem, todos têm no DNA uma seiva comum, isto é, são financiados pelas grandes instituições financeiras e corporações empresariais que, em conluio com as grandes empresas de comunicação, trabalham para criar um clima alarmista que justifique o rompimento institucional em uma determinada conjuntura. Esse roteiro de golpe cercou a vida política de diversos países da América Latina na primeira década do século XXI.

Aliás estou lançando um livro intitulado “O Golpe de 2016: razões, atores e consequências” (Editora Intermeios), onde discutimos a ação da mídia, os aspectos legais do processo, os retrocessos advindos do golpe, os interesses do grande capital, etc. Finalmente cabe ressaltar que apesar de grandes manifestações de apoio ao “impeachment” de Dilma Rousseff, parte da sociedade saiu às ruas em defesa de seu governo, gritando contra o golpe em marcha.

R. P.: Professor Luiz, sabemos que a imprensa e a mídia fazem parte do teu material de análise, por este motivo, como o senhor enxerga a influência das mídias para o fortalecimento da extrema direita no país desde o ano de 2013, especialmente em relação ao impeachment sofrido contra da presidente Dilma Rousseff, até a posse do atual presidente?

Professor Luiz: A imprensa deve ser vista como um elemento inserido dentro da sociedade, ou seja, são empresas e como tal buscam o lucro, possuem interesses políticos e econômicos em apoiar esse ou aquele candidato ou partido. A imprensa e seus agentes orgânicos, os proprietários, editores e jornalistas determinam o que será “notícia” e, o mais importante, a forma como esse fato será noticiado. Cabe, pois, ao historiador aplicar o rigor técnico e metodológico de seu ofício à análise dos fatos e documentos, buscando problematizar sua estrutura, discutir suas nuances e, assim, oferecer subsídios para melhor entender as causas e motivações que elevam determinado acontecimento à condição de “notícia”. A despeito dos avanços sociais, ocorridos entre os anos de 2003 a 2014, é importante salientar que a imprensa trabalhou na construção de um discurso alarmista, a fim de convencer a população de que esse foi o “pior momento” da história do Brasil.

A construção de uma narrativa de crise, corrupção e incompetência do novo governo serviu para mobilizar amplos setores da sociedade civil, numa campanha sem tréguas contra o novo governo. A participação popular seria fundamental para conferir legitimidade ao golpe e, assim como em 1964, a imprensa se portou como porta-voz da opinião pública.

R.P.: O título de sua dissertação de mestrado é “O poder da imprensa e a imprensa do poder: a Folha de S. Paulo e o golpe de 1964” (1993). As chamadas fake news representam um poder de manipulação de notícias cuja falsea-

bilidade é notoriamente mais difícil de combater-se, principalmente em função de sua rápida disseminação. Assim sendo, como vê o poder da imprensa brasileira atualmente? Qual deve ser a postura da mídia democrática diante de tal fenômeno que não apenas dissemina informações falsas, mas que também cria um universo de notícias em que a verificabilidade da autenticidade é muito mais difícil?

Professor Luiz: A fake news, apesar de ser um termo contemporâneo, não é uma novidade. Na realidade, temos um falsear da história, mentiras ou distorções que sempre foram produzidas pela imprensa. Talvez a grande novidade seja a possibilidade de outros grupos, que não a grande mídia, produzir essas mentiras e difundir em larga escala através das redes sociais ou outros canais. Caberá à sociedade criar mecanismos para verificar a autenticidade das informações, coisa que aliás alguns grandes veículos de comunicação já estão fazendo. Além disso, a melhoria da educação e a ampliação dos canais alternativos de notícias podem ajudar a reduzir o problema.

R.P.: O presidente recém-empossado Jair Bolsonaro mostrou-se ao longo de sua trajetória política abertamente contra as cotas raciais reservadas nas Universidades e no funcionalismo. Em entrevista ao programa Roda Vida da TV Cultura no dia 30 de julho de 2018, ao abordar este tema, Bolsonaro afirmou: “[...] Eu não posso falar que vou terminar porque depende do Parlamento. Pelo menos diminuir o percentual. Vou propor, quem sabe a diminuição do percentual [...]”. Em

termos sociais, é possível mensurar o tamanho do retrocesso para a população negra caso as cotas raciais sejam extintas dos concursos públicos? Qual a importância das cotas raciais como paliativo em relação às mazelas deixadas pela escravidão no Brasil?

Professor Luiz: Temos mais de 10 milhões de indivíduos arrancados de seus lares, de suas famílias, de sua terra e enviados para o continente americano. Para o Brasil, estima-se algo em torno de 5 milhões de negros em 300 anos de tráfico negreiro. A escravidão já existia na África antes da chegada dos portugueses – e por isso alguns setores e Bolsonaro, em particular, pensam assim, acreditam que a sociedade não tem responsabilidade sobre esse processo - no entanto, não era uma estrutura na composição social africana, os escravos eram consequências das guerras. Devemos destacar que Portugal foi o responsável por tornar a escravidão um grande negócio. A utilização de mão de obra escrava negra na América, as guerras entre os povos africanos tornaram-se a consequência da necessidade de escravos. Para Portugal, que intermediava o negócio, os lucros tornaram-se fabulosos.

As políticas públicas para a promoção da redução das desigualdades raciais, em particular o Sistema de Cotas, poderia contribuir para uma justiça histórica. Pensar políticas compensatórias é mais factível quando pensamos seres humanos e não números, entender e aceitar a necessidade de reparação é mais fácil quando isso envolve pessoas e não estatísticas. Nossa sociedade marcada pela desigualdade social, também, apresenta uma grande desigualdade racial, ou seja, os afrodescendentes têm pouca participa-

ção nos estratos mais elevados da pirâmide social. Os homens brancos - segundo dados do IBGE, de 2007 - ganham em média 40% mais do que negros ou pardos com a mesma faixa de escolaridade. Além disso, quase 70% dos analfabetos são negros. A mortalidade infantil entre brancos é 20,3 por mil, entre negros esse número sobe para 27,9. O Brasil moderno - e seus problemas e impasses - só pode ser entendido a partir da análise de sua formação, de sua herança colonial, do seu passado. Sociedade em (re)construção, povo em (re)construção, devemos pensar e discutir que futuro queremos. No presente, esse debate passa pela escola, pela educação, mas deve seguir adiante, em propostas, projetos e programas que, efetivamente, possam reduzir a desigualdade social e racial que hoje impera.

R.P.: Houve, recentemente, o surgimento de uma pauta entre os parlamentares que visa criminalizar, oficialmente, os movimentos sociais que lutam por moradia no Brasil, como o MTST e o MST, que são os mais conhecidos. Como você analisa esta situação e como essa criminalização (embora esta já exista, de certa forma) poderia afetar os objetivos desses movimentos, bem como a própria democracia?

Professor Luiz: Verificamos nos últimos anos uma tentativa de criminalizar movimentos sociais, quase todos, mas em especial aqueles que se levantam contra a propriedade privada. Provavelmente isso afetará a luta e tornará necessária a construção de novas estratégias de ação. Todos nós, que lutamos por direitos e democracia, teremos que nos reinventar para sobrevivermos, lutando, nesses tempos difíceis.

O ROMANCE HISTÓRICO:
PERFIS PSICOLÓGICOS DE
PERSONAGENS NEGROS EM
“THEBAS, O ESCRAVO” DE NUTO
SANT’ANNA

THE HISTORICAL NOVEL:
PSYCHOLOGICAL PROFILES
OF BLACK CHARACTERS IN
“THEBAS, O ESCRAVO” OF NUTO
SANT’ANNA

SANTOS,
Eloisa Elena dos

Orientadores:
SILVA, Denise Maria Perissini da;
SOUZA CAMPOS, Paulo Fernando de

ROMANCE BAIANO: DISCURSO
E SIGNIFICAÇÃO DO CORPO
FEMININO NEGRO NA OBRA DE
JORGE DE LIMA

BAIANO NOVEL: DISCOURSE
AND MEANINGS OF THE FEMALE
BLACK BODY IN JORGE DE
LIMA’S WORK

SILVA, Flávia Geissa

Orientador:
SOUZA CAMPOS, Paulo Fernando de

O ROMANCE HISTÓRICO: PERFIS PSICOLÓGICOS DE PERSONAGENS NEGROS EM “THEBAS, O ESCRAVO” DE NUTO SANT’ANNA

THE HISTORICAL NOVEL: PSYCHOLOGICAL PROFILES OF BLACK CHARACTERS IN “THEBAS, O ESCRAVO” OF NUTO SANT’ANNA

SANTOS, Eloisa Elena dos

Orientadores:

SILVA, Denise Maria Perissini da;

SOUZA CAMPOS, Paulo Fernando de

O projeto teve como objetivo remontar a presença negra na literatura brasileira a partir da concatenação realizada originalmente por Gregory Rabassa (1922-2016), americano especializado em traduzir textos literários para o inglês. O livro “O Negro na Ficção Brasileira”, publicado no Brasil em 1965 pela Editora Tempo Brasileiro, este realiza uma categorização de homens e mulheres negros, onde são evocados em onze capítulos, em diferentes escolas e autores da literatura brasileira, entre fim do século XIX e início do século XX. E o assunto aqui proposto foi extraído do capítulo dez, onde ele citam autor Nuto Sant’anna, entre outros, mas, para dar ensejo a esta obra foi selecionada o livro “Thebas, o escravo” (1939), que faz parte do acervo Sant’anna, onde ele descreve o convívio de dois personagens principais: o escravo *Thebas* e o feitor *Gregório*; partindo deste pressuposto, o intuito é investigar os aspectos psicológicos e afetivos destes indivíduos. Para atingir tal objetivo, pretende-se

responder as seguintes questões que foram levantadas durante as leituras: como as psiques dos personagens negros e brancos, atribuídas pelo autor, se associam a quais tipos e classificações psicológicas? Como brancos e negros são representados em seus perfis psicológicos no romance? Os impactos das influências do racismo científico na construção da psique dos negros na literatura. À vista disso, buscará relacionar as diferenças de comportamento entre as personagens e sua psique, a partir dos diagnósticos propostos no manual *Psiquiatria Clínica e Forense* de Antônio Carlos Pacheco e Silva. Sabemos que a escravidão no Brasil embasou-se na relação assimétrica e, poucas vezes, contudo, perguntamo-nos sobre sua forma de existência na África. Não obstante, os seres humanos são dotados de sentimento, de vontades, de desejos e a escravidão levava-os ao confinamento e a servidão a outrem, identificados como senhores e seus donos. Com a abolição da escravatura de

1888, o advento do trabalho livre para esses negros antes escravizados se torna real, porém, uma realidade excludente, desqualificadora, levando à população negra a beira na marginalização, dificultando, assim, as perspectivas de futuro. Como seria possível à construção da psique dos negros no momento em que deixa ser "objeto" e passa a ser "humano", ou "quase-humano", "quase-cidadão"? A escravidão no Brasil caracterizou-se por ser uma relação de expropriação. Observada no presente, em si mesma foi patológica, psicopática, porque não considerou e não respeitou o outro como uma pessoa com sentimentos, vontades, ideias e direitos, e sim como um objeto a ser explorado para benefícios lucrativos próprios ou pura satisfação pessoal. Ainda que sentimentos bons pudessem nutrir as relações entre brancos e pretos, as preocupações humanitárias do senhor com a doença ou morte do escravo, por exemplo, eram esvaziadas frente ao prejuízo material que essa situação pudesse lhe causar. Tal realidade se estruturara no período da escravidão, mas persistem mesmo após a extinção da escravidão com o ato de Abolição em 1888 e se estendem até os dias atuais, pois até o presente momento a classe dominante representa os negros como obstáculo e tratam a cor da pele como uma forma de classificar os seres humanos. A legitimidade estatal da escravidão consolidou o que se denomina em Psicologia Social de "representações sociais". Do mesmo

modo, as confluências entre as ciências, que direta ou indiretamente influenciam na construção das representações atribuídas aos negros, que permitem revisar a relação entre a influência das teorias raciais na construção do perfil psicológico dos negros no romance. O livro "Thebas, o escravo" de Nuto Sant'anna reflete a legitimação social da hierarquização racial, assim, como nos excertos como Jaime Pinsky, Isildinha Baptista Nogueira, Márcia Cristina Costa Pinto e Ricardo Franklin Ferreira em suas teses e livros reproduzem a definição do lugar de brancos e negros na sociedade. Se pensarmos que o racismo, assim como todos os mecanismos de hierarquização racial, correlacionadas ou não com a escravidão institucionalizada como ocorreu no Brasil, sendo este uma decorrente construção social que perpassa o compartilhamento de sentimentos, consolida-se a manipulação institucional e cultural de uma ideologia de um grupo que se considera "superior" e que subjuga os demais grupos pelos critérios "raça" ou "cultura". Esta hierarquização racial pode ser abordada sob o aspecto da psicanálise. Se considerarmos que o fato é decorrente de elementos inconscientes, conforme afirma Freud, a formação psíquica do indivíduo, a partir das primeiras relações afetivas da criança com seus pais ou cuidadores, nas primeiras relações objetivas, encontraremos o elo psicanalítico que se desdobra entre o real e o ficcional na obra de Nuto Sant'anna. No contexto

da obra em análise o sujeito racista é representado como “vítima” enquanto o outro se transforma em perseguidor, ameaçador e que “merece punição”, as teorias de inferiorização racial se esforçam para reduzir o negro a uma categorização inferior, tornando-o alvo das projeções de sentimentos negativos (raiva, medo, inveja), protegendo o branco do preconceito e da discriminação, mantendo-o neutro dos conflitos sociais de modo a mitigá-los. Consequentemente o racismo científico fundamenta as teorias de inferiorização racial que emerge na literatura brasileira pós-abolição e permite identificar os impactos de seus pressupostos na vida social mais ampla. O estudo científico das diferenças raciais consiste em um conjunto de teorias desenvolvidas na Europa que associavam características morais a determinados traços físicos. Estas ideias foram introduzidas no cenário científico nacional por jovens brasileiros que estudaram na Europa e sustentou a escravidão, a exclusão de pessoas. Em meados da década de 1860 acirram-se os debates em torno do trabalho e nacionalidade, com a propagação do ideário de que, em contraposição à incapacidade, indisciplina e ignorância dos negros para o trabalho livre, haveria a crença de que o imigrante europeu poderia trazer para o Brasil os princípios da disciplina, aptidão para o trabalho e princípios morais. Os fundamentos do “racismo científico” serviam para justificar a necessidade de promo-

ver a imigração europeia que substituiria a mão de obra negra. A obra de Pacheco e Silva (1951) é aqui utilizada como referencial para classificação psiquiátrica dos personagens**. Por serem fundamentados nos parâmetros morais, sociais, religiosos, sobretudo, raciais da sociedade à época em que a obra de Nuto Sant’anna foi escrita, o manual permite identificar os princípios que norteiam as relações entre brancos e negros no Brasil, evocado em “Thebas, o escravo”. No romance a narrativa constitui em uma mescla de romance ficcional e com a descrição de fatos históricos. De qualquer forma, todos os personagens são lineares, isto é, conseguem manter o mesmo padrão de comportamentos, sentimentos e crenças mesmo diante das circunstâncias. A linearidade dos personagens permite, então, que se apontam determinada hipóteses diagnósticas, conforme classificação de Pacheco e Silva, a interpretações genéricas dos comportamentos dos dois personagens principais. O personagem Thebas é considerado linear, mantido no polo positivo da trama, por causa da intenção de Sant’anna em descrevê-lo como “lendário”. Fisicamente, é descrito como forte, capaz de suportar os trabalhos pesados, como construtor capaz de enfrentar com coragem um novilho enfurecido que iria atacar sua “dona” d. Cotinha, que lutará fisicamente com Gregório, quando este tenta assediar Maria das Dores, ao mesmo tempo, se sujeita a ser amarrado, sem lutar ou tentar fugir, por

**Essa informação é importante para contextualizar a análise para esta pesquisa. Atualmente as classificações psiquiátricas afastam a ideologia eugenista, conforme as diversas edições do Manual Diagnóstico e Estatístico das Doenças Mentais (DSM), utilizado como referência pelos profissionais de Saúde Mental.

ter defendido sua amada. Gregório protagoniza o polo negativo da trama, e que reúne as patologias, causa problemas para todas as pessoas à sua volta e direta oposição a Thebas. Os personagens da obra de Nuto Sant'anna se voltam para os dramas humanos, para a subjetividade, forças criativas do indivíduo, e retratam as representações sociais vigentes à época: racismo científico, hierarquização social, decorrente da escravidão e "democracia racial". Neste caso, concluímos haver uma intenção na mensagem de que os negros, apesar das adversidades sociais impostas pelo escravismo, representem o polo positivo dos perfis psicológicos que Nuto Sant'Anna, atribui aos personagens em sua trama histórica. Porém sabemos que essa situação é idealizada, utópica, e não corresponde à realidade social. A omissão e silêncio de temas polêmicos como o racismo e a "democracia racial" tem um custo elevado. No racismo, as relações desrespeitosas não consideram o "Outro" como ser humano em condições de igualdade, e isso não produz humanidade. Ocorre uma "naturalização" do modelo único da hegemonia branca, que representa o outro não branco como "diferente", inclusive, para inferiorizá-lo. Torna-se um mecanismo de defesa de repetição de discursos ideológicos baseados em premissas científicas equivocadas, ultrapassadas, mas que visam manter o poder. O mito da democracia racial interdita à reflexão acerca do racismo, porque a meta é propagar

que o Brasil é um país acolhedor e receptivo, caracterizado pela miscigenação, e que não existem "raças" porque "quem fala de raça é racista". A forma romancada e idealizada da obra "Thebas, o escravo" sugere uma amenização ou diminuição dos conflitos e tensões raciais decorrentes daquele período escravista. Entretanto, deliberadamente ou não, o fato do autor Nuto Sant'anna não atribuir aos personagens negros nenhum desvio patológico como ocorre com o personagem branco Gregório, faz com que o haja uma reinterpretação dos negros na trama ficcional. A obra, ao conferir os subsídios com os quais os negros assumem suas vidas sem receio, sem medo, com orgulho de suas origens, desloca, por assim dizer, a representação de grupos ainda isolados e amplifica a experiência e a história dos negros no Brasil.

ROMANCE BAIANO: DISCURSO E SIGNIFICAÇÃO DO CORPO FEMININO NEGRO NA OBRA DE JORGE DE LIMA

BAIANO NOVEL: DISCOURSE AND MEANINGS OF THE FEMALE BLACK BODY IN JORGE DE LIMA'S WORK

SILVA, Flávia Geïssa

Orientador:
SOUZA CAMPOS, Paulo Fernando de

O Estudo apresenta como tema central compreender como as mulheres negras são representadas no romance regionalista *A Mulher Obscura*, publicado em 1939, pelo alagoano Jorge de Lima (1893-1953), nascido em União dos Palmares, filho de José Mateus de Lima e Delmina Simões de Mateus de Lima, donos de engenho. O romance faz parte da segunda geração modernista. Narra o cotidiano de personagens de uma pequena cidade do interior nordestino. O personagem central é Fernando, filho de senhor de engenho: ele é um homem que está em busca uma bem amada uma mulher que não existe. As personagens negras não aparecem muitas vezes no romance como um todo, exceto a personagem multirracial Irina. Nos poucos momentos em que as negras lavadeiras de roupas aparecem sendo espreitadas por Fernando, que descreve as ocasiões expondo todos os seus sentimentos pelas lavadeiras de roupas que tomam banho no rio. O objetivo do estudo é

analisar o discurso que está sobre as mulheres negras e compreender como são apresentadas através do romance de Jorge de Lima (1998). A narrativa modernista é definida em um contexto em que coronéis intervêm, não só na política ou na economia, mas intervêm diretamente sobre a vida de pessoas mais humildes como, por exemplo, castigar fisicamente. Nas primeiras décadas do século XX as teorias eugenistas chegam ao Brasil tardiamente e existe muitas repercussões na mídia em torno desta questão, os debates ocorridos na sociedade são acalorados e refletem no romance, a questão em volta das políticas migratórias na Assembleia Constituintes, em que deputados por vezes eram médicos ou adotavam o discurso sobre eugenia e discutiam sobre esse ser um problema nacional, afim que leis fossem aprovadas, para que limitassem, proibissem ou favescessem a vinda de estrangeiros, então se discutia sobre a formação da identidade do povo brasileiro. Sobre as teorias

raciais inclusive em *A Mulher Obscura*, existe uma personagem multirracial e que é posta como um exemplo de teoria eugênica. Irina é casada, porém tem um relacionamento amoroso com Fernando, o qual por sua vez não consegue evitá-la, por ter ela um corpo extremamente sedutor, mas que por outro lado a detesta por ela não ser culta, a falta de um diálogo adequado para Fernando faz com que a julgue como uma mulher fácil, poucas palavras são suficientes para se entregar em seus braços. Sobre a forma como ela é sedutora, ele julga ser herança de seus antepassados que foram trazidos do atlântico por navios: tais traços foram transmitidos através do sangue. Essa é uma descrição de uma situação em que a eugenia estar presente, a teoria que tem como objetivo a melhoria das raças surgiu na Inglaterra no final do século XIX, foi cunhada Francis Galton (1822-1911), o sobrinho do naturalista Charles Darwin (1809-1882) observou que filhos de médicos, advogados acabavam tendo os mesmos talentos dos pais seguindo assim na maioria das vezes os passos dos pais, então Galton utiliza as estatísticas como método científico para demonstrar que pais transmitiam tais características a seus filhos, essa é uma teoria fundada a partir da teoria Pangenética de Darwin. O método de análise da fonte verificou adjetivos e expressões de qualidade em relação às mulheres negras, e que foram comparados com os das personagens brancas. Observamos as diferenças em

como se olha para as mulheres e negras. A análise dos resultados alcançados encontra respaldo no conceito de poder simbólico a qual constrói a realidade para nós seres humanos que vivemos em sociedade. O poder simbólico é usado em forma de agressões simbólicas a grupos aos quais está abaixo culturalmente e economicamente, essa é uma forma que grupos dominantes usam para preservar as estruturas da sociedade onde cada um deva manter as mesmas funções sociais. No nosso caso, seria a preservação das mulheres negras dentro de estereótipos que as mantêm em uma mesma posição ao qual foi criada com propósitos. Desde a escravização das mulheres negras trazidas de países africanos para o Brasil, elas têm algumas funções que ao longo do tempo se modificaram de acordo com as necessidades, inicialmente para o trabalho no campo, depois passam a trabalhar em serviços domésticos, reprodutoras e também como objetos sexuais para seus senhores. Essas são algumas questões que se conectam com nossa fonte *A Mulher Obscura*, fazendo com que nós nos questionemos como em nossos dias as mulheres negras são representadas e encaixadas dentro de um padrão existente, que possivelmente remonta ao passado, aos resquícios da escravidão. Jorge de Lima constrói uma narrativa na qual inclui a presença da mulher negra em seu enredo, porém, colocando-as como mulheres fáceis de serem conquistadas, por um homem

branco, mulheres serviçais, lavadeiras de roupa ou pequenas comerciantes do povo, ligeiras em sentido de rapidez, agilidade com o corpo, mulheres que evocam o prazer sexual impuro ou que são apresentadas no romance apenas como um mero detalhe, exploradas por suas características físicas, são aspectos que chamam a atenção do leitor. A análise de como o autor Jorge de Lima descreve as mulheres negras e brancas e quais são as diferenças entre ambas busca remontar o discurso empregado às mulheres negras. Os adjetivos, conceitos, as expressões da narrativa ficcional definem quais aspectos aproximam e separam o gênero feminino branco e negro e como desqualifica o universo da mulher negra. No romance, sempre quando se tenta elogiar as mulheres negras, existe um olhar apenas sobre o corpo, mesmo ele descrevendo toda uma situação em que havia muitas outras questões o que predomina é a exaltação em torno do corpo, o que faz com que as mulheres sejam vistas como objetos. Em contra partida as mulheres brancas são sempre vistas com vários atributos, pois elas sim dialogam com o personagem assim como também não são vistas com um olhar que as exploram e exaltam seus corpos como é feito com as mulheres negras, que são colocadas como apenas uma primeira visão de beleza humana ou um corpo que evoca o prazer sexual impuro ao qual é difícil para um homem de conter. A Identificação do contexto histórico vi-

vido impacta na construção do romance regionalista existindo até certo ponto circularidade entre o real e o ficcional, que fabrica as imagens projetadas com relação às mulheres negras do texto. O Brasil tinha abolido a escravidão há apenas cinco décadas, através da lei Áurea: esse é um curto período de tempo não sendo suficiente para por fim nas estruturas internalizadas que existem nos indivíduos e na sociedade. O romance continua e ajuda na consolidação das agressões simbólicas que tentam prender as mulheres negras dentro de certos estereótipos, seria uma espécie de manutenção social que normalmente é usada em favor daqueles que não querem perder seus privilégios, os detentores do capital cultural, econômico e simbólico como, por exemplo, Jorge de Lima. Para romper com as estruturas é necessário que os agentes envolvidos possam tomar conhecimento de tais fatos para que rompam com as agressões simbólicas, como estas ocorridas em *A Mulher Obscura*, em que enquadram mulheres negras dentro de estereótipos.

O FEMINISMO NEGRO E A INTERSECÇÃO DE OPRESSÕES

RIBEIRO, Djamila. Quem tem
medo do feminismo negro?
São Paulo: Companhia das
Letras, 2018. 120 p

COSTA, Gabriela

MORO NUM PAÍS TROPICAL, ABENÇOADO POR DEUS E DESIGUAL POR NATUREZA: DA ESCRAVIDÃO À LAVA JATO

Souza, Jessé. A elite do
atraso: da escravidão à Lava
Jato. Rio de Janeiro: Leya,
2017. 240 p.

ROZA, Simone de Lima

O FEMINISMO NEGRO E A INTERSECÇÃO DE OPRESSÕES

RIBEIRO, Djamila. Quem tem medo do feminismo negro? São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 120 p.

COSTA, Gabriela

Djamila Ribeiro é uma mulher negra nascida em 1980, na cidade de Santos, litoral paulista. É filósofa, acadêmica, mãe. Foi colunista da revista Carta Capital, atualmente escreve para a revista Marie Claire. Exerceu a função de secretária-adjunta de Direitos Humanos da cidade de São Paulo, na gestão Haddad. É também uma das maiores ativistas feministas e do movimento negro da atualidade. Quem tem medo do feminismo negro? é o segundo livro da autora. A obra faz parte da coleção Feminismos Plurais, a qual coordena.

Nos últimos dois anos, Djamila passou a frequentar mais espaços na mídia, tanto televisiva, quanto na internet. Conquistou também mais de 400 mil seguidores em suas redes sociais e se estabeleceu como uma figura de credibilidade quando se trata do debate sobre a relação entre as raças e os gêneros. Quem a vê participando desses lugares percebe uma mulher eloquente, segura e que domina como ninguém os assuntos que se propõe a discutir.

Em Quem tem medo do feminismo negro? o leitor tem a oportunidade de conhecer de maneira mais aprofundada a história da autora. O ensaio autobiográfico intitulado A máscara do silên-

cio serve de introdução. Nele, Djamila discorre de maneira bastante pessoal sobre sua trajetória. Aos seis anos de idade ela já sabia jogar xadrez, sempre foi uma das melhores alunas da turma, era uma criança saudável e inteligente. Porém, uma sensação de inadequação a perseguia constantemente.

Fosse por ser isolada pelas outras crianças, preterida por professores ou por ser da única família negra do condomínio onde morava. Fosse por ser constrangida com comentários racistas durante as aulas de história, onde era reproduzida a conhecida narrativa que reduz os negros a escravos e completamente ignora seu passado na África, sua resistência. Fosse também por acabar renunciando (após persistentes manifestações de racismo por parte de seus colegas) a prática do Candomblé – religião de matriz africana, na qual foi iniciada aos oito anos.

Era na casa da avó materna, em Piracicaba, que Djamilla encontrava alívio para seu incômodo. D. Antônia era benzedeira e gostava de trançar os cabelos crespos da neta. O pai, comunista e militante do movimento negro, resistiu durante anos que suas duas filhas alisassem os cabelos. Insistia para que sen-

tissem orgulho de suas raízes. Eventualmente, ele cedeu e ambas começaram a passar pela tortura de alisamentos com pente de ferro quente, depois com produtos químicos. Tudo para tentar, sem resultado, diminuir a sensação de não pertencimento a uma sociedade que toma como belos os padrões europeus.

Quando chegou a época de procurar emprego, Djamilla foi indicada a uma vaga de auxiliar de serviços gerais. A despeito de ter um currículo escolar impecável, ter medalhas de campeonatos de xadrez, saber falar inglês e estar cursando jornalismo. Aceitou, contrariando seus pais. Após um tempo, ao ser negada a chance de mudar de cargo, pediu demissão. A mãe havia falecido há pouco tempo e o pai estava internado.

Foi nesse momento que Djamilla conheceu a Casa de Cultura da Mulher Negra, onde trabalhou por quase quatro anos, na biblioteca. Lá, entrou em contato com a obra de diversas autoras feministas negras como Bell hooks, Carolina Maria de Jesus, Alice Walker e Toni Morrison. Com essas e outras entendeu o motivo de nunca ter se identificado realmente com o feminismo tido como universal, uma vez que as especificidades da mulher negra não eram consideradas dentro de sua lógica. Tal descoberta começou uma revolução dentro da jovem, que passou a perceber as formas de opressão de raça e classe sob novos olhares. Uma perspectiva avessa àquela imposta pelo eurocentrismo racista e patriarcal, que distorce a história, utilizando-se das relações de

poder que mantêm subjugadas e desumanizadas outras narrativas históricas e de saber, tidas como inferiores.

Grada Kilomba, pesquisadora e ativista portuguesa, de ascendência angolana, foi uma das autoras que ajudou Djamila a entender a invisibilidade da mulher negra no feminismo. Ela faz uma analogia entre o passado e o presente, colocando a máscara usada pelos escravizados negros como uma forma de impor silêncio. Algo que nega sua humanidade e os impede de serem sujeitos de sua própria história. Agora -- liberta do alisamento capilar e reconectada com o Candomblé -- Ribeiro encontra formas de falar pelos orifícios da máscara. É a esse raciocínio que a autora se refere no título do ensaio.

O restante do livro se trata de um compilado de textos publicados quase que em sua totalidade pela revista *Carta Capital*, entre 2014 e 2017. A partir daí, os assuntos são variados, mas sempre tratados por um ponto de vista de combate ao racismo e misoginia de forma contundente, didática e interessante. Especialmente quando se leva em consideração o fato de os mesmos terem sido produzidos em um intervalo de três anos e publicados separadamente. A autora consegue manter uma conversa entre os escritos, um sentido interligado, uma coesão presente em sua militância.

Os textos comentam acontecimentos que evidenciam o quão distante nossa sociedade está de prover um espaço de respeito e igualdade para com a população negra, especialmente as

mulheres. Os estereótipos que cercam a mulher negra e a hipersexualização de seus corpos. O caso do goleiro Aranha, o famigerado racismo reverso, blackface, Serena Willians, Maju Trindade, aborto e comoção seletiva são alguns assuntos abordados. A sensação de não pertencimento e a necessidade de se criar um mundo sob diversas perspectivas como forma de combate ao primeiro aparecem novamente.

Em um desses textos, a filósofa discute a questão do empoderamento. Djamila, baseada na estadunidense bell hooks, o coloca como algo coletivo, que interliga a transformação das estruturas sociais com o desenvolvimento das consciências individuais. De forma que o empoderamento se manifeste na luta por uma sociedade igualitária para todas as mulheres.

Nunca esquecendo que, mesmo estando no mesmo barco, sob a condição de mulheres, partimos de pontos diferentes para essa luta. Não que um ponto se sobreponha a outro, mas sabendo que mulheres negras combinam mais de um tipo de opressão e, por isso, sofrem de maneira mais intensa. Sendo assim, se empoderar, da forma como é colocada acima, vai além das campanhas publicitárias de beleza, mas assume um papel de identificar problemas e pensar meios de quebra da manutenção de desigualdades.

O feminismo negro, que enxerga a intersecção de opressões que atingem as mulheres negras – o machismo e o racismo. Que considera as questões de

classe, de sexualidade. Esse feminismo se coloca então, como uma ferramenta de resistência a máscara do silêncio. Propõe a utilização da posição marginalizada a que são submetidas essas mulheres para a criação de um novo modo de enxergar a sociedade e agir efetivamente a partir daí. Pois, conforme coloca Djamila: “Pensar feminismos negros é pensar projetos democráticos” (p.8).

MORO NUM PAÍS TROPICAL, ABENÇOADO POR DEUS E DESIGUAL POR NATUREZA: DA ESCRAVIDÃO À LAVA JATO

SOUZA, Jessé. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017. 240 p.

ROZA, Simone de Lima

Nosso cenário econômico, social e político ultimamente têm sido confuso e complexo de ser entendido e analisado, acontecimentos que marcam esses últimos anos envolvem as grandes manifestações que ocorreram em 2013, os defensores da moral, mais conhecidos como “camisas amarelas” e seu mar verde e amarelo que contaminou o país, chegando ao ápice do absurdo no impeachment da presidente Dilma Rousseff e na prisão do ex-presidente Lula, isso tudo acontecendo paralelamente ao que dizem ser a maior investigação relacionada à corrupção do país e mesmo agora com um presidente eleito recentemente em eleições um tanto quanto turbulentas grande parte da população sequer sabe qual foi o caminho que o trouxe até aqui.

Por isso, mais do que se informar pelas redes sociais ou em plataformas online de cunho duvidoso repletos de opiniões pessoais, é necessário ler bons artigos e livros com dados científicos comprovados, sem fatores emocionais, distante dos discursos inflamados e cheios de opiniões que oscilam entre o senso comum e teorias delirantes disfarçadas de ciência que circulam principal-

mente nas redes sociais. Neste sentido, lhes apresento o livro de Jessé de Souza: A elite do atraso.

Quem não se lembra dos “camisas amarelas”? Eles tomaram as ruas depois das grandes manifestações de 2013. Em seu discurso, afirmavam que estavam em busca de um Brasil melhor, sem corrupção, com mais serviços públicos de qualidade. Os “panelaços” - como eram chamados os atos que consistiam em bater panelas nas janelas dos condomínios de classe média espalhados pelo Brasil enquanto a ainda presidente Dilma Rousseff fazia seus discursos em rede nacional - ensurdecaram o país. Mas qual o sentido dessas manifestações todas? Quais os reais objetivos? Querer um Brasil melhor é muito vago, qual seria este caminho segundo os defensores da moral? Acabar somente com a corrupção do Estado?

Jessé de Souza estudou direito e fez mestrado na UNB, doutorado na Alemanha e atuou fazendo diversos estudos relacionados à desigualdade social no Brasil. Essa perspectiva de classes sociais guia praticamente todo o livro do autor, que começa fazendo diversas críticas ao

livro *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda, que desenvolveu conceitos como o “jeitinho brasileiro” e “O homem cordial”, discursos que partem do meio acadêmico perpetuando o velho costume de autodepreciação da cultura e dos costumes brasileiros em relação às outras culturas e a desigualdade social que assola nosso país. Percorrendo por diversas obras reconhecidas no campo das ciências sociais como *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freire e voltando aos conceitos desses livros e autores constantemente, conforme desenvolve seu argumento. Conceitos como a síndrome de vira-lata do brasileiro em relação aos países europeus e principalmente aos Estados Unidos e o famosíssimo “jeitinho brasileiro” é extremamente criticado ao longo do livro, reforçando que esses sentimentos são instigados no povo brasileiro e em países pobres no geral para que se mantenha a hegemonia dos países considerados de primeiro mundo.

O autor ainda faz um recorte histórico e deseja explicar a história do Brasil e suas desigualdades desde a escravidão até os dias atuais para que o receptor possa entender a luta de classes vigente no Brasil e tenta convencer o leitor – o que faz perfeitamente bem a meu ver – que as manifestações que envolveram os “camisas amarelas”, que se resultou no impeachment da presidente Dilma eram manifestações de uma multidão, cada um com um interesse próprio a fim de perpetuar privilégios das classes mais favorecidas, isso segundo o autor é resultado da classe média do nosso país.

A classe média que temos no Brasil tem sempre o intuito de emular a postura da classe dos mais afortunados, mesmo não pertencendo a este grupo e estando mais distante dele do que idealiza, a classe média se enxerga mais próximo da elite econômica do que da “ralé dos novos escravos” como afirma Souza. Esta classe também é marcada pela crença na meritocracia, mesmo dedicando todo o seu tempo à sua vida acadêmica e posteriormente à carreira, diferentemente da classe mais pobre, favelada e mestiça da população que precisa conciliar diversas atividades e a vida acadêmica se encerra a muito custo na educação básica.

Pela sua argumentação, o autor nos mostra que no Brasil, desde a escravidão, existem duas classes bem definidas: a dos donos do poder e a dos serventes que é chamada de “ralé dos novos escravos” pelo autor. A primeira tem acesso ilimitado, capital e tempo disponível para gerenciar sua vida acadêmica e sua carreira profissional futuramente; já a preocupação da segunda é em sobreviver. A maioria estuda em escolas precárias quando jovem, terminando seus estudos a muito custo e conseguindo trabalhos braçais sem muita perspectiva e planejamento de uma carreira a longo prazo: tornam um plano de carreira ou uma vida acadêmica algo distante para essa parte da classe desfavorecida, herdeira das classes marginalizadas do passado.

Percebendo este abismo entre classes que é criado desde nossa colonização é possível fazer uma analogia com os dias atuais. As camadas mais

privilegiadas da nossa sociedade sempre destinam a atividades que envolvem mais a intelectualidade, seus filhos desde jovens são condicionados as atividades que envolvam mais do acadêmico “capital cultural”, citando Bourdieu. Não basta apenas possuir o monopólio financeiro é preciso que este seja acompanhado do cultural, para que sejam perpetuados os privilégios de classe em nossa sociedade.

A aversão da classe média à “ralé de novos escravos”, como cita o autor, surge pela acessibilidade promovida pelo partido dos trabalhadores que surge no final da ditadura militar no Brasil com o intuito de ser um partido político feito pelo povo e para o povo que causa uma onda de populismo e veneração nos mais pobres e de desprezo aos privilegiados. A história de nosso país está pré-determinado: o lugar de cada classe em nossa sociedade, para classe média a os novos escravos devem servi-la, quando a ordem dos fatores se altera – um momento para marcar esta transição seria a mudança da lei das empregadas domésticas – mesmo que seja uma mudança mínima, o incomodo costuma a vir à tona por meio de preconceito e indignação seletiva, no caso a indignação com a corrupção do partido reformista que promoveu esse acesso do pobre a locais antes “proibidos”, como universidades, por exemplo.

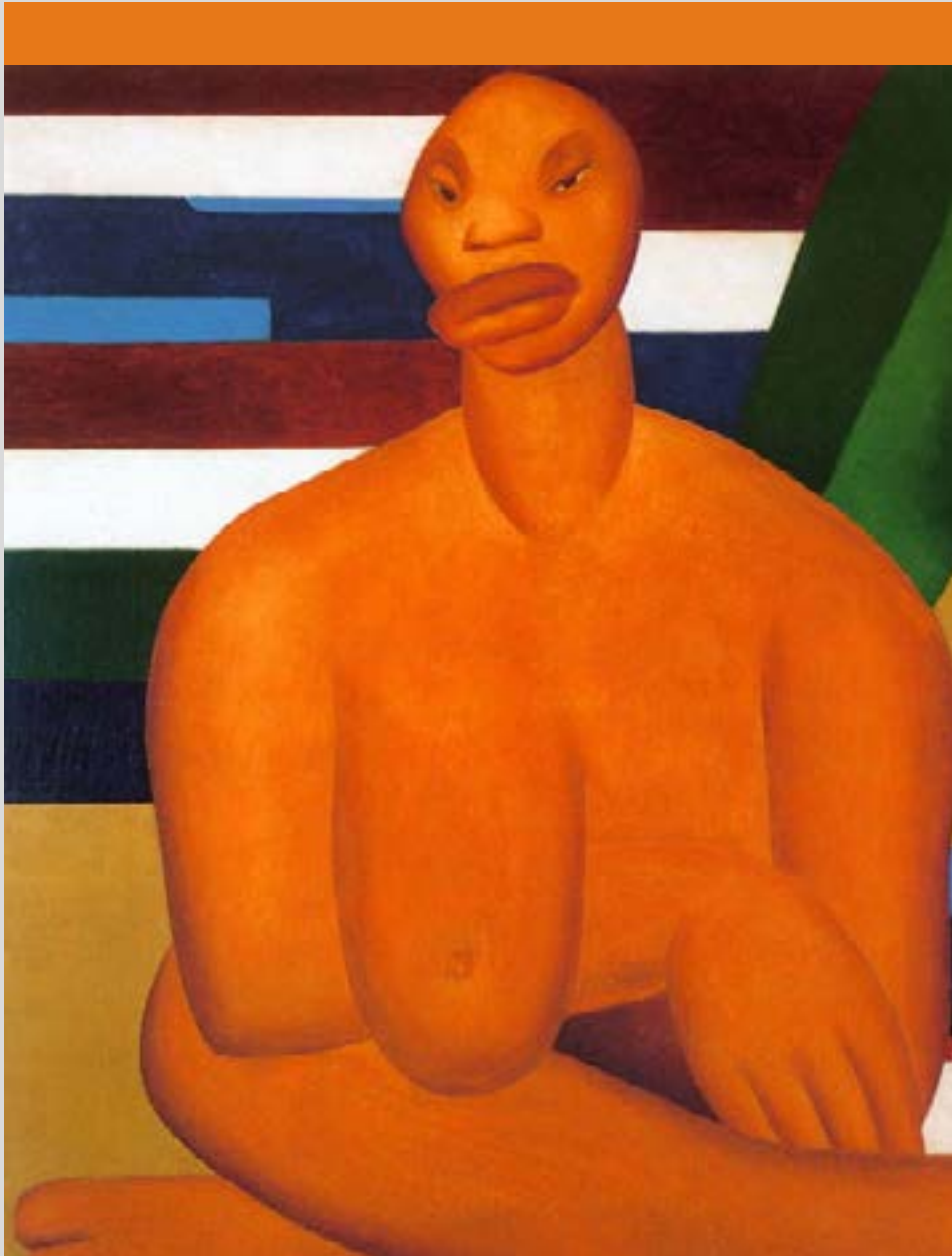
O autor termina seu livro com duras críticas aos nossos meios de comunicação em massa, principalmente à rede Globo, que coincidentemente fomentou esse sentimento de indignação seletiva

na classe média, Souza afirma que nossa mídia sempre será conivente com a corrupção da elite do dinheiro, pois são instituições privadas, sendo assim, nunca irá se auto denunciar como no caso da operação lava Jato onde Emilio Odebrecht denuncia a mídia como um todo, inclusive a rede Globo de se omitir durante trinta anos sobre o esquema de lavagem de dinheiro e como a mesma denunciava na época como a preventora da verdade.

A mídia e a elite selam um pacto antipopular e manipulam a classe média para saírem às ruas a favor de seus interesses. Infelizmente, este pacto está para a sociedade como uma doença está para o corpo: ela se espalha e acaba atingindo todo o nosso corpo social. Daí que chegamos ao ponto de observarmos, amigos, vizinhos e parentes repetindo o mesmo discurso dos donos do poder. Jessé de Souza em A elite do atraso consegue envolver o leitor numa linguagem simples e descomplicada, ampliando os horizontes do receptor e revelando o poder que está nas mãos de um cidadão que conhece bem a sociedade em que vive.

Revista do Grupo de
Pesquisa Ciência, Saúde,
Gênero e Sentimento -
CISGES/UNISA/CNPq
V.1 N.2, junho de 2019

PLURALISTAS



A Negra - Tarsila do Amaral